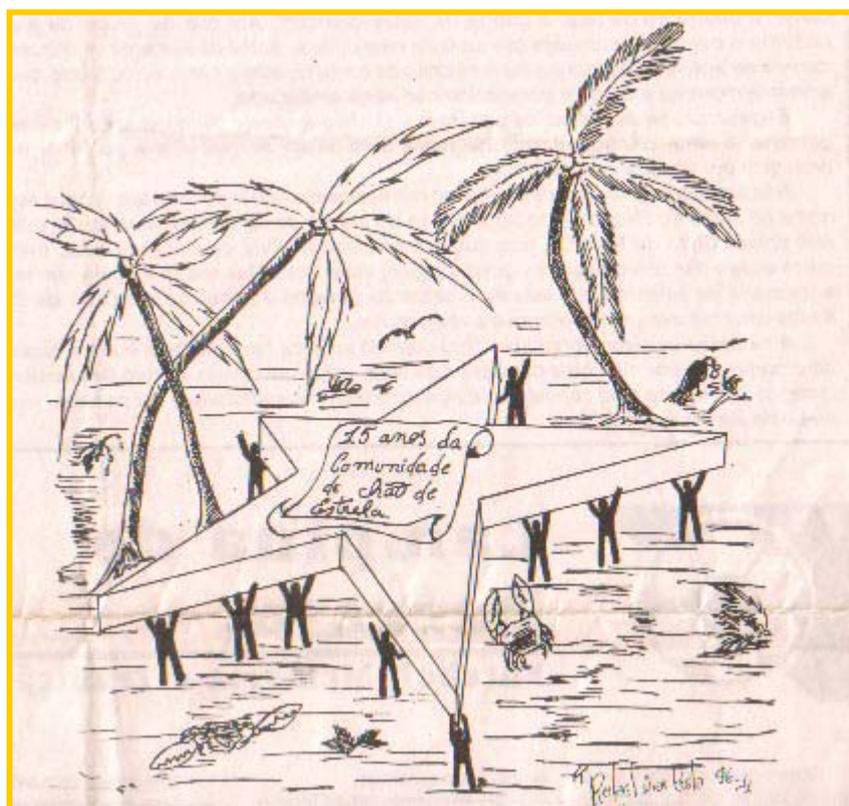


AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

OS GESTORES PÚBLICOS E SUAS AÇÕES NO BAIRRO DE  
CAMPINA DO BARRETO: O VIVIDO E O INSTITUÍDO



MESTRADO EM GEOGRAFIA – UFPE

RECIFE – 2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Geográficas

Curso de Mestrado em Geografia

OS GESTORES PÚBLICOS E SUAS AÇÕES NO  
BAIRRO DE CAMPINA DO BARRETO: O VIVIDO  
E O INSTITUÍDO

Dissertação apresentada por **Augusto Antonio Campelo Cabral** como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia à comissão julgadora da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Jan Bitoun.

RECIFE – 2004

## FICHA CATALOGRÁFICA

**Cabral, Augusto Antonio Campelo**

**Os gestores públicos e suas ações no bairro de Campina do Barreto : o vivido e o instituído / Augusto Antonio Campelo Cabral : Recife : O Autor, 2004.**

**193 folhas : il., fig., fotos, mapas, quadros.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2004.**

**Inclui bibliografia e apêndices.**

**1. Geografia urbana – Movimento social. 2. Periferia urbana – Análise de elementos geográficos. 3. Elementos de modernidade – Vetores periféricos. 4. Moradia – Reivindicação popular – Gestores e ações públicas. I.Título.**

**911.3: 30  
910.1**

**CDU(2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

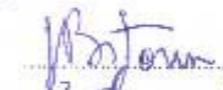
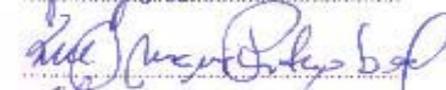
**UFPE  
BC2005-013**

AUGUSTO ANTONIO CAMPELO CABRAL

OS GESTORES PÚBLICOS E SUAS AÇÕES NO BAIRRO DE  
CAMPINA DO BARRETO: O VIVIDO E O INSTITUÍDO

Dissertação defendida e aprovada pela banca Examinadora Constituída pelos  
professores:

Aprovado:

  
.....  
  
.....  
  
.....  
.....  
.....

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Jan Bitoun  
Orientador  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Suely Maria Ribeiro Leal  
Examinador externo  
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho  
Examinador interno  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Doralice Satiro Maia  
1<sup>o</sup> Suplente (ext.)  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Fernandes  
2<sup>o</sup> Suplente (int.)

Data da Aprovação: 02.10.31.2005

Grau conferido em: ...../...../.....

Dedico este trabalho à minha companheira e esposa Mônica Valéria, e aos meus filhos Augusto César e Alvaro Manoel que são pedaços de mim; e, se são pedaços de mim, completam-me e alimentam-me dando a vida, e me fazendo crescer.

## **AGRADECIMENTOS**

É sempre difícil fazer justiça a todos que contribuíram direta ou indiretamente para concretização desta pesquisa, como também, seria impossível nomear a todos, mas agradeço àqueles e àquelas que mais intimamente nos acompanharam no dia-a-dia desta reflexão.

Em primeiro lugar, à Virgem da Conceição, minha mãe e guardiã. À minha mãe Maria da Soledade, pela dedicação e apoio à minha formação educacional. Aos meus irmãos e irmãs Cândido José, Heloisa Lúcia, Maria Gorett, especialmente ao irmão Eurico Jorge e ao amigo Arlindo Pinho, pela leitura atenta, e pelas inúmeras sugestões e correções. À minha companheira Mônica Valéria, cuja compreensão, amor, carinho e apoio nunca faltaram, e ao amigo Roberto Souza pelo apoio e ajuda na elaboração do pré-projeto de seleção e nos mapas.

Agradeço também, em especial, ao professor Jan Bitoun que orientou, respeitando e colaborando com suas observações em todos os momentos, inclusive nos momentos de maiores angústias e aflições.

Quero lembrar e agradecer ainda àqueles que gentilmente me acolheram em suas casas ou ambientes de trabalho (aos vinte e três líderes comunitários e aos dez delegados e delegadas do Orçamento Participativo, representantes da população da localidade em estudo, e aos vinte e dois representantes dos gestores entrevistados). Todos abriram para mim a possibilidade de realizar a pesquisa de campo indispensável ao meu trabalho. Entre estes, agradeço mais calorosamente, à senhora Creuza Nascimento e aos senhores Ovídio Ferreira e Degenildo Trajano, pelas informações e permissão, acompanhando-lhes nas várias reuniões, tanto da COMUL como quaisquer outras ocorridas para tratar das reivindicações de melhoria para localidade durante todo o percurso da pesquisa.

Agradeço ainda ao departamento do curso de mestrado em Geografia, aos coordenadores, professores e aos secretários senhor Acioly e senhora Rosa, além dos companheiros e companheira de turma, especialmente a Luiz Cunha pelas nossas conversas e à banca de qualificação pelas ricas observações sugeridas na defesa de qualificação do projeto.

Aos companheiros do grupo de filosofia pela compreensão nestes últimos meses pelo meu afastamento. Ao amigo Emmanuel Félix, que tem dado uma força nos problemas com a informática e à senhorita Maria Paula da ETAPAS, pela ajuda em disponibilizar a biblioteca nas horas em que eu necessitava.

Enfim, quero esclarecer algumas questões de ordem metodológica. Uma pesquisa retrata um determinado momento do processo de desenvolvimento de um pesquisador. Desse modo, ela carrega suas ambigüidades, limites e potencialidades. Assim sendo, essas pessoas que tornaram a caminhada menos árdua, não são responsáveis pelos possíveis erros aqui contidos.

## A FAVELA NUMA CIDADE GRANDE

A situação do país, em que existem regiões que são verdadeiros bolsões de pobreza, se repete nas capitais e nas grandes cidades, bolsões da miséria.

As favelas são os retratos de brasileiros vítimas de um sistema de políticas econômicas e sociais excludentes.

As fábricas se fecham, os operários vagueiam em busca de trabalho, a fome e a violência tomam conta na vida das cidades, os governos procuram paliativos mais do que as soluções que a sociedade exige.

O que se precisa fazer é aglutinar todos aqueles que sonham e lutam por uma sociedade igualitária. É preciso que façamos uma opção de vida em defesa de uma sociedade que todos tenham os seus direitos garantidos. É preciso que surjam homens, mulheres, jovens e crianças que pensem e sonhem que os direitos de moradia, saneamento básico, escola, trabalho e, sobretudo, o direito de alimentação sejam garantidos a todos.

Acredito e vejo os movimentos dos sem-terra, sem-teto e sem-alimento como uma resposta aos poderosos, ao poder econômico, internacional, nacional, resistindo, lutando por essa sociedade igualitária e sustentável, que há de vencer, de triunfar em nossa Pátria.

(Ovídio Ferreira de Paula, 2002. p. 24)

## RESUMO

Este trabalho se desenvolveu no espaço geográfico do bairro de Campina do Barreto entre a periferia de Olinda e Recife, a partir de uma pesquisa empírica, que teve como objetivo investigar e compreender como se dão as relações entre as representações dos moradores e moradoras (o vivido) e a gestão (o instituído) no bairro em apreço para a melhoria da qualidade das ações destinadas à população local, que também busca contribuir com sugestões nas soluções dos problemas identificados. A dissertação está composta por quatro capítulos, além de uma introdução e uma conclusão. Na introdução está contida a orientação que norteou a pesquisa, tendo as referências teórico-metodológicas, fundadas na abordagem do espaço urbano periférico, no movimento popular reivindicatório de bairro, procurando desvendá-lo à luz das categorias do real: as horizontalidades e as verticalidades, segundo Milton Santos, mas também Maria da Glória Gohn, com os conceitos de movimentos populares urbanos. No primeiro capítulo, faz-se uma reconstrução da história dos vetores que, desde o século XVI com os portugueses, produziram na área de estudo um espaço periférico. No segundo capítulo, foi analisada a influência do pensamento modernista na contribuição para o aprofundamento da “missão periférica” e a ocupação da área. No terceiro capítulo, fez-se o resgate da história da favela de Cabo-gato com seu movimento reivindicatório pela moradia, que deu origem à Comunidade Chão de Estrelas, e a produção de novos vetores. Enfim, no último capítulo procurou-se, a partir das análises das falas dos entrevistados e entrevistadas, tanto do vivido como do instituído, identificar as dificuldades que permanecem desafiando as conquistas das melhorias e, conseqüentemente, a construção da cidadania da população local. Conclui-se, neste trabalho, que a vida associativa na área pesquisada apresenta-se muito dividida e personalista, com baixo nível de politização e participação, inclusive da própria população local e dos gestores, exceto a Secretaria de Orçamento Participativo, além das lideranças estarem cooptadas por políticos “profissionais”.

Palavras – chave: movimento popular reivindicatório, produção do espaço urbano periférico, cidadania, vivido, instituído, horizontalidades, verticalidades, vetores.

## RÉSUMÉ

Ce travail traite des relations entre les représentations du vécu des habitants de Campina do Barreto, un quartier périphérique de Recife et limitrophe de Olinda, et les actions qu'y développe la gestion publique. Dans un cadre marqué par beaucoup de carences, les habitants, représentés par des associations tentent d'obtenir des gestionnaires publics des services et des équipements pour le quartier. Les deux parties, associations d'habitants et principaux gestionnaires, et leurs actions dans ce quartier ont fait l'objet de cette étude qui a inclu un travail de terrain, réunissant un matériel empirique sur le thème de la participation locale. L'introduction pose les bases théoriques de l'étude traitant de l'approche d'un espace urbain périphérique, où un mouvement populaire de quartier, porteur de revendications, se trouve engagé dans des relations horizontales et verticales, selon la conception de Milton Santos, et celle de Maria da Glória Gohn sur les mouvements populaires urbains. Les deux premiers chapitres permettent de situer le quartier dans une perspective historique de temps long, au cours de laquelle se fixent les caractéristiques d'une périphérie d'abord coloniale, puis réaffirmée par l'implantation moderne d'équipements urbains de l'hygiénisme. Le troisième chapitre traite de l'émergence et de la constitution d'un mouvement revendicatif autour de la question de l'habitation, qui au cours des années 80 du siècle dernier se consolide et est à l'origine de la communauté de Chão de Estrelas. Le quatrième chapitre, élaboré à partir de questionnaires et d'entrevues appliqués aux responsables des associations populaires et des secteurs de la gestion actifs dans le quartier, montre comment, depuis les années 90, se configure une participation instrumentale et dépolitisée, incapable de promouvoir une citoyenneté plus riche. La vie associative se révèle divisée et marquée par les personnalismes, tandis que les différentes actions de la gestion publique sont réalisées sans coordination au fur et à mesure des possibilités, observant que le mode d'agir du budget participatif n'a pas encore modifié cette fragmentation.

Mot clés: mouvement populaire de revendication, production d'espace urbain périphérique, participation, Recife.

## SUMÁRIO

	Págs.
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	12
LISTA DE ABREVIATURAS .....	14
INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO I HISTÓRIA DA TERRA OU HISTÓRIA DOS VETORES DA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE ? .....	32
1.1 A TERRA COM VETOR PERIFÉRICO .....	37
1.2 O RIO BEBERIBE COMO VETOR PERIFÉRICO .....	42
1.3 OS CAMINHOS COMO VETORES PERIFÉRICOS .....	48
CAPÍTULO II OS NOVOS VETORES DA MODERNIDADE NA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE: O MATADOURO E A ESTAÇÃO DEPURADORA DE PEIXINHOS .....	56
2.1 O MATADOURO DE PEIXINHOS COMO VETOR DA MODERNIDADE PERIFÉRICA .....	59
2.2 A ESTAÇÃO DEPURADORA DE PEIXINHOS COMO VETOR DA MODERNIDADE PERIFÉRICA .....	63
CAPÍTULO III AS LUTAS POPULARES COMO VETORES DOS NOVOS PAPÉIS DA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE: O VIVIDO E O INSTITUÍDO NO BAIRRO DE CAMPINA DO BARRETO .....	67

3.1 CABO-GATO: OS ANTECEDENTES DA COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS .....	77
3.2 CHÃO DE ESTRELAS: ANTIGOS E NOVOS PAPÉIS .....	84
<b>CAPÍTULO IV CONSIDERAÇÕES EM TORNO DAS FALAS DO VIVIDO E DO INSTITUÍDO NO BAIRRO DE CAMPINA DO BARRETO</b> .....	<b>96</b>
4.1 A FALA DO VIVIDO: DOS PAPÉIS DAS REPRESENTAÇÕES (LÍDERES) À LUTA PELA CIDADANIA .....	98
4.1.1 Reivindicações e articulações do vivido .....	111
4.1.2 Participação e voz do vivido .....	117
4.1.3 A Comunidade ZEIS: a COMUL no processo .....	125
4.1.4 Campina do Barreto: os delegados e delegadas do Orçamento Participativo no processo .....	132
4.2 A FALA DO INSTITUÍDO: OS GESTORES PÚBLICOS NO PROCESSO .....	140
4.2.1 Serviços sociais básicos .....	141
4.2.2 Infra-estrutura básica .....	148
4.2.3 Programa Orçamento Participativo - O P .....	155
4.3 OS IMPASSES E DESAFIOS QUE PERMANECEM DIFICULTANDO A CONCRETIZAÇÃO DA MUDANÇA .....	159
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>173</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> .....	<b>180</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>183</b>
Relação das entidades entrevistadas e identificadas na pesquisa - o vivido .....	184
Relação dos setores dos gestores: secretarias, diretorias, departamentos, etc. entrevistados na pesquisa – o instituído .....	186
Exemplar do roteiro de entrevistas realizadas com as representantes das entidades e as delegadas do Orçamento Participativo – o vivido .....	187
Exemplar do roteiro de entrevistas realizadas com as representações dos gestores – o instituído .....	192

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### MAPAS

1 – Campina do Barreto: Localização no Município do Recife – 1997 .....	21
2 – Bacia do Beberibe .....	36
3 – Trecho da Bacia do Beberibe: Mudança no Baixo Curso .....	45
4 – Comunidade Chão de Estrelas: Localização nos Bairros de Campina do Barreto e Peixinhos (Recife) .....	86
5 – Comunidade Chão de Estrelas: Localização de Conjuntos Residenciais .....	94
6 – Bairro Campina do Barreto e Comunidade Chão de Estrelas: Localização das Entidades e dos Delegados do Orçamento Participativo .....	100

### QUADROS

1 – Data da Fundação das Entidades .....	103
2 – Articulações Entre as Entidades .....	115
3 – Estrutura de Gestão do PREZEIS .....	130

## FIGURA

- 1 – Capa (Emblema do Jornal: *O Chão de Estrelas: Instrumento de Cidadania e Ação Cultural*)

## FOTOS

1 – Sítio Santa Terezinha .....	41
2 – Atual Ponte da Amizade .....	53
3 – Matadouro de Peixinhos .....	61
4 – Estação de Bombeamento de Esgotos .....	65
5 – Casa de Cabo Gato .....	80
6 – Primeira Ponte da Amizade .....	81
7 – Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas .....	88
8 – Posto de Saúde Comunitário Chão de Estrelas .....	89
9 – Padaria Comunitária Chão de Estrelas .....	90
10 – Policlínica Amaury Coutinho .....	95
11 – PSF Irmã Terezinha Batista .....	95
12 – Sede do Movimento Cultural Desperta Povo .....	145
13 – Alagamento das Ruas das Moças com Marcílio Dias .....	150

## LISTA DAS ABREVIATURAS

ASA – Agente de Saúde Ambiental

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEP – Código de Endereçamento Postal

COHAB-PE – Companhia de Habitação Popular de Pernambuco

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

COMUL – Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

COP – Conselho Municipal de Gestão Democrática do Orçamento Público

CSU – Centro Social Urbano

CTTU – Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos

DIAGONAL – Diagonal Urbana Consultoria Ltda

DGZ – Divisão de Gestão de ZEIS

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DO – Diário Oficial

DPU – Diretoria de Projetos Urbanos

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EE – Estação Elevatória

EMLURB – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana da Cidade do Recife

EMPREL – Empresa Municipal de Processamentos Eletrônicos

EMTU – Empresa Metropolitana de transportes Urbanos

ESUDA – Espírito Santo União de Dois Amigos (Faculdade de Ciências Humanas)

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ETEPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

FEMEB – Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FINSOCIAL – Fundo Nacional de Assistência Social

FUNDESPE – Fundo de Saneamento do Estado de Pernambuco

GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMIPE – Instituto Materno Infantil de Pernambuco

JC – Jornal do Commercio

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei do Orçamento Anual

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano

MDF – Movimento de Defesa dos Favelados

ONG's – Organizações Não Governamentais

OP – Orçamento Participativo

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PI – Plano de Investimento

PPA – Plano Plurianual

PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

PROMETRÓPOLE – Programa de Infra-estrutura em Área de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife

PROMORAR – Programa de Erradicação de Sub-Habitação

PSF – Programa Saúde da Família

PT – Partido dos Trabalhadores

RPA – Região Político Administrativa

SALO – Serviço de Água e Luz de Olinda

SANER – Saneamento do Recife S/A

SEIN - Secretaria de Assuntos Internacionais

SECTMA – Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UE – Unidade de Esgotamento Sanitário

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

URB-Recife – Empresa de Urbanização do Recife

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZEPH – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico

## INTRODUÇÃO

*“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.”*

(SANTOS, 1991, p. 27)

## INTRODUÇÃO

Os problemas sociais, tais como: falta de lazer, moradia, emprego, segurança, saúde, saneamento, transportes, entre outros têm se avolumado. Isto levou o Movimento Popular — reivindicatório — a ser uma força expressiva da nossa sociedade, principalmente, em determinados momentos da história política e econômica do país.

Estes movimentos populares de bairro nascem nos centros urbanos e, como veremos, decorrem das contradições sociais vivenciadas cotidianamente pelas populações pobres, sendo uma fração dos movimentos sociais no Brasil. Os estudos destes últimos têm abordado, em sua maioria, as formações históricas dos referidos movimentos, que se originaram nos segmentos das classes trabalhadoras com caráter reivindicatório [Jaccoud, 1990; Gohn, 1991], surgido após 1930, no bojo das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nos movimentos populares de bairro, as Associações de Moradores de Bairros têm sido objetos de estudos [Fontes, 1996; Ammann, 1991; Gohn, 1982, 1985; Araújo et al. 1993], e as mudanças nos modelos a que visam democratizar a gestão pública lançando mão da participação popular [Leal, 1996, 2003; Fernandes, 2004; Moura, 1996].

Desta forma, com o tema “*Os Gestores Públicos e Suas Ações no Bairro de Campina do Barreto: o Vivido e o Instituído*”, esta dissertação tem como objetivo central investigar e compreender como se dão às relações entre as representações dos moradores e moradoras (o vivido) e a gestão (o instituído) no bairro de Campina do Barreto para a melhoria da qualidade das ações destinadas à população no período em estudo. Em outras palavras, como se tem dado a produção do espaço local, na dialética entre o vivido e o instituído.

A idéia do tema não surgiu de forma aleatória, mas originou-se da nossa pesquisa para elaboração da monografia do IV Curso de Especialização em Ensino da Geografia, em 1998, realizado na UFPE. Constatou-se, à época, que um trecho do recorte territorial do bairro em análise não mais pertencia àquele que tínhamos como compreensão — convivendo na área em apreço desde o nascimento — causando insatisfações nos antigos moradores quando tomaram conhecimento das mudanças, mediante as substituições das antigas placas de identificação nas quais constavam o nome da rua, o bairro e o código de endereçamento postal (CEP), em 1999 [Prefeitura da Cidade do Recife, 1997a].

Mas, a partir da leitura do artigo do professor Jan Bitoun, intitulado: “*Análise dos Bairros do Recife através da Distribuição de Renda*”, vimos a pouca relevância do questionamento que nos incomodava. É o próprio Bitoun que nos esclarece:

*“A divisão territorial do Recife com 94 bairros para fins censitários (levantamentos e divulgação) resulta de um decreto de 1988 fixando os limites dos bairros, cada um deles correspondendo a um número inteiro de setores censitários e tornando-se uma unidade estatística, caracterizada por um conjunto de dados. Ressalta-se que, esses bairros não devem ser confundidos com unidades resultantes de práticas cotidianas e que seus limites não correspondem necessariamente às percepções dos seus moradores. Os bairros (...) são meras divisões estatísticas permitindo aprimorar o sistema de informações que é necessário ao desenvolvimento do diálogo permanente estabelecido entre administradores municipais e população na ocasião, por exemplo, da elaboração anual do orçamento regionalizado ...”*. [1996, p. 41].

Percebemos que as delimitações decorrentes das decisões técnicas e dos gestores não levam em conta as percepções dos habitantes do mesmo, isto é, não houve uma consulta prévia aos moradores e moradoras. Isso nos levou a um novo questionamento em nossa pesquisa: como se dá o relacionamento entre o gestor público (prefeitura) e a população na execução das ações a serem implementadas na localidade, pois nossa experiência cotidiana tem mostrado que as necessidades mais urgentes das populações pobres só são atendidas através de muitas lutas, assim mesmo de modo tão lento como medidas de “conta-gotas”.

Por necessitarmos de um instrumento de análise que abrangesse as duas dimensões políticas de nossa preocupação, concebida a partir de um ponto de vista sócio-geográfico, é

que trabalharemos com as categorias norteadoras: horizontalidades e verticalidades<sup>1</sup>, como também, nos sugere o professor Jan Bitoun, pois o espaço se compõe desses recortes, inseparavelmente. Além de concordarmos com Milton Santos, quando diz: “*O espaço geográfico, banal em qualquer escala, agrupa horizontalidades e verticalidades.*” [1997a, p. 55]. E continua, “... *o espaço torna-se mais diversificado e heterogêneo (...) produzido pelos vetores da modernidade e da regulação ...*” [1997a, p. 54]. Concordamos também, com Silva, quando afirma: “*Assim abarcaríamos o tempo e o espaço, ou seja, faríamos a captura das ações tanto...*” [1999, p. 2] dos indivíduos, coletividades, firmas, instituições e dos atores hegemônicos, no “... *espaço banal, o espaço do geógrafo.*” [Santos, 1997b, p. 257].

A área de referência desse estudo compreende o bairro de Campina do Barreto, nela encontra-se inserida a Comunidade Chão de Estrelas<sup>2</sup>. O bairro objeto de pesquisa possui uma área territorial de 50 hectares [Prefeitura — EMPREL, 1998] com uma população absoluta de 8.335 habitantes [IBGE, 2000], e uma densidade demográfica de 166,70 hab/ha<sup>2</sup>, que, grosso modo, apresenta os seguintes limites e suas respectivas direções: ao Norte e Noroeste faz fronteira com o bairro de Cajueiro; a Oeste com o Fundão; ao Sudoeste com Água Fria; Sul com Arruda; ao Sudeste e Leste com Peixinhos (Recife) e ao Nordeste com Peixinhos pertencente ao município de Olinda — PE (Mapa 1).

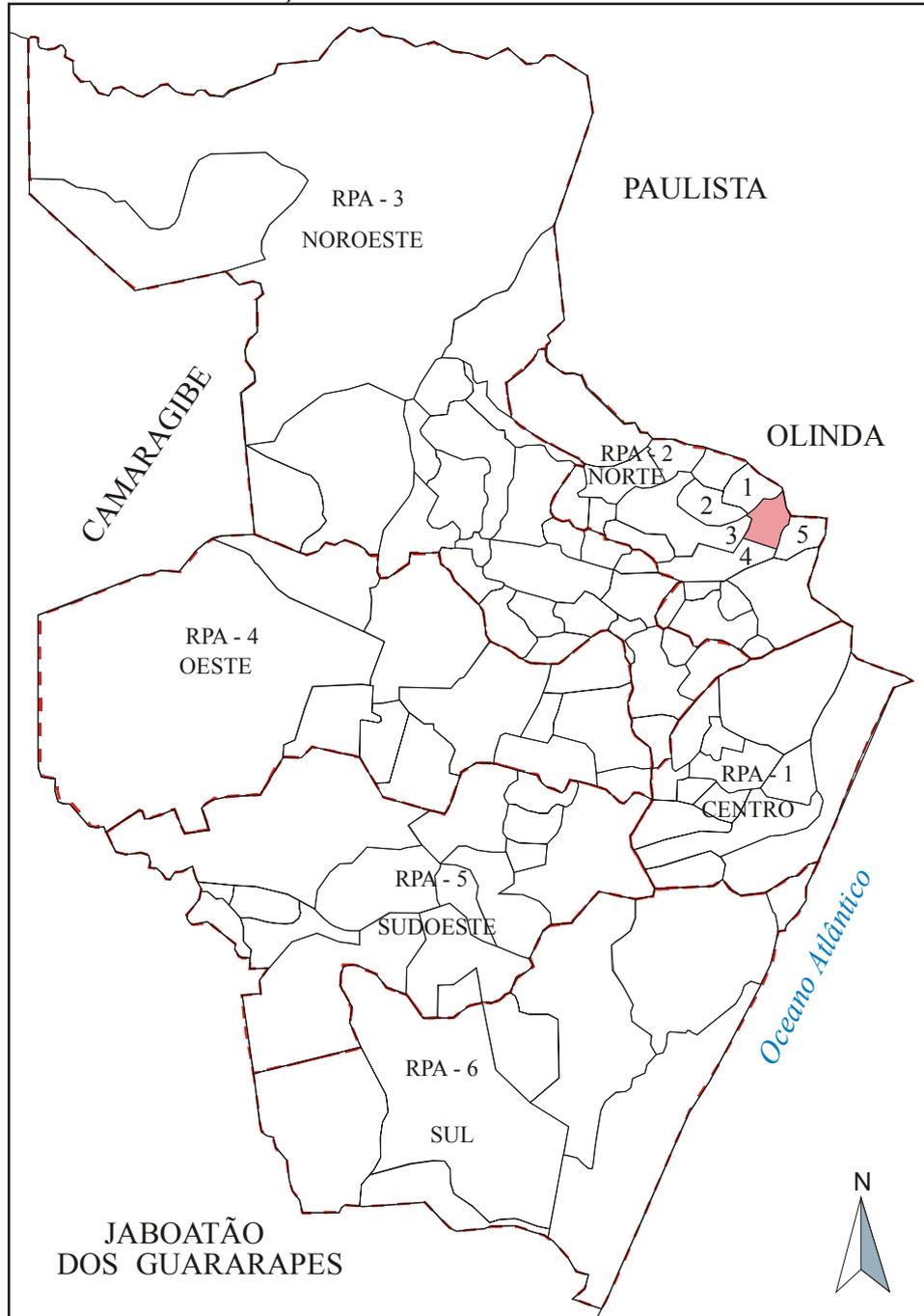
Escolheu-se como recorte temporal o período de 1980 até os dias atuais. Devido à materialização da relação (negociações) entre os gestores e as lideranças, através da construção pelo poder público (Estado) de habitações populares numa área conhecida como Sítio de Badé (Sítio Santa Teresinha [Sic]) de aproximadamente 30 hectares [Pernambuco, 1979a; 1979b], única área “verde” existente, dando origem à já mencionada comunidade que nasceu das lutas populares em prol da moradia. Isso veio moldar uma nova organização e dinâmica sócio-espacial na localidade. As escolhas dos recortes espacial e temporal se justificam pela luta da população (comunidade) em questão na produção de seu espaço, a fim de conseguir moradia digna, água, luz, esgotos etc., em outras palavras, pela riqueza das histórias de vida feitas pelos pobres.

---

<sup>1</sup> “As *Horizontalidades* são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). As *Verticalidades* agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes.” [Santos, 1997a, p. 54] (grifo nosso). Ainda Milton SANTOS, “é, talvez, dessa dialética que as populações retirem o entendimento de sua verdadeira situação e cobrem fôlego para ampliar o seu grau de consciência. Os chamados movimentos sociais poderiam inspirar-se nessa dinâmica.” [2000b, p. 54]. Sobre os referidos vetores, ver: SANTOS, 1997b; 2001; 2000b.

<sup>2</sup> Faz parte da Zona Especial de Interesse Social — ZEIS —, mais especificamente, ZEIS Campo Grande [Prefeitura, 1997b], pertencente ao Município do Recife — PE, na microrregião — 2.1, esta pertencendo à RPA — 02 (Região Política Administrativa).

MAPA 1  
CAMPINA DO BARRETO  
LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RECIFE - 1997



- Limite das RPA's  
 ■ Campina do Barreto
- 1 Cajueiro
  - 2 Fundão
  - 3 Água Fria
  - 4 Arruda
  - 5 Peixinhos (Recife)

FONTE: Prefeitura da Cidade do Recife, 1997.  
 ADAPTAÇÃO E EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza

0 1 2 km

A escolha do tema em questão provém do interesse pelos aspectos sócio-políticos no que diz respeito às lutas por melhorias sociais, principalmente, quando inserido no nosso espaço cotidiano, nosso bairro, analisado no contexto do urbano/político da ciência geográfica. Procura-se suprir a carência de estudos que abordem essa temática e a necessidade da sociedade, em especial, dos movimentos de bairros, que buscam responder às novas demandas políticas desse início de milênio<sup>3</sup>.

Em outras palavras, o tema vem oferecer à comunidade acadêmica, aos gestores, estudiosos, à sociedade em geral e, particularmente, à comunidade local, um trabalho que busca compreender o confronto existente entre instituído e o vivido, contribuindo, dessa forma, a agilizar as negociações para execução das ações a serem implementadas na localidade, compondo a história da mesma, que é também a história da cidade, palco onde se dão a intersecção e superposições entre os vetores: as verticalidades — as ações do Estado com o programa PROMETRÓPOLE, por exemplo, e as horizontalidades — o bairro e seu movimento social<sup>4</sup>.

Outro ponto que justifica o estudo em questão, como já frisamos, é o fato do tema — movimento social — ser ainda pouco explorado na geografia urbana. Do ponto de vista teórico, o recorte temático não se apresenta extenso, como também, no recorte espacial não encontramos trabalhos científicos que retratem com exclusividade os objetivos e o lugar em apreço.

Necessitamos esclarecer ainda, primeiro, o que chamaremos de tempo longo<sup>5</sup>, correspondente aos eventos que vão constituir o lugar como periférico e conseqüentemente ignorado; são os vetores da produção do espaço entre Olinda e Recife, que serão analisados no capítulo I — a Terra, o Rio Beberibe, os Caminhos — e no capítulo II — o Matadouro e a Estação Depuradora de Peixinhos.

Segundo, decorrente deste, o que chamaremos de tempo curto, as ações do vivido — o movimento popular com a produção de novos vetores na vida cotidiana: a conquista da ponte, da Escola Nova Esperança, a remoção para nova área, a sopa comunitária, a padaria comunitária, a rádio comunitária, a linha de ônibus, o posto de saúde, a área de lazer entre outras. Aquelas espacializações da sociedade cotidiana, as minúcias da vida diária e comum

<sup>3</sup> Mudanças na visão de direitos sociais e cidadania coletiva, novas tecnologias etc., a partir do final dos anos 1980 e início de 90. Ver a esse respeito, Maria da Glória GOHN, 2001, 2002; e Milton SANTOS, 1996, 2000a.

<sup>4</sup> Sobre a profusão de vetores nas cidades, ver Milton SANTOS, O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, cap. 13, p. 279; A natureza do espaço, cap. 12, p. 223 e cap. 14, subtítulo, os pobres na cidade, p. 258; ver também, vetores propriamente “organizativos”, p. 120.

de que fala Michel Maffesoli em *A conquista do presente*, correspondendo àqueles vetores que apesar de indispensáveis ao vivido, às vezes, passam despercebidos pelos usuários locais e do gestor, mas que são produção das reivindicações dos referidos movimentos (o que será tratado nos capítulos III e IV). Acreditamos que nosso objetivo passa por essas mediações, esses caminhos, pois as maiorias das representações da população local nasceram destes movimentos populares.

Nessa perspectiva, é que se dão as transformações sócio-espaciais na área em estudo. Como veremos, apresentam-se decorrentes de duas ações: a da produção do vivido, ou seja, das ações dos moradores e moradoras no seu cotidiano e das pessoas e empresas que para lá se destinam, mesmo em caráter temporário. Por outro lado, através das ações do instituído (promovidas pelos gestores públicos), como a Prefeitura ou o Estado, respondendo ou não às reivindicações do vivido. Serão analisadas a partir de uma abordagem dinâmica a fim de se compreender as melhores estratégias utilizadas pelas representações locais para materialização das necessidades da população do bairro.

Para compreensão desse relacionamento, necessitamos esclarecer as várias definições conceituais e categorias analíticas a serem trabalhadas e empregadas ao longo da pesquisa.

No que diz respeito à questão do espaço geográfico, entendemos como sendo o espaço dinâmico, que vai adquirindo novas funções e perdendo outras ao longo do tempo, decorrentes das condições políticas, sociais, econômicas e técnicas de que dispõe em cada período histórico.

De acordo com Milton Santos:

*“É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos.”* [1997b, p. 170].

Mas essa sucessão não é aleatória, como bem nos esclarece Santos, *“cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa história é complexa, mas igualmente ela é*

---

<sup>5</sup> Ver Milton SANTOS, *Tempo longo e tempo curto*, 1997b, p. 212.

*fundamental, se queremos entender como uma totalidade à evolução de um lugar.*” [Idem, p. 209-210].

Ainda segundo Santos, *“a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares.”* [Idem, p. 107]. O lugar (bairro) é aqui entendido, no sentido de localização, pois observa Milton Santos, que:

*“O lugar é o objeto ou conjunto de objetos<sup>6</sup>. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.* [Idem, p.2].

.....  
*Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar.* [Idem.].

.....  
*Cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo.”* [1988, p. 3].

Sendo assim, o lugar (bairro) é também a localidade e tem influência pública das representações dos gestores e do cotidiano do próprio vivido. Dito de outra maneira, o conjunto dos vetores no *“lugar conforma e permite a concretização e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e também a espacialização profunda dos lugares para atender a exigências de produção e circulação do modo de produção capitalista”* [Gomes, 2003, p. 488] gerando a periferização que, segundo Eliza Almeida, é *“a exclusão social e geográfica de grandes parcelas da população das modernizações do território que tem nas periferias desassistidas a sua expressão cabal.”* [2003, p. 230].

Outros pontos se colocam necessários para o entendimento da dinâmica histórica do lugar em estudo, os conceitos do que seja espaço periférico e de rede. É o próprio Milton Santos que responde:

*“Além de derivado, o espaço é igualmente periférico. Não o é somente no sentido consagrado, isto é, pelo fato de representar uma periferia em relação a um centro situado numa região mais*

---

<sup>6</sup> Segundo Milton SANTOS, *“objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo.”* [1997b, p. 54] *“toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais.”* [Idem, p. 56].

*desenvolvida, mas porque ele é geograficamente ou geometricamente periférico.* [1991, p. 105]<sup>7</sup>.

.....  
*As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos.* [p. 209].

.....  
*Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam.* [Idem.].

.....  
*São um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo.”* [1997b, p. 215].

Para nós, o espaço é periférico pelo fato de se organizar em função de interesses externos ao local, tendo as redes<sup>8</sup> como intermediadoras do processo de unificação entre as ações endógenas e exógenas. Tais categorias contribuem à inteligibilidade da função do vivido e do instituído na produção do espaço social.

Como veremos, o espaço do bairro de Campina do Barreto e seu entorno apresentam-se desde sua gênese como periferia, melhor dizendo, desde a instalação dos colonizadores portugueses a partir do século XVI, essa “missão” perpassa não só o espaço em estudo, mas também o país e, o terceiro mundo, fruto da divisão internacional do trabalho — sociais e territoriais — implantado pelo sistema capitalista mundial.

Essa divisão social e territorial do trabalho, segundo Santos, “... *constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial.*” [1997b, p. 104]. Sendo uma das chaves para a explicação das distribuições dos homens e das atividades sobre o território. Isso é importante para compreendermos os papéis desempenhados pelo lugar ao longo do tempo, que como veremos no primeiro momento<sup>9</sup>, tinha como “missão periférica”, o de fornecedor de matérias-

---

<sup>7</sup> Espaço derivado — “*A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região preexistentes.*” [SANTOS, 1991, p. 104]. Espaço enquanto geométrico — “*é para aqueles que não se apropriaram do espaço, individual ou socialmente, o espaço é vivido como geométrico: pontos e trajetos com significação reduzida. (...) O espaço social — exige a discussão da apropriação. Um espaço realiza-se como social quando é, de fato, apropriado. Desembocamos na questão da cidadania.*” [DAMIANI, 1999, p. 51].

<sup>8</sup> Uma abordagem de rede diferente desta de Milton Santos, mas que ao nosso ver, se complementa é a de Breno Augusto Souto-Maior FONTES, 1996, p. 231-60; 1999, p. 183-224.

<sup>9</sup> Cada momento que representa a história do lugar ao longo do tempo, deve ser visto com relatividade e artificialidade inerentes a qualquer periodização, pois o processo histórico, enquanto dialético, não se opera linearmente nem por fases nítidas.

primas e vias de escoadouro e fonte de abastecimento de água para os núcleos urbanos (Olinda e Recife) que estavam nascendo no âmbito do projeto colonial europeu e, posteriormente, como depósito das “mazelas” transferidas desses centros urbanos pelas políticas de modernizações implantadas pelo pensamento higienista do século XIX.

A palavra modernização será tomada no sentido dado por Milton Santos, “*entre os geógrafos, dever-se-ia falar, de preferência, em ‘modernizações’, no plural (Santos, 1972), (...), o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço.*” [1979, p. 23]. Pois como ele próprio define:

*“Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou imediatamente precedente. A história da formação dos espaços periféricos — os espaços do Terceiro Mundo — (...). Igualmente, a história da elaboração dos ‘espaços derivados’ (...). Trata-se, pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações...”* [Idem, p. 25].

Já o entendimento da relação entre o vivido e o instituído, torna necessário o esclarecimento do conceito de gestores públicos, que será aqui utilizado no sentido dado por Marcelo Lopes de Souza: “*gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.*” [2002, p. 46] ou ainda como ele próprio diz em: *Mudar a cidade*, “*... a gestão significa, a rigor, administração dos recursos e problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos ...*” [Idem, p. 31]. Entretanto,

*“... planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, (...) tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (...) O planejamento é a preparação para a gestão.”* [Idem, p. 46].

Mas o autor nos alerta dizendo que planejamento e gestão são distintos e complementares.

Um outro momento da história do lugar é quando da emergência de movimentos sociais urbanos de caráter reivindicatório, mais especificamente os movimentos populares de bairros, que têm suas causas e devem ser entendidos também, dentro do contexto da nova divisão social do trabalho — inserida nos processos de industrialização e urbanização das cidades brasileiras —, que traz em seu bojo uma explosão urbana e uma concentração de riqueza e pobreza nas cidades.

Apesar dos movimentos referidos apresentarem-se como reivindicações de direitos constitucionais, são vistos e tratados como simples casos de polícia, resolvidos pelos já conhecidos mecanismos de repressão do Estado. Concordamos com Mora, quando diz que *“não se trata de um fenômeno de ordem conjuntural ou transitório, pertence aos efeitos estruturais de um processo de crescimento brutalmente concentrador de riqueza, socialmente excludente e politicamente opressor”* [1987, p. 255-256], gerado na sociedade capitalista (em nosso caso), onde os interesses da reprodução ampliada do capital têm no Estado<sup>10</sup> um representante e/ou aliado.

Estes movimentos trazem as contradições urbanas, produto da oposição entre capital e trabalho, fundada e viabilizada pela dominação política, cultural e institucional (jurídica)<sup>11</sup> pelas classes dominantes, que se revela através dos quadros de exploração, espoliação e parcelamento da cidadania, aquilo que Milton Santos vai chamar de cidadania incompleta ou cidadão mutilado [1996].

A cidadania incompleta<sup>12</sup> materializa-se nas carências da população pobre, isto é, na privação total ou parcial por água, luz, esgoto, transporte, educação, moradia etc; levando à necessidade de reivindicações de tais serviços por parte dessa população. No caso em estudo, a organização do movimento popular reivindicatório foi fruto principalmente da luta em prol da moradia, parcialmente vitoriosa a partir de 1981—82, mesmo de forma incompleta e sem os moradores e moradoras terem a regularização fundiária das casas e dos terrenos. Referindo-se às casas localizadas na periferia, Milton Santos nos alerta que:

<sup>10</sup> O papel do Estado é também determinado pelo funcionamento da economia, ver Milton SANTOS, O espaço do cidadão, p. 87.

<sup>11</sup> Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. Idem, p. 68.

<sup>12</sup> A cidadania incompleta existe quando do abandono da população, cada um à sua própria sorte, ou do acesso a direitos que deveriam ser indiscriminadamente assegurados pelo poder público. Ver Milton SANTOS, O espaço do cidadão, cap. II — o cidadão mutilado. Ainda segundo SANTOS, *“é no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como é hoje, isto é, incompleta.”* [1996, p. 6].

*“Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público.” [1996, p. 115].*

Mas faltam ainda vários serviços sociais e de infra-estrutura, obrigando o movimento a permanecer mobilizado, encaminhando suas demandas à Prefeitura ou ao Estado. Diante disso, entendemos movimento social segundo o conceito dado por Safira B. Ammann, *“Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.”* [1991, p. 22].

Já concebemos os movimentos populares de bairros, como sendo a organização da classe destituída de poder, que demandam através das reivindicações<sup>13</sup>, por direitos básicos de acesso à participação e cidadania, não se dirigindo à luta pelo domínio (controle) político do Estado. Mas tendo no Estado não apenas o destinatário de suas reivindicações, mas também um adversário<sup>14</sup> e, às vezes, paradoxalmente, até um aliado.

Sendo a cidade uma totalidade — um espaço-tempo — é o *locus*, onde se materializam tais desigualdades sociais e econômicas, expressas no uso do solo [Carlos, 1994], fruto também da modernização tecnológica. A cidade é o palco onde se dá a intersecção e superposição dos vetores, ou como nos diz Milton Santos:

*“De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades. (...) as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar*

<sup>13</sup> As reivindicações são, aqui, tomadas no sentido de “confronto”, diferenciando-se das petições.

<sup>14</sup> Além do Estado (poder público: União, Estados e Municípios), a organização de bairro necessita, às vezes, dirigir-se também a particulares, adversários privados, entretanto, necessitando na maioria das vezes da mediação do Estado. Ver a esse respeito Tilman EVERS, et al. Movimento de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina, 1985, p. 135.

*da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra-finalidade, localmente gerada.”* [1997b, p. 226-227] (grifo nosso).

Em outras palavras, as horizontalidades caracterizam o espaço banal (aqui entendido, espaço da cidade), espaço onde realiza a vida coletiva, o cotidiano com os ricos e os pobres, os movimentos sociais de todos os tipos, as firmas e as instituições, a produção propriamente dita, a luta e a solidariedade tão presentes.

Já as verticalidades são um conjunto de pontos formando um espaço de fluxo, no qual as ações dos que agem, não raro á distância (através da circulação de produtos, do consumo, das informações, das empresas globais ou não), deslocam-se, instalando-se nos lugares com regulações que pouco se importam com o que está em seu entorno.

Exemplo dessa relação entre as categorias de verticalidades ou nomoespaço e horizontalidades ou genoespço<sup>15</sup> se dá na comunidade em estudo, quando os moradores e moradoras que residem na comunidade Chão de Estrelas, mais especificamente no Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, tornam-se cientes de residirem no bairro dos Peixinhos (Recife) e não no bairro de Campina do Barreto. Esta nova configuração espacial não considera a percepção construída pelos seus habitantes no cotidiano, limitando-se a decisões técnicas decorrente do instituído (Prefeitura—IBGE) na delimitação dos bairros do município do Recife em 1997 [Prefeitura, 1997a], mesmo sem a aceitação dessa divisão pelo vivido.

Estas categorias que usaremos na análise de nosso estudo permitem revelar as contradições existentes na sociedade em diversas escalas, tanto em níveis temporal como espacial; conforme assinala Santos, *“o tema das verticalidades e das horizontalidades pode comportar numerosas reinterpretações.”* [2000a, p. 126].

As escolhas destas categorias possibilitam o entendimento do “confronto” existente entre o vivido e o instituído, a exemplo disto, é o caso acima citado, da nova configuração espacial da comunidade, em que a população não foi ouvida, não participou das decisões do instituído; outro exemplo, é o PROMETRÓPOLE<sup>16</sup> — este com um agravante, o poder público ao atender às demandas da população necessita recorrer a capitais externos que impõe exigências limitando a autonomia do uso dos recursos por parte do solicitante.

<sup>15</sup> Sobre as categorias nomoespaço e genoespço, ver Paulo César da Costa GOMES, A condição urbana, a primeira parte, mais especificamente os caps. I e II.

<sup>16</sup> Programa de Infra-estrutura em Área de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife.

Sendo assim, essas respostas podem ser orientadas por interesses particulares da atividade hegemônica no lugar. Isto mostra a dimensão espacial entre o global e o local, o dominante e o dominado, o capital e o trabalho, o vivido e o instituído ou nas palavras de Milton Santos, “*cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.*” [1997b, p. 273] em que se unificam por intermediação das redes.

Vê-se, pois, que, mesmo com as ações do instituído na produção do espaço local, a manutenção dos problemas sociais leva à permanência do estado de pobreza da população reconhecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo que instituiu nessa área uma ZEIS — Zona Especial de Interesse Social.

Então, procura-se verificar em que medida as representações das necessidades dos moradores e moradoras construídas no cotidiano se relacionam com as iniciativas dos gestores e questionam o não cumprimento de direitos básicos constitucionais dos cidadãos e cidadãs locais.

Para atender aos objetivos e às etapas da pesquisa, em termos de seqüência de estratégia, técnicas e métodos propostos para análise das informações sobre o tema, na área em estudo e no período em apreço utilizamos os trabalhos de gabinete e de campo. Sendo sua realização composta dos seguintes procedimentos:

Primeiramente, constou de trabalho de gabinete com levantamento das fontes de informação sobre a área através da coleta de informações bibliográficas, cartográficas e documentais propriamente ditas. Esse material contribuiu também, para um melhor aprofundamento quanto ao referencial teórico da dissertação.

Em seguida, foi executado o trabalho de campo através da observação “*in loco*”, com entrevistas semi-estruturadas que foram as principais técnicas utilizadas para captar as representações, tanto do gestor, como dos moradores e moradoras (lideranças, delegados e delegadas do Orçamento Participativo).

A terceira etapa constou da seleção dos dados obtidos através dos trabalhos de gabinete e de campo, quando as informações coletadas foram selecionadas, descritas, interpretadas, tabuladas, mapeadas e analisadas, buscou-se verificar as relações existentes entre os fatores estudados e os pressupostos teóricos adotados; não negando a existência de outros, trabalharemos com as categorias descritas nas obras do Professor Milton Santos.

Dissertar sobre essa temática a partir das categorias miltoniana, significa demonstrar a aplicabilidade de suas idéias e a efetivação do conhecimento científico, pois a teoria só tem valor quando permite a produção de conceitos operacionais. Acreditando nessa operacionalidade e pondo-a em prática é que contribuiremos para o avanço da reflexão da ciência geográfica.

No primeiro capítulo, aborda-se no tempo longo a história dos vetores — Terra, Rio e Caminhos — da periferia entre Olinda e Recife, para mostrar as inúmeras transformações ocorridas no lugar estudado, desde a implantação da política de colonização aplicada pelos portugueses no Brasil, a partir do século XVI, produzindo um espaço que já nasceu periférico e conseqüentemente ignorado.

O segundo capítulo analisa a influência do pensamento modernista na contribuição para a “missão periférica” da localidade, melhor dizendo, o papel dos vetores — o Matadouro e a Estação Depuradora de Peixinhos — que constituíram a modernidade, aprofundando o processo de periferização e ocupação na área estudada.

No terceiro capítulo, procurou-se resgatar a história da localização de Cabo Gato e do movimento de luta pela moradia, que deu origem à Comunidade de Chão de Estrelas; como também, a produção de novos vetores pelas lideranças do movimento na comunidade desde a posse da moradia até hoje.

No quarto capítulo, utilizamos as entrevistas aplicadas ao vivido e ao instituído. A partir das falas buscamos compreender como se dão as relações entre as representações dos moradores e moradoras e a gestão, procurando identificar as dificuldades que permanecem desafiando as conquistas das melhorias e, conseqüentemente, a construção da cidadania para a população do bairro em estudo.

Nas considerações finais, a pesquisa busca sistematizar os resultados atingidos. Ao final é incluso um apêndice com o material utilizado: exemplar do roteiro de entrevista, uma bibliografia complementar sobre o tema e a relação das entidades de representação do vivido e do instituído entrevistado na pesquisa.

# CAPÍTULO I

*“... natura naturans, natura naturata, esse par  
contraditório e complementar que revela a  
marcha da história e as relações da sociedade  
com o meio? Apenas, a natureza se tornando  
natureza e a natureza feita natureza já não são  
mais a natureza natural, mas a natureza  
historicizada. E não há precedência a buscar  
entre natura naturans e natura naturata. Cada  
qual, ao seu tempo, dá origem e explica a  
outra.”*

(SANTOS, 1997b, p. 95)

## 1 HISTÓRIA DA TERRA OU HISTÓRIA DOS VETORES DA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE ?

Antes de iniciar a descrição dos eventos históricos ocorridos na área de estudo, é importante ressaltar que se trata de um espaço que é um fragmento remanescente de outro fisicamente maior, com seus respectivos contextos históricos e jurídicos diferentes.

A produção do espaço brasileiro que se inicia com a formação da rede urbana<sup>1</sup> a partir do século XVI, segundo Nestor Goulart Reis Filho, “... em 1532, com o estabelecimento do regime das capitanias e a fundação de São Vicente. (...) A êsse [sic] conjunto poderia ser acrescentado o Recife holandês...” [1968, p. 78-79]. Faz parte de um processo mais amplo que o simples “descobrimento”; a implantação e o desenvolvimento de um sistema econômico — o Capitalismo Comercial Europeu — que traz em seu bojo, segundo Paul Singer “... uma divisão do trabalho interurbana no plano mundial...” [1983, p. 22].

Ao instalar-se em novas terras, os colonizadores vão fundar ou reorganizar as cidades. Segundo Andrade,

*“... as cidades implantadas (...) foram, inicialmente, em portos para onde afluíam os povoadores ou os representantes das empresas comerciais colonizadoras e os agentes do Poder Público e por onde se escoariam os produtos a serem apropriados na nova colônia.”* [1979, p. 71].

---

<sup>1</sup> Para Roberto Lobato CORRÊA, “a rede dendrítica é a forma espacial mais simples de rede urbana. (...) a rede dendrítica caracteriza-se primeiramente pela sua origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que nasce e se estrutura na rede dendrítica.” [1989, p. 71-72; 1997, p. 307-308] (Grifo nosso). Ver Milton SANTOS, A natureza do espaço, p. 209, ainda SANTOS, “As Redes são vetores de modernidade e também de entropia”. [1997a, p. 57].

No caso do Brasil, os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos da colonização situavam-se no litoral<sup>2</sup> e, por não existirem cidades os colonizadores, segundo Andrade,

*“... tiveram de fundar vilas em locais mais favoráveis, como portos, e, posteriormente, à proporção que o povoamento se expandia para o interior, que implantar pequenos centros comerciais que se encarregavam de coletar a produção local e remetê-la à vila portuária. Também os produtos vindos do exterior para serem comercializados eram distribuídos por agentes localizados na área portuária e daí seguiam para as povoações do interior para serem distribuídos aos consumidores. Formava-se, assim, uma rede urbana artificial, implantada em função do mercado externo e não das necessidades do país.” [Op. cit., p. 72].*

Esse tipo de urbanização<sup>3</sup> não foi específica do Brasil e ocorreu na formação histórica de muitos espaços periféricos coloniais do Terceiro Mundo.

Este processo de formação urbana dominou a produção do espaço no Brasil, de forma geral, e em particular, o espaço Pernambucano. Segundo Andrade, pode-se admitir cinco períodos:

1. Do período anterior ao descobrimento do Brasil até 1550, com o comércio de escambo utilizado pelo colonizador;
2. seguido da criação das Capitânicas Hereditárias, com o processo de apropriação das terras e de povoamento do Brasil, iniciando a cultura da cana para produção de açúcar nas várzeas do Beberibe e do Capibaribe, onde havia um excelente porto natural — o do Recife —, e onde Duarte Coelho erigiu sua vila capital (Olinda), esse período estende-se de 1550 a 1750<sup>4</sup>;

<sup>2</sup> Nestor GOULART REIS FILHO, *Evolução urbana do Brasil*, p. 122.

<sup>3</sup> Segundo Nestor GOULART, o processo de urbanização é “... *um processo de origem social.*” [Op. cit., p. 15]; ver Milton SANTOS, *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo, especificamente: O espaço derivado; O espaço periférico* [p. 104-105].

<sup>4</sup> Segundo Nestor GOULART REIS FILHO, “*a política de colonização aplicada pelos portugueses (sic) no Brasil até meados do século XVII é a mesma utilizada pelos holandeses (sic) durante os 30 anos de sua colonização do Nordeste: concentrar a atenção e os recursos nos núcleos maiores — para os holandeses apenas o Recife — e controlar apenas indiretamente as demais povoações.*” [1968, p. 185].

3. com a Revolução Industrial na Inglaterra (século XVIII), houve uma grande influência sobre o espaço do Nordeste, em geral, e Pernambuco, em particular, em função do crescimento da demanda de algodão pela indústria têxtil inglesa. Esse período se estende até 1850;
4. de 1850 a 1945, houve grandes modificações nas relações econômicas, sociais com a decadência do uso da força de trabalho escravo e da extinção gradativa da escravidão (século XIX). É o período da expansão cafeeira no Rio de Janeiro e depois em São Paulo e a realização de um primeiro processo de industrialização entre outros;
5. finalmente, o período que vai de 1945 aos dias atuais, caracteriza-se pela expansão do modo de produção capitalista na produção agrícola, pelo aumento do ritmo de industrialização etc. Neste período, ocorrem o crescimento urbano mais acelerado e o agravamento das contradições econômicas e sociais que empobrecem cada vez mais a região, em comparação com o Centro-Sul, etc. [1984, p. 87-100].

É nesse contexto, que o espaço em estudo — o bairro de Campina do Barreto (antigo Fundão de Dentro) — localizado na bacia hidrográfica do Beberibe, mais especificamente no trecho correspondente ao baixo curso do seu rio principal (Mapa 2), na sua margem direita — lugar na freguesia do povoado de Beberibe, pertencente ao município de Olinda; hoje, município do Recife —, vai ser ocupado ao longo do tempo como periferia dos núcleos de Recife e Olinda. Segundo Silva, “*estes núcleos urbanos já nasceram segregados...*” [1999, p. 6].

Essas características de espaço periférico capitalista vão marcar o lugar ao longo da história, seja como no pretérito, enquanto via de escoadouro de mercadorias para os portos, seja como a partir da década de 1970<sup>5</sup>, enquanto lugar de movimentos reivindicatórios. São esses os principais vetores que nortearão nossa pesquisa como veremos adiante.

---

<sup>5</sup> Ver citação n. 9 na introdução. p. 25.



## 1.1 A Terra como Vetor Periférico<sup>6</sup>

Com a criação das Capitâneas Hereditárias, o donatário Duarte Coelho Pereira, recebeu a Capitania de Pernambuco em 1535; logo se fixou, segundo Campos, com “... *sua mulher Dona Brittes d’Albuquerque, seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, outras pessoas da família e de vários fidalgos e amigos.*” [1991, p. 48]. Fundou a vila de Olinda — Sede da Capitania — construída sobre uma colina em 1537, na margem esquerda do rio Beberibe, de onde poderia observar o delta formado por este rio e pelo Capibaribe [Andrade, Op. cit., p. 73]. Também em março desta data, o referido donatário mandou construir a casa da alfândega de Pernambuco e a Provedoria da Fazenda Real no Varadouro.

Guarnece a vila dos ataques dos índios hostis e a liga por caminhos segundo Silva, até o “... *Varadouro das Galeotas, porto fluvial e lugar de desembarque de mercadorias vindo do Porto do Recife, o outro núcleo, fundado no grande estuário dos rios Capibaribe e Beberibe.*” [2000, p. 25]. Inicia-se assim o processo de apropriação das terras e de povoamento do Brasil com a ação dos agentes do capitalismo mercantil, sobretudo em Pernambuco, onde foram investidos grandes capitais na implantação de engenhos de açúcar, na aquisição de escravos africanos e indígenas e no desmonte da floresta<sup>7</sup>.

A ocupação dá-se nas várzeas, mais especificamente pelo baixo curso do Beberibe, na primeira metade do século XVI, com a construção do primeiro engenho de açúcar de Pernambuco. Esse engenho de Nossa Senhora da Ajuda foi fundado em 1542, pelo fidalgo Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário, e seria denominado vulgarmente de Engenho Velho de Beberibe. Situava-se à meia légua, do Varadouro para cima, à margem esquerda do rio Beberibe, no lugar a que hoje — desde meados do século XVIII — se dá o nome de Forno da Cal<sup>8</sup>, onde atualmente encontra-se a indústria de fertilizantes Fosforita Olinda S.A. no bairro de Peixinhos (município de Olinda), limitando-se com o bairro de Campina do Barreto, objeto de estudo.

<sup>6</sup> Para compreensão dos aspectos físicos ambientais da área em estudo, surgiremos ler Hernani Leobler CAMPOS, A bacia hidrográfica do Beberibe: um enfoque ambiental, Cap. I; Augusto Antonio Campelo CABRAL, Educação ambiental na escola de ensino fundamental: uma experiência na comunidade de Campina do Barreto, cap. II, e ATLAS Ambiental do Recife.

<sup>7</sup> Ver Manoel Correia de ANDRADE, Poder político e produção do espaço, p. 89; e Economia pernambucana no século XVI.

<sup>8</sup> Francisco Augusto Pereira da COSTA, Anais Pernambucanos, v. 4, p. 156-159; Ibid. p. 226; ver Alguns aditamentos e correções, José Antônio Gonsalves de MELLO, ibid. p. 534; Hernani Leobler CAMPOS, Op. cit., p. 52; e também, Sebastião de Vasconcellos GALVÃO, Dicionário chorographico, historico e estatistico de Pernambuco, v. I, p. 53-55.

Situado a três quilômetros deste, no médio curso do rio, à margem direita do mesmo, funda-se a povoação de Beberibe, terras doadas pelo primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, a Diogo Gonçalves, auditor da gente de guerra da capitania a título de dote, em meados do referido século. Surgiram aí engenhos como o de Nossa Senhora da Conceição, que segundo Costa, quando de fogo morto, “... *não fala mais em engenho, e simplesmente na Fazenda de Beberibe em uma légua de terra, de que talvez tirasse melhores vantagens na exploração das suas matas e fabrico do carvão,...*” [1983. p. 159, v. 4]; localidade onde hoje, se encontra o bairro de Beberibe (Município do Recife).

Com o período da dominação Holandesa, que durou de 1630 a 1654, não houve importantes modificações na forma de ocupação do espaço em estudo, ou melhor, em toda a bacia do Beberibe que continua a ser uma área canavieira, nessa altura, já uma atividade em decadência<sup>9</sup>. Para Silva, uma área “... *que se encontrava em disponibilidade à espera dos conteúdos que viriam e, de todo jeito, era parte importante de uma totalidade em movimento.*” [1999, Op. cit., p. 23], pois os flamengos sendo prepostos de uma companhia de comércio — a Companhia das Índias Ocidentais — estavam mais interessados na comercialização e distribuição do açúcar, e por isso, se instalaram no Recife, beneficiado pela sua posição, geográfica, o porto natural [Andrade, 1979].

O Recife com isso vai consolidando funções tipicamente urbanas, gerando um sistema de relações que o torna um centro de decisões econômicas para onde converge toda a produção. Essa supremacia urbana do Recife, jamais será perdida; é finalmente em 1827, já no século XIX, resolveu o governo transferir a Capital para a mesma, de acordo com Andrade, “... *sepultando as pretensões olindenses a comandar a vida política pernambucana.*” [Idem, Op. cit., p. 85]. Mesmo assim, a velha capital, jamais, deixará de ter, uma integração com o Recife.

Com a entrada dos engenhos em fogo morto em fins do século XVII, as antigas propriedades pertencentes à Câmara de Olinda desde as doações em 1537, segundo Silva:

*“De acordo com a sentença do Juiz do Tombo, datada de vinte e três de setembro de mil setecentos e dez, a grande área aforada compreendendo toda a Várzea do Beberibe, abrangia o Pântano, Salinas, Capins e Lagoas do Conselho, com as denominações atuais de Varadouro, Vila Popular, Jardim Brasil, Fosforita, Peixinhos, Campo Grande, Hipódromo,*

---

<sup>9</sup> Ver CAMPOS, Op. cit., p. 56.

*Encruzilhada, Torreão, Espinheiro, Rosarinho e partes do Fundão, de Água Fria, da Tamarineira, do Arruda, de Beberibe, de Sapucaia e de todo Ponto de Parada” [2000, p. 30].*

Vão sofrer transformações na forma de ocupação fundiária e no uso do solo; passando a serem desmembradas e repassadas a diversos foreiros constituindo-se nos chamados sítios, que contribuíram para multiplicar os caminhos dos quais vários deles integrarão os sistemas de comunicação entre Olinda e Recife, com a construção das estradas de ferro (os caminhos dos trens maxambombas em 1871).

Esse “habitat” rural sofre modificações com o processo de evolução da urbanização; transformando-se em subúrbios e arrabaldes<sup>10</sup>. Como também percebemos do texto de Costa, “*a povoação de Beberibe é pequena, mas são notáveis e abundantes as suas construções, em sítios e em prédios, avultando, porém as habitações de construção ligeira, humilde mesmo, vindo daí uma grande e animada população.*” [1983, p. 161].

Dentre os sítios mais importantes na grande várzea seca do Beberibe, destacam-se entre outros<sup>11</sup> na margem direita do rio, abaixo da povoação de mesmo nome, até à cidade de Olinda, pertencentes a esta, segundo Galvão as povoações do:

- **“Porto da Madeira – Povoação – Marginal á linha ferrea de Olinda, ramal de Beberibe, (...). A origem do seu nome vem do facto de que as madeiras tiradas das mattas dos engenhos das proximidades eram ahi embarcadas para ser conduzidas, rio abaixo, até seu destino.** [v. II, p. 400];
- **Sítio dos Craveiros – Sítios em territorio do mun. de Olinda, ao poente e á 4 kilms. distante á marg. do rio Beberibe** [v. I, p 209];
- **Fundão – Logar no mun. de Olinda a 5 kilms. Désta cidade, á marg. da linha ferrea denominada do Recife a Olinda e Beberibe (na secção d’este nome), tem no kilms. 5,982m uma estação entre as do Porto da Madeira e Agua Fria** [Ibidem, p. 263]; e na margem esquerda a do
- **Peixinho – Logarejo – No municipio de Olinda, no districto de Beberibe, e á margem do rio deste nome.** [v. II, p. 29].

Destacam-se ainda as povoações que não estão à margem do rio, mas que se limitam com a do Sítio do Fundão, são elas:

<sup>10</sup> Segundo Jan BITOUN, “... o ‘arrabalde’, palavra hoje em desuso, aplicada aos assentamentos de habitat concentrado a partir dos quais se estende o ‘subúrbio’. O desaparecimento da palavra ‘arrabalde’ se deve à sua substituição paulatina pela de ‘bairro’.” [2000, p. 43].

<sup>11</sup> Destacam-se as povoações: do Coqueiro, do Salgueiro, do Beberibe, do Porto da Madeira etc. Ver Sebastião Vasconcellos GALVÃO, Op. cit.

- *“Arruda – Assim é conhecida a estação da Agua Fria na povoação deste nome, da linha ferrea do Recife a Olinda e ramal de Beberibe, pelo facto de se ter feito a estação no local em que o portuguez Manoel Ignacio de Arruda teve uma mercearia, e continuado mesmo depois disto numa casa fronteira ao edificio da mesma estação [v. I, p. 38]; e*
- *Água Fria – Logar no municipio de Olinda, onde, no kil. 5,172m, do Recife, a via ferrea urbana daquelle nome, no ramal do Beberibe, tem uma estação entre as do Fundão e Estrada Nova. É reputado como saudavel e assim muitas pessoas empregadas no Recife o teem procurado como moradia. Perto passa o rio Beberibe. (...) Agua Fria chamou-se, no periodo hollandez, Estancia de Leonardo Fróes, porque este, (...), alli residia. ...” [v. I, p. 7-8].*

Nestes povoados existem diversas plantações, como constatamos no bonito verso de Augusto Aristeu ao referir-se à povoação de Beberibe<sup>12</sup>:

*“Ao norte do Recife airoso e lindo,  
Existe um pitoresco povoado  
Que pertencendo à majestosa Olinda  
Beberibe será sempre chamada.  
Em seu seio se alonga a selva infinda  
Onde se oculta o tímido veado;  
Tem doces sapotis, goiabas, mangas,  
Viçosos araçás, cajus, pitangas...”<sup>13</sup>*

Nesse verso, Aristeu nos fala das riquezas de cultivos desenvolvidos em seus solos que devido à proximidade terá como mercado consumidor Olinda e Recife. Na nossa área de estudo até meados do século passado (século XX) existiam diversos sítios, como: O sítio de Messias; das Freiras; da Rádio (Rádio Capibaribe — AM); da Portuguesa; o sítio Santa Terezinha de dona Marina Carrilho da Silveira, viúva do Sr. Osman, conhecido como sítio de Badé<sup>14</sup> (Foto 1), onde hoje, encontra-se a Comunidade Chão de Estrelas — constituída por mais dois conjuntos residenciais: o Senador Aderbal Jurema (também conhecido como Vila Jorge Pimenta) e o Ovídio Ferreira de Paula.

<sup>12</sup> No final do século XIX, “a Lei Provincial n. 1.383 de 2 de maio de 1879, elevou este lugar à categoria de freguesia, desmembrando-o da Sé de Olinda ...” [Galvão, Op. cit., p. 53].

<sup>13</sup> Francisco Pereira da COSTA, Op. cit., v. 4, p. 161.

<sup>14</sup> Informação obtida através de conversa informal com o morador Sr. Abel (do carvão).

Foto 01

Sítio Santa Terezinha<sup>15</sup>

Fonte: Autor desconhecido, 1963.

Segundo Roberto Silva de Souza, a área pertenceu ao Dr. José Antônio Almeida Pernambuco (Dr. Pernambuco) que adquiriu do Sr. Henry Gibson, o qual havia adquirido em hasta pública o Forno da Cal<sup>16</sup>, juntamente com os sítios encravados ou adjacentes. Incorporando também às suas propriedades entre outros: o sítio Fundão ou Olga de Souza, de Dona Edwirges Maria Caldas da Silva e seu marido Francisco Lins Mendes da Silva, em 12/12/1923 (Souza, 2001). É neste que se encontram os pequenos sítios por nós citados. Posição também do Sr. Manoel Nascimento da Silva, morador da localidade entrevistado em 1988 para nossa monografia de especialização, como podemos constatar na fala abaixo:

*“Dr. Pernambuco era dono de Peixinhos, e inclusive esse sítio aqui, (...) quem tomava conta era Ferreirinha, era um dos administradores de Dr. Pernambuco, chamava-se Ferreirinha. Aquele alto do Ferreirinha, ele residia ali. (...) Doutor Pernambuco em seguida chegou muitos anos depois, ele dividiram Olinda – Recife, então ficou a parte de Olinda para eles lá (Dr. Pernambuco) e o lado de cá (margem direita do rio Beberibe) passou Recife, então passou a comarca como nós*

<sup>15</sup> Sítio de coqueiros, conhecido como sítio de Badé, atual local da Comunidade Chão de Estrelas.

<sup>16</sup> O topônimo “Forno da Cal”, que substituiu o de Engenho Nossa Senhora da Ajuda, levantado por Jerônimo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. O local é hoje as Industrias Fosforita S/A, no bairro dos Peixinhos, município de Olinda — PE, [Souza, 2001, p. 36].

*chamamos, e, daí nasceu Campina do Barreto, através do nome de seu Barreto, que era o dono disso daqui. (...) doou o terreno das feiras<sup>17</sup>, tudo aqui era dele, (...) e então Dr. Osman já vem segunda pessoa, terceira pessoa, melhor dizer, primeiro Dr. Pernambuco, passou a Barreto, Barreto comprou isso aqui, tomou, apossou-se, tomou não sei, ninguém sabe ao certo? (...) Mas não faz muitos anos, milhares de anos não, porque eu alcancei aqui menino, alcancei seu Barreto (...) minha mãe foi empregada dele, Dr. Pernambuco.” [Informação verbal, 1998a].*

Como analisamos acima, a terra é um vetor periférico na medida em que assume novas funções, inicialmente de produtora de culturas agrícolas para atender o mercado externo; isto a partir do século XVI, com a colonização portuguesa; depois, os engenhos em fogo morto foram substituídos por sítios que atendem o mercado local — Olinda e Recife —, e que, por sua vez, já nos meados do século XX, se tornaram povoações residenciais.

## 1.2 O Rio Beberibe como Vetor Periférico

No espaço da periferia entre Olinda e Recife, o evento mais importante durante o primeiro século de povoamento até o século XVII, é a instalação de engenhos. Sendo a área da pesquisa, ocupada pela cultura canavieira, já que os engenhos nunca estavam exatamente à beira do rio, pois a várzea toda ficava inundada com a maré alta, e principalmente quando das enchentes. Segundo Souza, essa cultura canavieira “... conquistou o espaço da vegetação natural onde, a partir daí, a natureza e o nativo passaram a sentir o resultado das exigências do mercantilismo, tão concretas nas intenções da Coroa portuguesa.” [2001, p. 27].

Para atender essas exigências mercantilistas da metrópole, a produção de riqueza da terra, principalmente, o açúcar, e posteriormente a madeira, vão ter desde o início da colonização no século XVI, como único caminho de ligação e escoadouro da produção para os portos e deste à Europa, o rio Beberibe. Ampliando-se ao longo do tempo a outros rios, principalmente, o Capibaribe que substituirá o Beberibe por ter maior volume de águas e, conseqüentemente, melhor navegabilidade. Como percebemos da fala de Campos:

---

<sup>17</sup> Segundo o entrevistado, já foi um Cemitério, mas que não deu certo, hoje é o Oratório da Divina Providência no prédio onde fica a escola São Judas Tadeu.

*“Nessa época, o porto do varadouro assumiu grande importância estratégica, pois os navios oriundos de Portugal, abarrotados de mercadorias, penetravam pela foz conjunta dos rios Beberibe e Capibaribe, subiam o baixo curso do Beberibe e atracavam no varadouro, onde descarregavam e se abasteciam de açúcar e pau-brasil.” [Op. cit., p. 51-52].*

Para Silva:

*“No local do nosso estudo, exatamente, não se instalaram engenhos, mas a circulação de mercadorias pelo rio Beberibe confere ao espaço sua inclusão na definição das necessidades de circulação da produção agro-industrial que se apresentava como a modernização da técnica e da forma de organização do trabalho rural. Esta necessidade de comunicação entre os dois núcleos, ao longo do tempo, assumirá um caráter cada vez mais imprescindível e desencadeará, nitidamente, toda uma dinâmica em relação à ocupação às margens das estradas e dos cursos de água.” [2000, p. 33]<sup>18</sup>.*

Mas, o transporte pelo rio não se restringia apenas às mercadorias mencionadas como nos esclarece Freyre:

*“A canoa esteve por muito tempo ligada à paisagem de Olinda e dos seus arredores. Era principalmente de canoa que se viajava de Olinda ao Recife. A canoa foi um meio tão aristocrático de transporte por mar como o palanquim de transporte por terra. Algumas canoas eram adornadas com figuras na proa; tinham camarins na popa. Camarins às vezes forrados de veludo, como os palanquins dos olindenses ricos. Mas havia também canoas proletárias. Canoas de pesca. Canoas para transporte de água. Canoas para mudança de trastes. Canoas para carregar pedra e tijolo” [1944, p. 59].*

Além das funções mencionadas, o rio Beberibe foi a principal fonte de abastecimento de água para Olinda e Recife, cujo crescimento urbano, decorrente da expansão da cultura da cana-de-açúcar, amplia a necessidade do abastecimento como nos esclarece Costa:

---

<sup>18</sup> A área da nossa pesquisa fica no encontro do canal do Arruda, continuação do canal Vasco da Gama, antigo riacho Água Fria, com o rio Beberibe, onde se localiza o prédio do antigo matadouro de Peixinhos, a aproximadamente uns três quilômetros acima do local de estudo da referida citação, que é o atual bairro de Santo Amaro na mesma margem do rio.

*“Foi dos antigos moradores de Olinda, escreve um cronista de 1710, provê-la d’água, pela falta que a respeito experimentavam, por não ser a das fontes bastante a suprir tanta gente, e arbitrando vários modos, para de fora a levarem para dentro, (...) não teve bom êxito.” [Op. cit., v. 5, p. 120].*

Para remediar a falta de água, existiam poços, cacimbas, bicas etc., que atendiam insuficientemente. Sendo que em 1685, para sanar o problema foi construída uma ponte barrando o rio, em frente ao Varadouro, com uma represa, produzindo o desejado efeito. Daí era retirada à água para o abastecimento de Olinda e também do Recife, transportada em canoas para ser vendida na referida vila.

Essa represa vai gerar discórdia entre o povo olindense e recifense durante longo tempo, segundo Campos, *“... quando havia uma ponte em lugar da barragem, as canoas de Recife podiam subir o rio e se abastecer, não só de água, mas também de lenha. Com o tapamento da ponte essa operação se tornou inviável.” [Op. cit., p. 28].*

Quando em princípio de 1744, o Beberibe, numa de suas cheias, abriu outro braço mais ao sul, na localidade denominada Arrombados, atual bairro olindense de Duarte Coelho, provocando o desvio definitivo do rio que passou a correr por um só leito, o nível das águas do Varadouro diminuiu, sendo invadidas pelas marés, provocando o desenvolvimento dos mangues. O abastecimento do lago ficou apenas para Olinda. Os canoeiros recifenses aproveitando o desvio do rio subiam o Beberibe para abastecer<sup>19</sup> (Mapa 3).

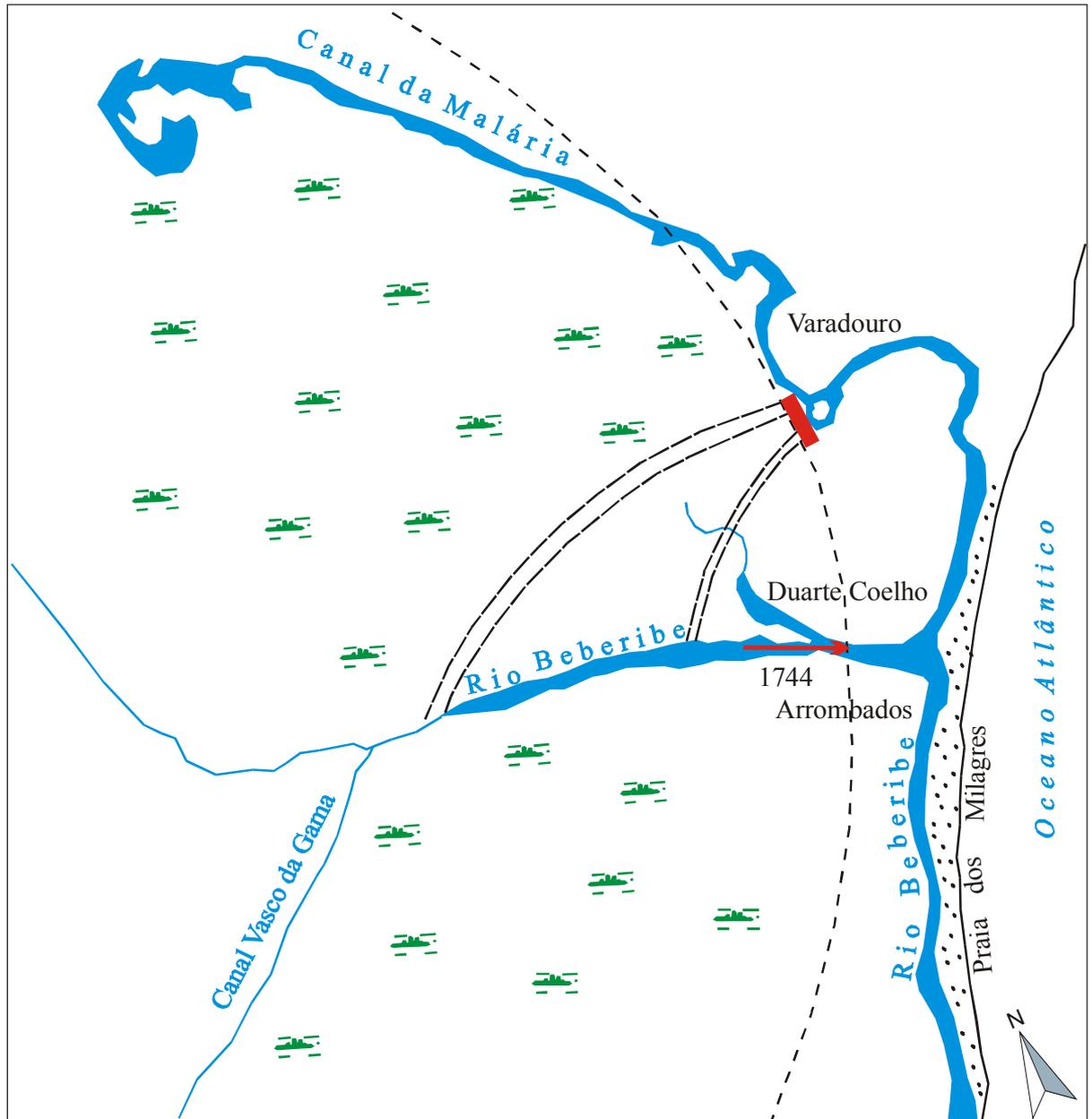
Mesmo assim, a disputa pela demolição e reconstrução da dita barragem vai perdurar até 1856, quando foi demolida e substituída por uma ponte de ferro que segundo Costa, *“... perdurou até 1914, quando foi construída a atual, de resistência ao trânsito dos bondes elétricos.” [Op. cit., v. 4, p. 373].* A demolição foi ordenada pelo então Presidente da Província, Francisco do Rego Barros (Barão, Visconde e depois, Conde da Boa Vista), que também ordenou a drenagem da área inundada para ocupação por atividades agrícolas.

Com a demolição da represa do Varadouro, vários projetos surgiram para atender o abastecimento de água potável à população olindense. Para Costa, *“... a primeira tentativa feita em 1844, com a abertura de uma levada em linha reta, do Varadouro a encontrar o rio Beberibe no sítio dos Craveiros, ou Salgueiro, cujo trabalho foi concluído no ano seguinte.” [Op. cit., v. 3, p.87],* mas sem a obtenção de êxito.

---

<sup>19</sup> Ver CAMPOS, Op. cit., p. 30; ANDRADE, 1979, Op. cit., p. 87 e COSTA, Op. cit., V. 4, p. 373.

MAPA 3  
TRECHO DA BACIA DO RIO BEBERIBE  
MUDANÇAS NO BAIXO CURSO



-  Antigo curso do Beberibe ou um dos seus braços
-  Limites aproximados da represa.
-  Novo curso pelos Arrombados
-  Barragem 1684 - 1685 - 1711 - 1714 - 1856
-  Mangues

FONTE: CAMPOS, 1991.  
ADAPTAÇÃO E EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza.

0 250 500 m

Outros projetos não tiveram continuidade, como os de José Fernandes Portugal, José Joaquim de Santana e Eusébio da Costa Assunção, que escolheu o manancial do rio Beberibe, no lugar chamado Sítio do Beringuel, com altura suficiente para fornecer água à cidade de Olinda, e daí para a vila do Recife, e, o do engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer que em 1822, propunha tornar contínua a navegação entre Olinda e o Recife sem espera de marés, com a construção de um açude de comportas em Olinda para receber as águas do Beberibe e, daí, conduzir ao Recife.

No Recife, o crescimento da renda dos grandes proprietários e comerciantes, decorrentes da elevação dos preços do açúcar, do algodão e do couro, em consequência da abertura dos Portos às Nações Amigas, levou a experimentar, na primeira metade do século XIX, uma fase de grande crescimento e modernização, como mostra Andrade, “... a introdução de inovações e o desejo de um maior conforto por parte da burguesia local” [1979, p. 86], estimulara o desenvolvimento da vida urbana, seja na elevação (crescimento) da sua população, seja no surgimento de equipamentos como: aberturas de ruas, construções de pontes, de cemitérios etc.

Para atender essas novas demandas de objetos e pessoas no espaço recifense, e tendo um problema bastante antigo com o abastecimento de água à população, o Presidente da Província autorizou, através da Lei provincial n. 46 de 14 de junho de 1837, a contratação de pessoas nacionais e estrangeiras para formar uma companhia para o fornecimento de água potável à cidade do Recife, extraída entre outros locais do rio Beberibe.

Em 29 de agosto de 1838, Bento José Fernandes Barros, Francisco Sérgio de Matos e Manuel Coelho Cintra requereram e conseguiu autorização para formar a companhia para o referido serviço, sendo essa denominada de *Companhia do Beberibe*, havendo no contrato uma cláusula, que estipulava o rio Beberibe como local para extração da água. Em 1840, uma autorização legal, permitiu à empresa trazer água de onde mais conviesse, desde que fosse de boa qualidade para consumo; esse novo contrato firmado entre a companhia e o governo da província data de 31 de março de 1841<sup>20</sup>.

Com a materialização da empresa, vários projetos foram apresentados para execução. Destacando-se o do engenheiro francês Júlio Boyer — *Projeto para o encanamento das águas do rio Beberibe ao centro da cidade do Recife* — o dos engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde — *Memória e projeto sobre o encanamento de*

---

<sup>20</sup> Ibid. v. 10, p. 122.

*águas potáveis para a cidade do Recife* — e, finalmente, o dos engenheiros franceses Luís Leger Vauthier, Pedro Victor Boulitreau e Henrique Augusto Millet — *Memória: projeto de abastecimento d'água à cidade do Recife* — que trata também do dessecamento do pântano de Olinda e canalização do rio Beberibe. O projeto escolhido pela Companhia foi os dos engenheiros Niemeyer e Bellegarde, sendo o local selecionado o manancial da Prata (hoje, Mata de Dois Irmãos — no bairro do mesmo nome, no município do Recife) para sua execução, por apresentar as melhores condições<sup>21</sup>.

O atendimento de água potável à cidade de Olinda vai ser realizado pela empresa denominada de *Companhia de Santa Teresa*, que, de acordo com Campos, “... foi fundada, na cidade do Recife, por Claudino Coelho Leal, tendo sido os seus estatutos aprovados pelo governo Imperial em 10 de setembro de 1870.” [Op. cit., p. 34]. Iniciando seus trabalhos, provisoriamente, em primeiro de agosto de 1872, colocando um chafariz público no Varadouro, abastecido pelas águas conduzidas do rio Beberibe e tomadas no lugar denominado Cumbe (atualmente, bairro de Aguazinha), um quilômetro acima da ponte da povoação do mesmo nome do rio<sup>22</sup>.

Os serviços de distribuição de água do Recife estiveram a cargo da Companhia do Beberibe até 1912, quando foi transferida para o governo do Estado, anexada à Diretoria de Viação e Obras Públicas, e, posteriormente, à Comissão de Saneamento. Os de Olinda permaneceram a cargo da Companhia de Santa Teresa até 1933, quando passaram para a municipalidade, que criou o Serviço de Água e Luz de Olinda (S.A.L.O.).

A partir da criação da Companhia Pernambucana de Saneamento — COMPESA —, pelo então governador Senhor Eraldo Gueiros Leite em 1971, o abastecimento de água na maior parte do Estado de Pernambuco, ficou sobre responsabilidade desse órgão estatal<sup>23</sup>.

Quando em 1986, foi elaborado o Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana do Recife, já constava entre a relação dos mananciais existentes para captação de água o da bacia do Beberibe.

Em 1982, teve início um projeto denominado *Projeto Rio Beberibe*, idealizado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS —, que prevê a construção de uma barragem de contenção e captação de água a montante da BR 101, tendo como objetivo principal à regularização do Beberibe, para conter as enchentes periódicas. Esse projeto, no

---

<sup>21</sup> Ibid. v. 10, p. 123.

<sup>22</sup> Ibid. Op. cit.

<sup>23</sup> CAMPOS, Op. cit., p. 41.

entanto, está com suas obras paralisadas desde março de 1990, causadas pela extinção do próprio DNOS.

O rio Beberibe no seu baixo curso foi ocupado ao longo do tempo com uma população ribeirinha constituídas de lavadeiras, pedreiros, pescadores etc., que, por não terem nem moradia, nem renda digna, tiram do rio o seu sustento.

Como vimos, o Rio Beberibe com a função de escoadouro da produção, fornecedor de água potável, espaço para abrigo de moradia e meio de sustento para população pobre das suas margens e de caminhos, se constitui em mais um vetor periférico na medida que faz parte junto com a Terra e os Caminhos como veremos em seguida, dos novos papéis a eles destinados. Mas, recentemente o rio perdeu as antigas funções — citada acima —, adquirindo outras, como por exemplo: depósito de lixo e esgotos de todos os tipos, além de permanecer a utilização de suas margens como espaço para construções de habitações.

### 1.3 Os Caminhos como Vetores Periféricos

Os primeiros caminhos partiam de Olinda e, de acordo com as condições naturais e técnicas existentes, atendiam aos fluxos exigidos pela produção. Com o tempo, vários deles integram-se ao sistema de comunicação entre Olinda e Recife. Mas a decadência dos engenhos e o surgimento dos sítios adensaram os caminhos que tiveram a função de escoar o excedente da produção dos mesmos.

O primeiro caminho que ligava Olinda ao Recife, data de 1630, com a denominação de *Estrada da Vila*, onde havia uma ponte com o nome de Ponte Velha ou ponte da Vila de Olinda, que terminava à margem direita de um braço do rio Beberibe em frente a uma rua denominada depois de Boa Hora.

Em 23 de dezembro de 1691, resolveu a Câmara de Olinda construir um cais e uma calçada<sup>24</sup> no Varadouro, junto ao rio Beberibe. Esse caminho ou calçada tinha como finalidade à serventia do povo da cidade para a povoação do Recife, partindo de junto ao muro de prolongamento da ponte, em frente à ladeira do Varadouro, e margeando o rio, tomava uma nova direção ao chegar ao istmo. Daí, abria-se um novo caminho de Olinda para o Recife, saindo dali (da ponte da cidade), atravessava os Arrombados, hoje o povoado de

---

<sup>24</sup> Por calçada entendia-se então um caminho ou estrada empedrada, ver COSTA, Op. cit., v. 4, p. 369.

Duarte Coelho, chegava à Carreira dos Mazombos<sup>25</sup> ou Salgadinho, e seguindo por Campo Grande, passava pela Estrada de Belém, daí tomando o rumo da Estrada de João de Barros na Soledade. Toda essa zona tinha o nome de Salinas.

Mesmo antes da Abertura dos Portos às Nações Amigas, ocorreu no início do século XIX, a densificação desses caminhos com a abertura de uma importante rede de viação no perímetro dos subúrbios da cidade, as chamadas de Estradas Suburbanas<sup>26</sup>. Segundo Costa:

*“Estas estradas constam de três artérias principais, que partem dos extremos da cidade e terminam em Apipucos, Beberibe, com um ramal para o Campo Grande e Madalena, com os seus diversos ramais, pondo em comunicação umas com as outras.”*  
[Op. cit., v. 7, p. 103].

Em 1866, foi construída a estrada de Beberibe que partia da Encruzilhada de Belém, pela qual passava o caminho de ferro, que terminava na povoação de Beberibe, servida por um ramal da ferrovia do Recife a Olinda. De acordo com Costa:

*“Ainda existe a Estrada Velha de Beberibe, que é um antigo caminho que parte da Tamarineira e termina na povoação de Beberibe. Esta viação tem pontes de madeira sobre os riachos Jacaré, Água Fria, e o rio Beberibe, na povoação.*

*De Beberibe partem as estradas de Maricota, que era um caminho irregular e foi melhorado pela municipalidade de Olinda; (...). Da estação do Porto da Madeira parte também uma estrada que vai até o povoado do mesmo nome, construída em 1882.*

*A estrada de João de Barros parte da Soledade e termina na Encruzilhada de Belém, com diferentes ramificações.*

*Da Encruzilhada parte a estrada do Campo Grande, que teve começo em 1866, de cujo termo parte a do Salgadinho, que termina à margem direita do rio Beberibe, enfrente a Duarte Coelho. Ambas estradas têm ramificações para diversos pontos.”* [Op. cit., v.7, p. 106].

Além das estradas secundárias acima, merece destaque a Estrada do Norte ou Estrada de Olinda, hoje avenida Cruz Cabugá. Essa estrada, que teve sua construção iniciada no ano

<sup>25</sup> Ver COSTA, Op. cit., v. 5, p. 219-220.

<sup>26</sup> Destacamos as viações que estão mais próximas ao entorno da área de estudo.

de 1817, só dez anos depois chegaria ao Varadouro, intensificou a integração entre Recife e Olinda, ficando o percurso reduzido à metade. Ela parte do extremo da rua do Hospício, no bairro da Boa Vista, passa pela povoação de Santo Amaro das Salinas, por Olinda, Igarassu etc., chegando à cidade de Itambé, limite deste Estado com o da Paraíba.

Com o surgimento, em 1841, das diligências ou ônibus<sup>27</sup> promovidos pelo empresário Tomas Sayl, que estabeleceu uma linha, entre outros lugares, para Olinda, as viagens tornaram-se mais rápidas e a maiores distâncias. Além dessas diligências, a partir de 1871, surgem os trens chamados de maxambombas, também de tração animal, que impulsionavam o crescimento da cidade pelos locais por onde passavam. Esses trens só desapareceram com a introdução dos bondes elétricos, em 1914.

O melhoramento do sistema de transportes urbanos em princípio contribuiu para o surgimento das casas residenciais em arrabaldes outrora ocupados por engenhos e sítios, onde as famílias ricas dispunham aí de maior área para o cultivo de fruteiras, maior facilidade de abastecimento d'água, rios para os banhos, costumando construir na margem dos mesmos, banheiros de palha, como se dizia, então de melhores ares<sup>28</sup>. Em Campina do Barreto existiam o banho da portuguesa, hoje próximo da estação de tratamento de esgoto de Peixinhos (ETE-Peixinhos — COMPESA) e o banho de cabo-gato, próximo do terminal do ônibus do bairro, no final da rua dos Craveiros, ambos no rio Beberibe, como podemos identificar na fala do antigo morador o Sr. Manoel Nascimento da Silva:

*“Aí era a vila da portuguesa (...), aí tinha o banheiro da portuguesa, ela explorava isso daqui (...). Então, isso era o sítio da portuguesa, chamava banheiro da portuguesa. (...) Lá embaixo na rua dos Craveiros antigamente era cerca, (...) e é Campina do Barreto aquilo todinho, e lá tinha o banheiro de cabo-gato, então já os novos, já coisa nova”. [Informação verbal, 1998].*

Essa nova forma de utilização do solo, transformará, ao longo do tempo, os sítios em bairros e subúrbios, como percebermos na fala de Lacerda de Melo,

<sup>27</sup> Ônibus era um veículo à espécie dos vagões de trens com assento, dos caminhos de ferro, sobre quatro rodas e puxados por cinco animais. Ver COSTA, v. 6, p. 454.

<sup>28</sup> Referentes aos banhos, ver também, ANDRADE, 1979, Op. cit., p. 88.

*“... as grandes propriedades canavieiras ou engenhos iam-se dividindo em propriedades menores ou chácaras denominadas **sítios**. Enchiam-se estes de fruteiras a indicar, ao lado de sua função residencial, uma nova forma de utilização do solo. Em uma segunda transformação fundiária, que nunca vinha imediatamente após a primeira, esses sítios foram sendo divididos em terrenos para residências, através de loteamentos, pelos seus proprietários e por pessoas ou empresas que os adquiriam. Os negócios imobiliários, inclusive os especulativos, foram constituindo uma fonte de renda proporcionada pelas áreas em foco, também sob o condicionamento da expansão urbana. Finalmente, a construção de casas e a abertura de ruas, completadas com a implantação das estruturas dos serviços de água, de energia e, muitas vezes, da pavimentação, consumavam o processo em função do qual foi vigorando intensivamente a forma residencial urbana de uso do espaço.”* [1978, p. 64] (Destaque no original).

Nas últimas décadas do século XIX, e início do seguinte, além dos transportes já mencionados, outros acontecimentos como a ampliação do papel regional, da função de centro de comercialização de produtos agrícolas, da implantação de ferrovias etc., aliados às áreas dos velhos engenhos próximos da capital, que foram transformados em áreas de cultura de verduras, hortaliças, fruteiras, pastagens e construções de habitações contribuíram para o crescimento da cidade do Recife, e sua expansão pelos municípios vizinhos, conseqüentemente, acarretaram também as melhorias na conservação das estradas e no surgimento de novos caminhos. Há também, a Abolição da Escravatura em 1888, como nos esclarece Andrade,

*“... após a Abolição da Escravatura (1888), quando grande parte da população liberada abandonou as propriedades à procura de novas oportunidades de vida e de trabalho, e a facilidade de transportes intensificou a migração para o Recife. Daí o aumento considerável da construção de palafitas – os chamados mocambos – suspensas sobre os manguesais (sic) da cidade. Nessas habitações, construídas de restos de madeira, ramagens, de folhas de flandres, etc., localizava-se toda uma população pobre e sem condições de obter uma habitação de melhor qualidade. Essa população pobre, tendo dificuldades de obter trabalho e, conseqüentemente, alimentos, passou a utilizar os manguesais (sic) como fonte de suprimento. (...) a ponto de constituir cerca de 30% da população da cidade, em 1940, por ocasião do recenseamento.”* [1979, p. 93-94].

A área em estudo — o bairro de Campina do Barreto<sup>29</sup> — pela sua localização geográfica, na margem direita do rio Beberibe, permaneceu até as primeiras décadas do século XX, um dos sítios que, segundo Cabral, “... *no passado foram bastante utilizados com diversas culturas, como cana-de-açúcar, banana e, sobretudo, coqueiros, daí proliferaram-se os chamados sítios de coqueiros, que conferiu uma certa identidade à localidade.*” [Op. cit., p. 35]. A partir do segundo semestre de 1938, a localidade foi sendo loteada, ainda como “Fundão de Dentro — freguesia de Beberibe —, com o nome de Loteamento Companhia de Caridade” [Prefeitura da Cidade do Recife, 1938].

Sendo assim, os primeiros caminhos serão constituídos de pequenos becos e ruelas estreitas entre os pequenos sítios, como o beco da Coruja, o beco do Urubu etc, estes ainda existentes. Já a comunicação da população aí residente com a Capital era feita por caminhos que chegavam em Água Fria ou Fundão, onde passava a linha férrea urbana denominada do Recife a Olinda e Beberibe, que partia da Encruzilha de Belém e terminava na povoação de Beberibe.

Os deslocamentos para o centro de Olinda<sup>30</sup> eram realizados pelos mesmos caminhos ou pelo rio Beberibe, como nos mostra a prof<sup>a</sup>. Rachel Caldas Lins:

*“Até a Segunda metade do século passado (séc. XIX) e ainda mesmo depois de uma estrada de ferro apoiada na terra firme do sopé das colinas Cenozóicas levará maxambombas a Olinda via João de Barros, Encruzilhada e Beberibe, o tráfego de canoas era a comunicação habitual entre o Recife à cidade vizinha, varejando pelo estreito salgado do curso terminal do Beberibe.”* [Lins, s/d, p. 11].

Hoje, o acesso ao centro do Recife e à cidade vizinha, quando motorizado, é realizada por três vias, a saber: pela *rua das Moças*, ligando o bairro de Campina do Barreto com a avenida Beberibe, que segue o traçado da antiga linha férrea urbana, nas imediações do estádio de futebol José do Rego Maciel — Arrudão — no bairro do Arruda. Também, pela rua das Moças, atinge-se à rua da Regeneração no bairro do Arruda; seguindo por esta e pelas

<sup>29</sup> O nome de Campina do Barreto, só vai ser citado, a partir do Decreto Lei Estadual n. 503, de 19/06/1940, que fixa as divisões distritais e limites municipais do Estado. É interessante comparar os limites do referido decreto com o Decreto Lei n. 235 de 09/12/1938, que trata do mesmo tema. Sobre a origem do nome do bairro ver CABRAL, Op. cit, cap. II.

<sup>30</sup> Usamos a expressão “centro de Olinda”, pelo fato de até 1908, data da publicação do dicionário de GALVÃO, o referido autor colocar no dicionário que o Riacho Água Fria, hoje Canal Vasco da Gama, ser a linha divisória entre as duas cidades: Olinda — Recife. Ver: GALVÃO, Op. cit, v. 3, p. 347.

ruas Jerônimo Vilela, Odorico Mendes, compondo a chamada “Semi-radial Norte”, cruza-se sucessivamente a Estrada de Belém, no bairro de Campo Grande, e as avenidas Agamenon Magalhães e Cruz Cabugá, ambas no bairro de Santo Amaro, de onde se alcança o Complexo Rodoviário de Salgadinho, o Varadouro (Olinda) e, pela ponte do Limoeiro, o Recife Antigo. Segunda, pela *rua Coronel Urbano de Sena*, encontra-se a avenida Beberibe no bairro do Fundão.

E por último, pela *avenida Sebastião Salazar*, que corta o bairro do Cajueiro alcançando a Avenida Beberibe e a Avenida Cidade Monteiro, partes da “Segunda Perimetral Metropolitana” aberta em 1981, que liga a avenida Beberibe, no bairro do Cajueiro (Recife), ao Terminal de Integração de Passageiros na Rodovia PE-15, no bairro de Jatobá, no município de Olinda, ou então, ao Varadouro pela Avenida Presidente Kennedy nos bairros de Aguazinha e Peixinhos (Olinda). Quando os deslocamentos forem realizados caminhando, existe uma passarela de concreto (a ponte da amizade — Marco nº 15, ao lado da ETE-Peixinhos) (Foto 2) que liga os dois municípios, sendo bastante estreita, dando apenas para passar a pé ou, no máximo, de moto.

Foto 02

Atual Ponte da Amizade<sup>31</sup>



Fonte: Foto do autor, 1998.

<sup>31</sup> Visão do rio Beberibe, local onde existia o banho da portuguesa, no fundo avista o muro da ETE-Peixinhos.

No restante da localidade, melhor dizendo, os lados sudeste, leste e nordeste, as comunicações são realizadas ou pela passarela já descrita, ou por dois pontilhões de ferro, um sobre o rio Beberibe a alguns metros abaixo da passarela ligando o conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema à favela atrás da Depuradora, e o outro sobre o canal do Arruda, ligando o mesmo conjunto à favela Saramandaia. Com o projeto PROMETRÓPOLE, espera-se que pontes para tráfego de pedestres, veículos grandes e pesados sejam construídas encurtando o deslocamento para a cidade de Olinda e para o bairro de Campo Grande em Recife.

As melhorias nos transportes e no sistema de circulação de pessoas e mercadorias entre as duas cidades, impostas pela modernidade, levaram à destruição das velhas funções exercidas pelo rio Beberibe. Novos papéis foram implantados ao longo do tempo para atender as condições dos novos agentes sociais, tanto os endógenos (as horizontalidades) como os exógenos (as verticalidades) no espaço em apreço.

Essas novas funções não substituíram a “missão” desempenhada pelo local, e também pelo país, no sistema capitalista mundial, que é, o fio condutor nos diversos tempos históricos do nosso trabalho — *o de ser periferia do sistema* —, ao contrário, contribuíram para fixar uma população expulsa do centro pela política higienista da Modernidade.

Diante disso, no lugar em estudo, destacaremos dois novos papéis. O primeiro, iniciado no final do século XIX, decorrente do projeto de inserção do espaço pernambucano no pensamento higienista, implantado pelas modernizações capitalistas e o segundo já no século XX, mais precisamente, a partir da década de 1970, com o surgimento dos movimentos sociais urbanos, especificamente, os movimentos reivindicatórios populares de bairros.

Os caminhos, como vimos, são vetores periféricos que exercem as condições de facilitadores das comunicações de circulação entre os lugares. Portanto, a Terra, o Rio Beberibe e os Caminhos são vetores periféricos na medida em que, sobre eles, exercem-se um sistema de práticas novas; novos papéis — fixos e fluxos<sup>32</sup> — se incorporam no território, com a implantação da política de colonização aplicada pelos portugueses no Brasil, em geral,

---

<sup>32</sup> Segundo Milton SANTOS, “os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens.” [1996, p. 77]. Ou como ele diz alhures: “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar” [1997b, p. 50]. Já “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.” [Idem]. Ainda Santos, “Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo.” [1996, p. 77] (Grifo nosso).

e em Pernambuco, em particular, segundo a divisão internacional do trabalho vigente no mundo, a partir do século XVI e seus desdobramentos ao longo do tempo até os dias atuais.

Analisada de modo mais detalhado, a história dos vetores (Terra, Rio e Caminhos) retrata as inúmeras transformações ocorridas na área em estudo, sabendo, é claro, que as mudanças mais recentes são as mais significativas, pois contribuem diretamente para construção das feições espaciais e funcionais da área do presente vivido.

## CAPÍTULO II

*“Em cada período, o sistema procura impor modernizações características, operação que procede do centro para a periferia. Não se trata de uma operação ao acaso. Os espaços atingidos são aqueles que respondem, em um momento dado, às necessidades de crescimento ou de funcionamento do sistema, em relação ao seu centro.”*

(SANTOS, 1988, p. 31)

## **2 OS NOVOS VETORES DA MODERNIDADE NA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE: O MATADOURO E A ESTAÇÃO DEPURADORA DE PEIXINHOS**

Analizados os vetores periféricos tradicionais — Terra, Rio e Caminhos —, passaremos agora a analisar o papel dos vetores que constituíram a modernidade — o Matadouro e a Estação depuradora de Peixinhos — que aprofundaram o processo de periferização e ocupação na área em estudo.

A modernidade iniciada com a Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII deveu-se a fatores decorrentes dos principais movimentos econômicos e culturais da história européia desde o fim da Idade Média<sup>1</sup>; seus resultados mais significativos, talvez, reflitam ainda hoje. Essa Revolução teve seu auge durante o século XVIII, ficando conhecida por *Iluminismo ou período dito “Moderno”*. Ele imprimira mudanças tão profundas que acabaram atingindo não só a Europa, mas também a América, moldando o pensamento dos homens e orientando o curso das suas ações. O exemplo mais significativo foi o fortalecimento do modo de produção que surgia — o Capitalismo.

---

<sup>1</sup> Edward Mcnall BURNS. História da civilização ocidental, v. 1, cap. 20. São exemplos característicos: a influência da Renascença, a prosperidade crescente das classes média e inferior e o dilatar-se dos horizontes intelectuais determinado pelo descobrimento de terras longínquas e de povos exóticos.

É neste período que o higienismo, que tem origem na medicina Hipocrática<sup>2</sup>, será resgatado e sistematizado pelo médico inglês Thomas Sydenham (1624—1689). Posteriormente, com a Revolução Industrial, apesar dos nítidos sinais de melhoria no padrão de vida da classe média, constatado pelo aumento de consumo per capita de açúcar, chocolate, café, chá, etc<sup>3</sup>, ocorrerá concomitante, na outra face da moeda, a deterioração da qualidade de vida de grande parte da população européia, fato esse, que levou a reforçar bastante o pensamento higienista, pois urgia achar soluções para combater as epidemias que assolavam as grandes cidades. Segundo Abreu, também o urbanismo moderno, será baseado nesse pensamento que “... *vai se estruturar no decorrer do século XIX, justificando, em nome das teorias higienistas, as inúmeras intervenções que serão realizadas nos mais diversos contextos urbanos.*” [1997, p. 163].

No Brasil, a vinda da corte portuguesa vai ser o motor para as grandes transformações e reflexões sobre a cidade, pondo em relevo a necessidade da intervenção no espaço urbano. De acordo com Abreu, a reflexão urbana desenvolve-se a partir do século XIX, com duas tendências de pensamentos, ambas voltadas para intervir no espaço construído<sup>4</sup>: *o pensamento dos engenheiros militares*, que viu a cidade como espaço físico a defender e ser provido de comodidades e de infra-estrutura e *o pensamento higienista*, que defendia que a população era um recurso, devendo ser zelado e preservado, cabendo ao Estado assegurar o seu bem-estar [1997].

Destacam-se os engenheiros por serem considerados os profissionais que dominaram os novos saberes que o avanço tecnológico impunha e o crescimento econômico do país exigia; vão ser os grandes pensadores urbanos do país. Essa posição permanecerá até meados do século XX, quando das novas reflexões oriundas das ciências humanas e sociais recém-implantadas nas pouquíssimas escolas superiores brasileiras na década de vinte do referido século.

A intervenção dar-se-á por parte do Estado, através da criação de normas que orientarão a construção de habitações, cemitérios, matadouros, fábricas, ruas, praças, fossas, poços e redes de água e esgoto [Silva, 2000]. Na área objeto da nossa pesquisa, essas normas concretizaram-se na medida que se implantaram o matadouro e a estação de tratamento de esgoto de Peixinhos, como veremos a seguida.

<sup>2</sup> Sobre o nascimento da Medicina Hipocrática, ver Giovanni REALE, História da Filosofia, v. 1, cap. 5.

<sup>3</sup> Edward Mcnall BURNS, Op. cit., p. 581.

<sup>4</sup> Para Milton SANTOS, o meio ambiente construído “*é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais.*” [1997, p. 79].

## 2.1 O Matadouro de Peixinhos como Vetor da Modernidade Periférica

As precárias condições de vida que ameaçavam o crescimento das cidades modernas, atingindo negativamente, o bem-estar da maioria da população, sobretudo os mais pobres durante o século XIX, não foram só privilégios dos países europeus. O Recife também vivenciava epidemias e índices de mortalidade alarmantes<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, conhecia um grande desenvolvimento da sua vida urbana, como já vimos, acompanhada pela absorção dos novos hábitos e costumes trazidos pela burguesia liberal que retornava de seus estudos na Europa. Além destes, afluíram para cá atraídos pelo comércio de algodão e de açúcar que estava em alta, especialmente franceses e ingleses, levando a predominar os “modelos franceses” de civilidade que se estenderam até “as vésperas da Segunda Guerra Mundial” [Silva, 2000, Op. cit.].

Apesar da ascensão da engenharia, os médicos não deixaram de pensar a cidade e, é neste período que há recomendações da medicina social de afastar progressivamente do centro urbano as fontes de moléstias responsáveis pelos focos de contágios. Esses vetores são instituições como os cemitérios (que ficavam no entorno das igrejas), hospitais, matadouros, fábricas e asilos devendo-se localizar agora nas periferias [Outtes, cap. I, 1997].

Atendendo a esse objetivo são construídos o Cemitério Público de Santo Amaro (1851), o Hospital de Santo Amaro (1872) e, mais próximo da nossa área de estudo, são iniciadas no ano de 1874, as obras de construção de um novo matadouro público — Matadouro Público de Peixinhos — situado à margem esquerda do rio Beberibe, dentro dos limites do vizinho município de Olinda, hoje, município do Recife. Sendo inaugurado em 1919 [Costa, Op. cit, v. 9] e localizado entre as duas cidades (na periferia de ambas), o matadouro atende tanto às exigências do pensamento higienista como ao ideal urbanístico moderno; pois é considerado um exemplar da arquitetura eclética do século XIX, e retrata bem o “caráter da arquitetura da fase industrial”, inserindo Pernambuco “na ordem internacional”, além de colocar o Estado na atualidade dando-lhe prestígio [Silva, 2000, Op. cit.].

No início, chamado de Matadouro Modelo, posteriormente, Matadouro de Peixinhos de acordo com Silva, “... foi planejado pela Repartição de Obras Públicas, cabendo a responsabilidade do projeto ao arquiteto José Almeida Cavalcanti” [2000, p. 48-49].

A planta do referido matadouro veio de Paris, sendo o engenheiro responsável pela construção o Sr. José Antônio de Almeida Pernambuco (Dr. Pernambuco)<sup>6</sup>.

Não podemos esquecer que esse vetor geográfico decorrente da atividade por ele desenvolvida vai reforçar a “missão” implantada ao espaço local de ser periferia, atraindo uma mão-de-obra, em sua maioria, de baixa qualificação, como também, uma grande quantidade de desqualificados, miseráveis, que não são contados nem como exército de reserva, vivendo de ocupações (comércio) informais no entorno do matadouro, produzindo espaços menos luminosos, onde vão se alojar em habitações improvisadas ao longo das margens do rio Beberibe. Segundo Silva,

*“... não são contemplados com políticas de mobilidade social ascendente, restam os espaços confinados como locus de periferização e exclusão. Como não existem como consumidores, não são tratados como cidadãos. Fazem parte de um mundo rompido com os padrões sociais absorvidos pela classe dos incluídos, sendo intoleráveis pela sua miséria.”*  
[2000, p. 98].

Com a sua desativação em 1976, o complexo de quinze blocos que forma o Matadouro de Peixinhos (foto 3), recebeu novos usos; foi ocupado com atividades sociais e órgãos públicos, tais como o Centro Social Urbano (CSU), o Campo de Futebol, a Escola Municipal/Estadual Monteiro Lobato, os Grupos Populares Majê Molê, Boca de Lixo, Terceira Idade, Alcoólicos Anônimos e a Comunidade Assumindo as suas Crianças, entre outros. Além de funcionarem um Posto de Saúde, um Centro de Vigilância Ambiental, ambos ligados à Secretaria de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife — PCR, e um depósito de Material da URB-Recife [Jornal do Commercio, 12/10/2002].

O Matadouro de Peixinhos está protegido pela Lei de Preservação nº 13.957, de 26.09.79, sancionada pelo prefeito Gustavo Krause e incorporada à antiga Lei de Uso do Solo, nº. 14.511, de 1983, melhor dizendo, o referido matadouro faz parte dos Imóveis Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico — Cultural (ZEPH), segundo a lei em vigor; Lei nº 16.176/96, de 09.04.96, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, atualizada pela Lei nº 16.289, de 29.01.97.

---

<sup>5</sup> Ver: Antonio Paulo REZENDE, (Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX, cap. I.

<sup>6</sup> Ver Roberto Silva de SOUZA, Op. cit., p. 32.

Foto 3  
Matadouro de Peixinhos



Fonte: Jornal do Commercio, 12/10/2002, p. 3.

Segundo reportagem do citado jornal, a área do antigo matadouro será recuperada este ano (2003), para receber novos usos, sem perder algumas das funções existentes. Ainda o jornal:

*“No local, deverão funcionar um Centro de Difusão Tecnológica sob a coordenação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectma), um escritório para promover a melhoria ambiental do Rio Beberibe, Além de auditório, biblioteca e oficinas de artes e cultura popular”. [JC, 12/10/2002, p. 3].*

A falta de preservação do imóvel de acordo com Bárbara Kreuzig (apud. Silva), diretora executiva de Desenvolvimento Metropolitano da FIDEM,

*“... foi [devida] a sua localização. O Matadouro de Peixinhos situa-se em Recife, mas a sua relação de proximidade se dá com os habitantes de Olinda. Talvez por isso os prefeitos do Recife não tenham se empenhado o suficiente em aplicar recursos em uma obra que beneficiaria outra jurisdição”. [Silva, 2000, p. 142].*

Isso levou a Prefeitura de Olinda a participar do projeto de restauração do matadouro desenvolvido pela CONDEPE/FIDEM em conjunto com a Prefeitura do Recife e a SECTMA. Ainda segundo Bárbara Kreuzig, o lugar vai se chamar *Nascedouro de Peixinhos*, pelo fato da população assim denominar. O Centro Social Urbano (CSU) existente será mantido e o prédio restaurado, o Campo de Futebol será melhorado com as construções de quadras e vestiários com chuveiro, *“Também está previsto um projeto paisagístico na região, para futura implantação do Parque do Rio Beberibe”* [JC, Op. cit.].

Para a presidente da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa (CONDE/FIDEM), Amélia Reynaldo, a área do matadouro será recuperada para receber novas funções. Ainda segundo ela:

*“O programa vai beneficiar 35 mil famílias, diretamente. Ela ressalta que as ações do Prometrópole também contemplam a classe média residente na região. ‘Vamos atender toda a população ao longo da Bacia do Rio Beberibe. Esse é um território em expansão, que nunca recebeu grandes investimentos’. (...) O mérito do Prometrópole é valorizar uma área com os piores índices de pobreza e de qualidade ambiental, sem expulsar a população carente. ‘Vamos fazer uma urbanização na qual a população pobre é a protagonista’...”* [JC, 23/07/2003].

Continua ela:

*“Após a implantação do parque, terão início dois projetos pilotos, um na Zeis Campo Grande (Saramandaia, Capilé e Vila do Prata), no Recife, e outro em Passarinho (Olinda). Ações previstas são: saneamento, esgoto sanitário, abastecimento de água, implantação de rede de iluminação pública, reassentamento de famílias, pavimentação, drenagem e outras obras que garantam melhores condições de vida à população.”* [Idem].

Os recursos para a reforma deverão vir de parcerias com a iniciativa privada e da ajuda do Banco Mundial, pois o projeto faz parte de Programa de Infra-estrutura em Área de Baixa Renda da Região Metropolitana do Recife — PROMETRÓPOLE [JC, Op. cit.].

Como vimos, o Matadouro de Peixinhos é um vetor periférico pelas atividades que executava, seja quando do abate de animais, que atraíam uma população menos qualificada para trabalhar (já apontada), ou, atualmente, com as atividades sociais desempenhadas. Entretanto, as relações com a área de estudo, segundo nossas observações, parecem ser bastante esporádicas, principalmente, após a inauguração do Posto Irmã Terezinha, pois a população do outro lado do rio (que reside no Conjunto Senador Aderbal Jurema) deixa de utilizar o posto de saúde existente no espaço do antigo matadouro, como veremos. Temos ainda o rio Beberibe como limite “natural” entre o espaço do matadouro e a localidade em estudo, e nas margens do rio encontra-se ocupado por favelas, dificultando a comunicação e tornando perigosa a travessia, além de ter maior proximidade com a população do bairro de Peixinhos (Olinda), como bem colocou Bárbara Kreuzig, reduzindo-se hoje à utilização do Centro de Vigilância Ambiental especialmente os seus serviços veterinários pelas pessoas de melhor poder aquisitivo.

## **2.2 A Estação Depuradora de Peixinhos como Vetor da Modernidade Periférica**

Vizinho ao matadouro na mesma margem esquerda do rio Beberibe, encontra-se um outro vetor da modernidade. A Estação de Tratamento de Esgotos de Peixinhos (Divisão de Esgoto Peixinhos, ETE — Peixinhos), localizada no bairro de mesmo nome no município do Recife, de responsabilidade da COMPESA.

A história do saneamento (esgoto) do Recife inicia-se em 1870, em substituição ao Tigre<sup>7</sup>, com a implantação da coleta dos esgotos sanitários pela companhia inglesa Recife Drainage Company Limited [Outtes, Op. cit].

Em 1909, o governo de Herculano Bandeira, convida para assumir a direção geral dos trabalhos de saneamento do Recife o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que no ano seguinte, em vinte e oito de março, inicia a construção dos novos esgotos, substituindo a companhia inglesa “Recife Drainage”, que funcionava, nessa capital. Ainda nesse governo, foi criada a Comissão de Saneamento, dirigida pelo citado engenheiro, que posteriormente, substituiu a antiga Diretoria de Viação e Obras Públicas, a qual havia em primeiro de outubro de 1912, encampada a Companhia do Beberibe em seus serviços.

---

<sup>7</sup> Tigre — Em geral um recipiente (um barril velho e sem tampa ou um tacho imprestável) onde eram reunidos as águas servidas e materiais cloacais a ser transportado por escravo e lançado no rio ou no mar.

A Comissão de Saneamento tinha por objetivo construir o sistema de esgotos sanitários e obras de abastecimento de água da cidade do Recife.

Em doze de dezembro de 1915, foram concluídos e inaugurados os novos serviços de esgotos e em quatorze de abril de 1918, ficou concluído e inaugurado o abastecimento de água conforme o plano geral [COMPESA, 2002; Parahym, 1978]<sup>8</sup>.

O crescente desenvolvimento da cidade e de sua população teve como consequência à precariedade dos sistemas de água e esgotos sanitários, levando à criação em agosto de 1965 da Comissão de Obras Sanitárias da Capital. Essa entidade vem atravessando sucessivas modificações de ordem estrutural e jurídica, desde a criação da Comissão de Saneamento em 1909, até a criação, em 1971, da atual COMPESA.

Com finalidade de executar obras de ampliação dos sistemas existentes, a referida comissão executa entre outros a implantação do Distrito Sanitário dos Peixinhos (ETE — Peixinhos), consistindo de coletores, troncos e emissários, estações elevatórias e estações depuradoras de esgotos e rede coletora de esgotos. Tendo início em 29 de setembro de 1964, com a publicação no Diário Oficial do Estado, do edital de concorrência pública para a construção [SANER, s/d]<sup>9</sup>.

As obras foram concluídas no dia 31/01/1967, com recursos do governo do Estado, através do Fundo de Saneamento do Estado de Pernambuco (FUNDESPE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O funcionamento efetivo da ETE — Peixinhos iniciou-se no mês de outubro de 1972, após a conclusão da estação elevatória do Arruda (EE — 2, Arruda), com a finalidade de tratar os esgotos provenientes da área ocupada da bacia do rio Beberibe.

Considerando as características domésticas dos esgotos que para ela destinam-se, foi selecionado o processo de tratamento do tipo Filtros Biológicos, com uma capacidade de vazão total de 36.000 m<sup>3</sup>/dia, atendendo atualmente aos bairros recifenses do Arruda, Água Fria, Encruzilhada, Parnamirim, Casa Amarela, Campo Grande, Casa Forte, Santo Amaro, Beberibe, Conjunto Residencial João Paulo II<sup>10</sup> e parte da cidade de Olinda, Jardim Brasil I e II, Centro de Convenções e Varadouro.

---

<sup>8</sup> COMPESA – Assessoria de Comunicação Social — ACS, out. 2002 e Orlando PARAHYIM, Traços do Recife: Ontem e Hoje, p. 145-162.

<sup>9</sup> SANER — Saneamento do Recife S/A. Informações Técnicas n. 1025, p. 1-4. s/d.

<sup>10</sup> Em uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal do Recife, para esclarecimento à população sobre o Projeto PROMETRÓPOLE, no dia 23 de setembro de 2003, na quadra da Escola Instituto Santo Amaro,

No início da década de 80, ela ficou fora de operação por quase cinco anos, em razão de despejos industriais lançados na rede coletora, sem um pré-tratamento adequado; porém a COMPESA promoveu uma recuperação completa da estação<sup>11</sup>. Atualmente, a ETE — Peixinhos, passa por reformas de ampliação, com objetivo de atender ao projeto do programa PROMETRÓPOLE.

Na nossa área de estudo, especificamente no Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, existe uma estação de bombeamento dos esgotos para a referida estação (Foto 4).

FOTO 4

Estação de Bombeamento dos Esgotos



Fonte: Foto do autor, 2004.

Como vimos, o Matadouro e a Estação Depuradora de Peixinhos são vetores periféricos na medida em que suas ações atendem ao pensamento da Modernidade, atraindo também, uma população pobre que se fixa em seu entorno por necessidade de sobrevivência.

---

localizado à Avenida Beberibe, Porto da Madeira — vizinho do Conj. Res. João Paulo II — foi colocado pelo síndico do referido conjunto que os esgotos do mesmo estavam sendo jogados no rio Beberibe, pois os equipamentos responsáveis pelo bombeamento para a estação de tratamento estavam quebrados.

<sup>11</sup> Ver — Projeto Básico de Reabilitação da ETE — Peixinhos, versão final, abril de 2000, v. 1. PROMETRÓPOLE.

Até o momento, priorizamos o processo de produção do espaço local realizado pelo instituído, por seguirmos os acontecimentos dos eventos no tempo. Como vimos, essa produção pretérita ocorreu de duas maneiras. Primeiro, com os vetores tradicionais — Terra, Rio e Caminhos — que correspondem mais ao espaço geográfico (ao sítio), as horizontalidades, tendo nos agentes exógenos, inicialmente, a função de atenderem as exigências do mercantilismo da coroa portuguesa, e posteriormente, o mercado capitalista. Segundo, com os vetores da modernidade periférica — o Matadouro e a Estação de tratamento de Esgotos de Peixinhos — que correspondem às ações também do instituído, as verticalidades, tendo a função de atender as necessidades da modernização do espaço urbano em geral.

Passaremos agora a estudar o papel do vivido — as lutas populares como vetores — na produção do espaço social no bairro de Campina do Barreto, a partir de 1970 até os dias atuais.

## CAPÍTULO III

*“Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade de eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais, neste caso sem aspas. A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. Na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem.”*

(SANTOS, 1996, p. 46)

### **3 AS LUTAS POPULARES COMO VETORES DOS NOVOS PAPÉIS DA PERIFERIA ENTRE OLINDA E RECIFE: O VIVIDO E O INSTITUÍDO NO BAIRRO DE CAMPINA DO BARRETO**

Vistos os vetores tradicionais e os que constituíram as modernidades periféricas, que representam aquilo que chamamos de tempo longo, passaremos, portanto, agora a apreender o processo de surgimento dos movimentos sociais urbanos, que representam os vetores atuais correspondentes ao tempo curto, mais especificamente, os movimentos populares de bairros, para isso, é necessário compreender o processo de industrialização.

Os processos de urbanização e industrialização dos países desenvolvidos formaram-se em momentos e ritmos diferentes (de sucessivas revoluções tecnológicas), enquanto nos países subdesenvolvidos se deram concomitantes à sua modernização no tempo e no espaço, mas ambos, resultaram numa explosão urbana e em uma concentração de riqueza e pobreza nas cidades [Santos, 1978, 1989].

Esse movimento de industrialização, segundo Santos,

*“... não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio progresso de urbanização.” [1993, p. 27].*

No Brasil, a partir de 1930, novas condições políticas e organizacionais vão permitir a industrialização conhecer, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, o mercado interno ganhar um papel na nova lógica econômica territorial do País [Santos, 1993]. Lógica essa, na qual o Estado passa a ser interventor e investidor econômico e, portanto, um explorador da mais-valia. Suas ações se dão na implantação de empresas estatais de políticas energéticas, no controle de importações contribuindo na aceleração das indústrias do setor privado nacional (governo Vargas), sendo também, um facilitador para a penetração das corporações multinacionais (governo Juscelino Kubitschek), política tal, que acaba consolidando as relações de dependência econômica brasileira.

Este modelo provoca o deslocamento econômico do campo para a cidade, acarretando o grande processo de migração de pessoas em busca de melhores condições de vida e emprego, causando o fenômeno da explosão demográfica nas principais capitais brasileiras.

Apesar das mudanças levarem a um crescimento e desenvolvimento econômicos do país, não houve uma contrapartida da oferta de políticas públicas que viesse promover melhorias dos serviços essenciais, para as classes trabalhadoras; o que ocorre de fato é a deterioração do salário real com o acelerado aumento de preços dos produtos e a ocupação desordenada do espaço público, mediante o esgotamento físico dessas cidades, ocasionando o surgimento das invasões e favelas [Silva, 2000b]; isso gerou uma efervescência política, com movimentos sociais reivindicatórios de diversos tipos no início da década de 1960, finalmente contida com o novo regime implantado a partir de 1964 e seus mecanismos de repressão física (prisão de lideranças, torturas, etc.) e jurídica (perdas de direitos trabalhistas, fim do direito de greve, da estabilidade no trabalho, etc).

O ressurgimento dos movimentos sociais no cenário político nacional dá-se ainda no período do autoritarismo com a colaboração da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)<sup>1</sup>, e de alguns Partidos Políticos, com pequenas ações do tipo abaixo-assinado que reivindicam melhorias para o bairro (movimentos populares de bairros); também nas fábricas, com operações-tartaruga e posteriormente com as greves (movimentos operários)<sup>2</sup>, decorrentes das condições sociais vivenciadas quotidianamente pelas populações pobres nos centros urbanos [Raichelis, 1988].

---

<sup>1</sup> Sobre as CEB's, ver José Maria PAIVA. Comunidade eclesiais, 1987; e Candido Procopio Ferreira CAMARGO, et al. Comunidades eclesiais de base, 1980.

<sup>2</sup> Ver Antonio Paulo REZENDE, História do movimento operário no Brasil.

É nesse contexto, a partir de 1973<sup>3</sup>, com o esgotamento do modelo econômico intitulado “milagre brasileiro”, que o governo não consegue mais governar e controlar a insatisfação de amplos setores da sociedade, levando, no período final dos anos 70 e início dos 80, a um grande movimento de construção da democracia do país: a abertura política, com a descentralização (redemocratização) e participação com a rearticulação da sociedade civil através dos movimentos sociais organizados [Gohn, 2001; Araújo, 1993; Leal, 2003].

Uma das últimas ações do governo vigente, sem a participação dos Municípios, ainda reflexo do projeto do milagre brasileiro, é, no âmbito da Política Habitacional, a construção de grandes conjuntos habitacionais, que na sua maioria não se integram às cidades [Bitoun, 2002]. No local, associado aos investimentos nas estruturas de drenagem comandados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamentos (DNOS) desenvolve-se, sob a direção do BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1979, o Programa de Erradicação de Sub-Habitação — PROMORAR —, no governo do então presidente João Batista Figueiredo.

O PROMORAR, segundo Iranise Alves da Silva,

*“É a mais recente resposta oficial às demandas de moradia das camadas ‘esquecidas’ pelo Sistema Financeiro de Habitação. (...) basicamente, se destina à erradicação ou recuperação de favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis, na área ocupada.” [1987, p. 45].*

Para Milton Santos, essas habitações já nasciam subnormais, mas sendo estabelecidas como normais para os pobres por definição oficial e por pseudo-intelectuais [1996]. O PROMORAR diferencia-se das práticas anteriores, porque aceita a permanência da população favelada nas áreas onde já reside, rompendo com a erradicação pela via da remoção para conjuntos habitacionais distantes que causavam os chamados efeitos “desintegradores”: queda da renda familiar, por aumento do custo e gasto com transportes; desemprego, devido ao afastamento do mercado de trabalho, etc. Seu financiamento ficou a cargo dos recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), de subsídios federais, estaduais e municipais. Contando, também, desde 1982, com recursos do FINSOCIAL (Fundo Nacional de Assistência Social).

---

<sup>3</sup> É com a crise econômica — a crise do petróleo em 1973 e a retomada da inflação etc. — que o regime militar perde sua base de legitimidade.

Em Pernambuco, especialmente na cidade do Recife, decorrente da mudança na política federal em relação às reivindicações e organizações da sociedade, o Estado vai utilizar diversas e diferentes estratégias para enfrentamento dos problemas emergentes (atendimento às reivindicações populares). Segundo Silva, *“uma das políticas do Estado foi se ‘apropriar’, ao nível de discurso, de plataformas que são bases de luta do Movimento de Bairros, quais sejam: participação, conscientização, organização, transformação social, etc.”* [1988, p. 16-17].

Na Prefeitura do Recife, é a vez de uma nova política com dois “novos” políticos, representantes da “velha” conjuntura nacional e local: os dois últimos prefeitos biônicos — nomeados de cima e não eleitos pela população — que administraram a cidade no período de 1979 a 1985 [Idem, 1989]. O primeiro nomeado foi Gustavo Krause, pelo governador Marco Maciel, com um discurso centrado na participação e compromisso com as camadas populares. Com os programas “levante a mão e defenda o seu bairro” e “um por todos”, sediados em “barracões”, tinha como objetivos mobilizar as comunidades para participação na execução de ações de melhoria nos bairros; esses projetos visavam cooptar os movimentos organizados.

O segundo e último biônico, foi Joaquim Francisco Cavalcanti, colocado na prefeitura em 1983, pelo então governador eleito em 1982 Roberto Magalhães. Com o slogan “o Recife está com você”, a cidade passa a ser governada em seu conjunto e as problemáticas urbanas são tomadas de forma globalizante, não privilegiando com programas específicos os bairros populares. O atendimento às reivindicações populares far-se-á de forma esporádica, a partir das pressões da população.

As administrações biônicas Krause e Joaquim Francisco marcaram o período de maior mobilização e resistência do movimento contra a política do governo local. No período de sete anos, correspondentes às duas administrações, foram criadas cerca de 80% das entidades de bairros existentes no Recife até 1986 [Silva, 1988,1989; Leal, 2003].

No local de nosso estudo, o governo Estadual em parceria com o governo Federal, via DNOS, através do programa PROMORAR/BEBERIBE, construiu um conjunto habitacional, denominado de “Comunidade Chão de Estrelas”, cujas primeiras casas foram entregues a partir de 1981, como veremos mais adiante. Já, pela Prefeitura do Recife, no último ano da administração do prefeito Antônio Farias (1975—1978), é inaugurado no bairro de Campina do Barreto o CSU — Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho, oferecendo à comunidade serviços médicos e odontológico, orientação de planejamento familiar e fisioterapia, serviço

de atendimento a documentação pessoal (identidade, CPF, carteira profissional e registro de nascimento), cursos de corte e costura, confeitaria, arte-culinária, pintura e manicure.

A década de 80, apesar de ser cognominada como a década perdida em termos econômicos, período também da “crise de governabilidade” para Suely Leal [2003], do ponto de vista do exercício político-social e cultural foi bastante rica. Tivemos entre outros acontecimentos: as eleições diretas para os governos de Estados em 1982; a luta pelas Diretas-Já em 1984; o processo Constituinte; o surgimento das Centrais Sindicais; a criação de entidades organizativas amplas do Movimento Popular; o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, meio ambiente, moradia, idosos, aposentados etc; todos ocultos ou com vozes sufocadas nas últimas décadas.

Para Maria da Glória Gohn, “*os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros.*” [2001, p. 126]. Continua ela: “*assistiu-se ainda ao acirramento da crise econômica ao final da década, com as políticas neoliberais de privatizações e desativação da atuação do Estado em áreas sociais...*” [Idem, 127], vindo reforçar os princípios do “Estado Mínimo”, segundo Suely Leal [2003].

É neste contexto, que se dão as primeiras eleições para Governos Municipais; segundo Silva, “*... a classe dominante conseguiu mais uma vez segurar o seu modelo econômico, envolvendo toda a nação na encenação de uma ‘nova’ República.*” [Op. cit. p. 64]. Em 1985, através de votação direta, assume a Prefeitura da Cidade do Recife, o então candidato da Frente Popular do Recife, Jarbas Vasconcelos, tendo como objetivos: tornar a prefeitura transparente das decisões e ações, descentralizar e democratizar, fazer com que o povo participe realmente da administração municipal, decidindo sobre o que é melhor para seu bairro.

Com o slogan “É Povo de Novo”, resgata o processo político interrompido pelo golpe, mas expressa também, o significado do compromisso assumido junto às classes populares. Para materialização dos objetivos supracitados se consubstancia no programa Prefeitura nos Bairros. Neste, a equipe de governo desloca-se periodicamente para as RPA’s<sup>4</sup>, com o objetivo de decidir conjuntamente com a comunidade, quais obras e serviços são prioritários.

---

<sup>4</sup> RPA’s — Regiões Políticas Administrativas.

Os resultados mais marcantes desta administração foram a aprovação da Lei do PREZEIS<sup>5</sup>; a criação do Serviço de Defesa do Consumidor e a Sala do Cidadão, onde o computador presta contas das ações da Prefeitura; a implantação da Mesa Popular; e, no final da gestão, a prefeitura discutiu com as comunidades o Orçamento do Município, etc. Já o movimento Popular de Bairro prossegue a articulação com as entidades de bairro do Recife, cria em setembro de 1987, a FEMEB — Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife; em junho de 1988, o MDF — Movimento de Defesa dos Favelados; os Representantes das organizações populares passam a participar nos fóruns do PREZEIS; no Conselho Municipal de Saúde este foi instalado bem depois, em agosto de 1993, entre outros.

No bairro de Campina do Barreto em 1985, na administração do prefeito Jarbas Vasconcelos, assume a coordenação do Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho, o Sr. Ovídio Ferreira de Paula, líder comunitário e coordenador do Movimento Cultural Desperta Povo, com o objetivo de resgatar a cultura local. Outro acontecimento marcante para o movimento popular na área, foi a construção de dois conjuntos residenciais nos espaços ainda vazios da própria Comunidade Chão de Estrelas pela Prefeitura: o Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema em 1987 e o Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula em 1988.

A década de 1990 inicia-se sob um quadro desanimador: a desmobilização e descrença das massas, com os novos governos que elegeram, pois estes não conseguiram levar o País a sair da situação de crise. Isso conduziu alguns movimentos sociais populares das décadas anteriores a entrarem em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população.

Mesmo assim, os anos 90, serão marcados pela forte presença do poder local na definição da agenda pública [Leal, 2003], os movimentos sociais se renovam, redefinem o cenário das lutas em novos eixos, centrados mais em questões de éticas ou de revalorização da vida humana. Perdendo o caráter de movimentos sociais e apresentando-se mais como campanhas. Entretanto, o “novo” dos movimentos sociais se renova, em duas direções. Uma retornando a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvidos no país, e no plano da moral, dando lugar a lutas cívicas, verdadeiras cruzadas nacionais a exemplo do Rio/92 (Eco-92). Outras tendências são o crescimento das ONG’s e as políticas de parcerias

---

<sup>5</sup> PREZEIS — Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

implementadas pelo poder público, particularmente, no âmbito do poder local [Gohn, 2001; Leal, 2003].

Em Pernambuco, particularmente, na cidade do Recife, a década de 90, inicia-se tendo à frente da administração municipal um governo que apesar de eleito pelo voto, seguiu uma linha oposta à anterior, fazendo a desmontagem da filosofia e dos programas da administração Jarbas Vasconcelos. Segundo Silva, apesar da curta duração (jan/89 até abril/90) e tendo continuidade por Gilberto Marques Paulo:

*“A segunda passagem de Joaquim Francisco pela Prefeitura primou pelo desprezo aos mecanismos de participação popular no cotidiano da administração municipal que foram conquistados na gestão anterior. As entidades populares combativas tiveram negado o seu papel de representantes legítimos do Movimento de Bairros.” [Op. cit, p. 87].*

Após este período de interrupção de quatro anos, retorna a administração municipal, o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos que continuou a proposta de democratização da gestão, mas incorporando novos instrumentos de ação: a) a parceria com empresas privadas para desenvolvimento de projetos urbanos e na recuperação de espaços públicos; b) reativar e promover o turismo e o marketing cultural da cidade [Fernandes, 2004; Leal, Idem].

No que se referem às parcerias e participação entre o poder público e a sociedade civil (aqui entendido o setor privado, os setores médios e as classes populares), pode ser apontada como um avanço no modelo da gestão:

*“No entanto, é necessário observar que essa ampliação de interesses veio a ocorrer, na prática, em detrimento dos grupos menos hegemônicos. Os setores populares passaram a ter uma influência restrita na agenda municipal, sendo seu principal canal de influência o ‘Programa Prefeitura nos Bairros/Orçamento Participativo’, através do qual foi possibilitada a sua participação.” [Leal, 2003, p. 189] (grifo no original).*

O Orçamento Participativo tem como objetivo fortalecer a prática da participação popular na cidade do Recife, na definição das políticas municipais. A participação é feita através dos delegados que são sete representantes por microrregião. *“Além desse espaço,*

*foram institucionalizados alguns conselhos setoriais, nas áreas de Educação e Saúde, etc, cujo grau de representatividade precisa ser melhor avaliado.” [Idem].*

Os principais programas desenvolvidos em parcerias entre a prefeitura e as empresas privadas foram: Adoção de Praças; realizações de eventos culturais (shows, carnavais fora de época, etc.) e criação de “pólos” de lazer; sendo a mais importante a revitalização do Bairro do Recife (Recife Antigo). As parcerias com os segmentos populares se destacam: o Projeto Parceria nos Morros através da URB-Recife, e o Programa Coleta Seletiva do Lixo por intermédio da EMLURB, além dessas, o Programa de Apoio às Escolas Comunitárias, levado a efeito pela Secretaria de Educação; o Projeto de Esgoto Condominal executado pela URB-Recife, e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, da Secretaria de Saúde, entre outros [Leal, Op. cit.].

No bairro em estudo, podemos destacar algumas ações nesta gestão, por exemplo: a permanência na coordenação do Centro Social Urbano do principal líder comunitário já citado; a implantação das Agentes Comunitárias de Saúde e da Coleta Seletiva do Lixo, entre outros. Segundo reportagem do jornal Diário de Pernambuco, a comunidade é pioneira no Nordeste com a primeira cooperativa de catadores de lixo de Pernambuco, com o projeto “*Desperta Povo: lixo é vida*”; nesse, o lixo é trocado por alimentos com a prefeitura do Recife. O Sr. Ovídio idealizador da cooperativa obteve o apoio do Centro Josué de Castro para capacitar os catadores e orientar sobre associativismo. Diz ainda o Sr. Ovídio, que eles serão, também, agentes do meio ambiente [Maciel, 16/10/1994, p. B 8].

Outro fato importante para a comunidade, segundo o referido jornal foi ser instituída como Zona de Interesse Social, passando a participar do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social — PREZEIS — pela prefeitura do Recife.

Com respeito à questão ambiental, esta tem suas raízes na convivência com o rio Beberibe, bandeira levantada pelo Movimento Cultural Desperta Povo. De acordo com a reportagem do Jornal do Commercio do dia nove de junho de 2002, a Comunidade Chão de Estrelas está discutindo a elaboração da sua Agenda 21; trabalhos coordenados pelo então Sr. Ovídio Ferreira, coordenador da referida entidade [Falcão, 09/06/2002, p. 4]. A entidade ainda realiza em parceria com o Instituto Vida e o Núcleo de Apoio Amigos do Beberibe, encontros e seminários durante a Semana de Meio Ambiente, com o objetivo de pôr em práticas hábitos de desenvolvimento sustentável como a arborização de vias públicas entre outras atividades.

A gestão posterior à de Jarbas Vasconcelos, será a do prefeito Roberto Magalhães que tem como compromisso de governo a manutenção de todas as políticas desenvolvidas na gestão anterior. Para Fernandes:

*“Tem-se como política que foi mais intensificada em sua gestão o Programa Parceria nos Morros e a recuperação do porto e do centro da cidade. Ao assumir o governo municipal de Recife, em 1997, Roberto Magalhães encontrou na prefeitura os canais institucionais de participação social (...) e que estão ativos até o momento atual em que se desenvolve a administração do prefeito João Paulo.”* [2004, p. 195].

Ainda na perspectiva ambiental é implantado na localidade em estudo, na atual gestão, em 2001 o Programa de Saúde Ambiental com Agentes de Saúde Ambiental.

Em síntese, no final da década de 70 e durante os anos 80, na fase de redemocratização do país, os movimentos sociais crescem baseados numa nova visão de direitos sociais e cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados [Gohn, 2002].

Nos anos 90, com o avanço das novas tecnologias, inclusive na informação com a Internet e a era dos computadores, alteram-se os processos produtivos propiciando mais acumulação de capital; a economia informal amplia-se; os sindicatos perdem poder; o desemprego aumenta tanto nos países subdesenvolvidos como nos desenvolvidos; o trabalho multiespecializado é priorizado frente ao especializado entre outras mudanças. Esse neocapitalismo, ou melhor, nova divisão internacional do trabalho passa a ser chamado era da globalização [Gohn, 2002], ou globalitarismo para Milton Santos [2000a]. Ainda para Milton Santos:

*“Em tais condições, instalam-se a competitividade, o salve-se quem-puder, à volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado...”* [2000a, p. 54].

Diante dessas mudanças, alguns autores como Maria da Glória Gohn, colocam que os movimentos sociais, em particular os movimentos populares urbanos, “... entraram em crise, não apenas de mobilização, mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera política...” [2002, p. 322], já para Jan Bitoun, as situações concretas têm revelado “... às

vezes, que a iniciativa política no espaço não pertence aos movimentos sociais, mas a liderança de fato...” [1993, p. 4].

É nesse cenário, ou melhor, perpassando esse longo caminho que nasce em meado da década de 1970, no bairro em estudo, o movimento de luta pela moradia, como veremos a seguir.

### 3.1 Cabo Gato: Os Antecedentes da Comunidade Chão de Estrelas

Compete ao Estado e ao Município promoverem as melhorias sociais (direitos básicos) da sua população, tanto rural como urbana, através dos diversos órgãos, que são os responsáveis pelos serviços, objetos de reivindicações. Cabe à Prefeitura, legislar quando necessário para suplementar à legislação federal e estadual assuntos de interesse local; pelo fato de encontrar-se mais perto das necessidades dos habitantes do município; é para ela que se dirigem à maioria das reivindicações dos movimentos de bairros<sup>6</sup>.

Em Pernambuco, especialmente na cidade do Recife, a história do movimento de bairro se inicia em 1931, quando é registrado em cartório a Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (no atual bairro de Afogados), cujo objetivo era congrega todos os proprietários pobres da Vila. Em 1939, segundo Rezende, “o Recife recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhando em melhorar de vida.” [2000, p. 67]. Naquele período, contava a cidade com 45.000 mocambos e pelo menos um sexto da população desempregada; levando o então governador Agamenon Magalhães<sup>7</sup> a intervir na mesma, criando a “Liga Social Contra o Mocambo”<sup>8</sup>, com objetivo de erradicar as favelas<sup>9</sup> e transferir seus moradores para outras áreas [Silva, 1989]. Ainda Rezende, “... onde construía vilas populares, mas os colocava distante dos locais de trabalho.” [Idem, p. 63].

<sup>6</sup>Para Neide SILVA. Os movimento de bairros são formados por Associações de Moradores, Conselhos de Moradores, Grupos de Jovens, de Mulheres, de Saúde, de Educação, de Cultura, etc. Ver também, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Artigo, 78, e CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, Artigo, 30.

<sup>7</sup>Sobre o político Agamenon, ver Dulce Chaves PANDOLFI, Pernambuco de Agamenon Magalhães.

<sup>8</sup>Neide SILVA vai chamar de “Serviço Social Contra o Mocambo”, criada oficialmente em 12.07.1939.

<sup>9</sup>Para Salvador Soler LOSTAO, a Liga Social Contra os Mocambos — demoliu 12.437 mocambos e construiu apenas 5.329 novas moradias.

No Recife em 1947, logo após a redemocratização do País, o povo começa a se organizar nos bairros, criando as primeiras Associações (de Bairros) e Ligas de Moradores para garantir a ocupação das margens dos rios, alagados e morros e reivindicar serviços de infra-estrutura e equipamentos coletivos, utilizando como forma de mobilização (luta) abaixo-assinados, reuniões com secretários e prefeitos e atos públicos [Silva, Idem.].

Decorrente dessas ações observa Rezende, que “... 1940, a população da cidade era de 348,4 mil pessoas, aumentando para 524,7 mil habitantes em 1950, tendo o município do Recife expandido sua área territorial na década de 50, de 180 km<sup>2</sup> para 209 km<sup>2</sup>” [Idem.], atualmente, segundo os dados da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura do Recife (2003), o Município possui uma área total de 220 km<sup>2</sup>, dividido em seis RPA’s, com noventa e quatro Bairros, havendo nestes, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, sessenta e seis Zonas Especiais de Interesse Social — ZEIS — e uma população absoluta de 1.422.905 habitantes.

É sobre essas áreas do Recife que famílias oriundas dos diferentes espaços de sua hinterlândia rural, principalmente da Zona da Mata, e também de favelas da Região Metropolitana, segundo Lacerda de Melo, que “... por efeito das debilidades e distorções de natureza estrutural e de ordem sócio-econômica e demográfica...” [1978, p. 149-150], irão, em 1958, constituir a localidade (Comunidade) de Cabo Gato<sup>10</sup> ou embalo, numa área de aproximadamente, sete hectares na margem esquerda do rio Beberibe, no bairro de Peixinhos, no município de Olinda/PE, pertencente ao Curtume Santa Maria, cujo proprietário era um senhor denominado Neco<sup>11</sup>, que pagava foro à Marinha para explorar o mangue.

A ocupação da área deu-se em função das atividades desenvolvidas pela maioria da população, constituída de pescadores e lavadeiras, extraindo do rio a sua sobrevivência. O acesso era realizado através de uma ponte construída por iniciativa do Sr. Severino — Cabo Gato — ligando Campina do Barreto (Recife) a Cabo Gato (Peixinhos — Olinda); essa ponte é datada do início da década de 1950<sup>12</sup>, intensificando a ocupação; além da ponte, a partir da primeira metade da década de 70, o fluxo de ocupação não se dá mais pela atração do rio, e sim de outros setores da economia, criando a relação periferia-centro ou periferia-periferia,

<sup>10</sup> Antigo morado de nome Severino Pereira de Moraes — cabo da polícia Militar, que residia às margens do rio desde a década de 1940, na Campina do Barreto. Ainda existe a casa, na qual mora um de seus filhos, próximo do terminal do ônibus do bairro. Sobre a origem do nome de Cabo Gato, ver M<sup>a</sup> do Socorro S. de Souza ARAÚJO, p. 28 e Patrícia Angélica DUTRA, p. 29.

<sup>11</sup> Sobre o Senhor Neco e a lenda da cobra que vivia no rio Beberibe, ver ARAÚJO, p. 29 e DUTRA, cap. 2.

<sup>12</sup> Para ARAÚJO (1993, p.29), a referida ponte data de 1970. Utilizamos 1950, porque o genitor desta pesquisa já nesta época, utilizava a ponte para ir ao trabalho.

com a transferência do terminal do ônibus de Campina do Barreto que ficava no cruzamento das ruas da Constança com Iguatú [sic], nas imediações hoje da Policlínica Amaury Coutinho, onde existia um chafariz; além deste, existia na esquina da rua dos Craveiros com a rua Travessa dos Craveiros, hoje rua Capitão Brás, um outro chafariz, onde atualmente, no lado oposto do referido chafariz<sup>13</sup>, funciona a barbearia do Sr. Moacyr.

Hoje, encontra-se o referido terminal no final da rua dos Craveiros, próximo da residência de Cabo Gato (Foto 5) e da primeira ponte da amizade, facilitando e intensificando as comunicações dos moradores e moradoras<sup>14</sup> entre as duas cidades (Recife e Olinda, respectivamente). Posteriormente, um morador local conhecido como “Mané de Rita” ou “Mané da Ponte”, apossou-se por cerca de quinze anos dessa ponte e cobrou taxa de pedágio pela travessia. No período de inverno, finais de semana, às mulheres grávidas e às pessoas que carregavam água, cobrava o dobro do valor<sup>15</sup>. Como não havia sistema de água potável na área e como o rio já nesta época estava bastante poluído, impróprio para uso (perdendo suas funções já mencionadas ao longo do trabalho), a intensificação das ocupações desordenadas ao longo de toda a margem do rio, carentes de obras de infra-estrutura e saneamento básico, contribuía para que a água utilizada fosse transportada por essa ponte, aumentando o lucro do Senhor Mané da Ponte. Realizava-se no gesto cotidiano a exploração uma população, já explorada por um sistema que a colocava à margem da sociedade.

Em 1975, durante uma enchente, a ponte foi destruída pelas águas. As moradoras que estavam iniciando um processo de organização comunitária decidiram reconstruir a ponte, chamando-a de “Ponte da Amizade” (Foto 6), para que servisse a todos (as), sem fins lucrativos. A reação do Senhor “Mané da Ponte” foi imediata, tentando destruir a nova ponte, exigindo uma resposta das moradoras<sup>16</sup>. Mas a precariedade da ponte e as constantes enchentes que a destruíam, levaram as moradoras a articularem-se, e depois de repetidas reivindicações, conseguiram que as prefeituras de Olinda e Recife construíssem juntas uma

<sup>13</sup> Segundo JUCÁ, “... que tem como função precípua, abastecer de água potável a população de nível mais baixo...” [1977, p. 51]. Sua construção e funcionamento eram de responsabilidade da Companhia do Beberibe.

<sup>14</sup> De agora em diante não usaremos na escrita os dois gêneros moradores e moradoras, pois a torna pesada e cansativa. Utilizaremos só o gênero feminino pois sua participação é mais intensa que a dos homens na vida das associações, ainda que estes últimos estejam em maior número nos cargos de comando das entidades.

<sup>15</sup> Referentes à cobrança de taxa de pedágio aos usuários é confirmado pelo autor desta pesquisa.

<sup>16</sup> Para maiores detalhes sobre os problemas (histórias) das pontes e as várias reconstruções e também da contribuição deste episódio para compreensão da tomada de consciência da população para organização das futuras reivindicações, é interessante ler: ARAÚJO, cap. I, p. 28-35.

ponte de alvenaria e concreto<sup>17</sup> (Ver Foto 2 cap. II, p. 53), a qual continua sendo utilizada até hoje. Segundo Maria José de Lima, para isso:

*“O povo, contou com o apoio da Igreja Católica, através do Padre de Peixinhos, do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), da Ação Social da Igreja e de algumas lideranças do bairro que faziam parte do ‘Encontro de Irmãos’. As reuniões eram realizadas no espaço da Igreja, o único possível na época da repressão militar.” [1992, p. 28].*

#### FOTO 05

#### Casa de Cabo Gato<sup>18</sup>



Fonte: Foto do autor, 2004.

O resultado desta luta foi a ampliação da compreensão da necessidade de buscar solução para outros problemas que os afligiam e de espaço para as reuniões. Compraram um “barraco”, onde passou a funcionar o Conselho de Moradores de Cabo Gato, que nesta fase, ainda não estava juridicamente legalizado.

<sup>17</sup> A referida ponte liga a rua dos Peixinhos, antiga rua do Rio (no bairro de Campina do Barreto) com a Avenida Jardim Brasília (no bairro de Peixinhos — Recife) ao lado da ETE-Peixinhos (marco 15), próxima da Comunidade Chão de Estrelas; mais distante de onde localizava-se a primeira ponte da amizade, próxima da residência de Cabo Gato e do atual terminal do ônibus de Campina do Barreto.

<sup>18</sup> Residência onde morava Cabo Gato, hoje reside um de seus filhos. No fundo passa o rio Beberibe, onde havia o banho de rio (de cabo gato). Ao lado, ficava a ponte que ligava Campina do Barreto ao Embalo (Cabo Gato Peixinhos — Olinda).

Quando dos contatos com órgãos públicos para atendimento das reivindicações, como foi o caso da luta para solucionar o problema de abastecimento de água, solicitaram através de abaixo-assinado a COMPESA, a instalação de um chafariz. Posteriormente, realizaram uma campanha educacional na área, com o tema: “Água suja mata: água limpa salva”, com o objetivo de conscientizar a todos e todas, sobre a importância da utilização da água tratada [Araújo et. al. Op. cit.]. Tornava-se necessário o Conselho se constituir em uma entidade jurídica, e para isto, necessitava da publicação do estatuto no Diário Oficial do Estado e posterior registro em cartório. Contaram com o apoio da Arquidiocese de Olinda e Recife, através da Ação Social [Araújo et. al, 1993; Dutra, 1998].

#### FOTO 06

##### Primeira Ponte da Amizade



Fonte: Jornal: *O Chão de Estrelas*, junho, 1996. n. 00, p.4.

Com a enchente de 1975, que não só inundou as comunidades nas margens do rio Beberibe como: Cabo Gato, Vila do Cheiro Cola, Canal do Arruda, Campo Grande entre outras, mas também bairros de população de classe média do Recife e Olinda, levando o DNOS<sup>19</sup> em parceria com o governo do Estado, em 1979, a atuar nas áreas para evitar as inundações. Segundo Araújo et al.

<sup>19</sup> DNOS — Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

*“O rio Beberibe, que nas imediações de Cabo Gato e áreas adjacentes tinha dez metros de largura, deveria ser alargado em vinte e cinco metros, pois com esta ampliação o DNOS resolveria os problemas das enchentes. Para efetivar estes trabalhos, teria que ser desapropriado o terreno situado nesta faixa, e a população residente deveria sair, liberando a área para a realização dos trabalhos.” [1993, p. 37].*

Em 1978, a Comunidade de Cabo Gato recebeu a notícia através da COHAB-PE<sup>20</sup> que a comunidade seria urbanizada. No decorrer das negociações o objetivo foi mudado, já não se tratava de urbanizar a área, mas sim de a desapropriar, sem que houvesse uma proposta clara de relocação para essas famílias e com promessa apenas de indenização que não atendia às reais necessidades das mesmas. As moradoras constituíram uma comissão denominada “Comissão Pró-Remoção”, que logo rejeitou a proposta, iniciando uma luta em prol da moradia. Em novas reuniões segundo uma líder comunitária,

*“... é quando o governo Municipal, Estadual e Federal fechou a proposta de trocar o barraco de tábuas por uma casa de alvenaria em um determinado lugar, só que essa proposta era para Curado IV, naquela época era mata, eles iam desmatar e construir as casas lá, para remover as famílias, só que a gente viu que não tinha condições nenhuma de sobrevivência ali, devido não haver nenhum tipo de comércio, e aí pensou-se na possibilidade desse terreno aqui ...” [Entrevista, n. 10, 24/11/2003]<sup>21</sup>.*

Foi quando indicaram esse terreno onde se situa a atual Comunidade Chão de Estrelas, recebendo casas construídas pelo poder público (Estado). A COHAB foi substituída pelo DNOS, pois a primeira queria o pagamento das casas através de prestações mensais. Já o DNOS após muitas reuniões com os líderes (comissão), retirou a empreiteira e, as casas passaram a serem construídas pelo processo de autoconstrução, segundo o Projeto PROMORAR/BEBERIBE.

É importante destacar que até a celebração do acordo, estes moradores estiveram expostos a toda sorte de interferências externas, de políticos e falsas lideranças, além de que, quando tomavam uma postura de confronto, de luta, sentiam ainda os resquícios do autoritarismo do Regime Militar, através de pressões, boicotes, ou, por exemplo, quando da

---

<sup>20</sup> COHAB-PE. — Companhia de Habitação Popular de Pernambuco.

remoção para a nova localidade: a remoção não foi uniforme, separaram as pessoas, ou melhor, misturaram pessoas de outras comunidades, inclusive as lideranças, formando uma “colcha de retalhos”, para desarticular o grupo e diminuir a capacidade de resistência do movimento, foi o que aconteceu em Cabo Gato. Para Araújo, Cabo Gato foi “... o ‘útero’ no qual gestou o processo de organização pela remoção das famílias ribeirinhas do Beberibe para Chão de Estrelas.” [1993, p. 35].

A ocupação da nova área (das casas)<sup>22</sup> se deu nos anos de 1981 e 82, com a remoção das 872 famílias, que posteriormente, segundo Cabral:

*“A partir de 1987, ocorreram invasões na comunidade, acarretando a seguinte divisão: Chão de Estrelas Antigo – formada pelas primeiras casas construídas e de melhor qualidade; e Chão de Estrelas Novo – formada por duas comunidades que têm a seguinte denominação: Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema<sup>23</sup> e Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula. Em relação à questão da moradia, a área hoje é considerada Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) ...”* [1999, p. 43] (grifo no original).

Mas a população ainda não tem a regularização fundiária das casas nem dos terrenos, além da falta de vários serviços sociais e de infra-estrutura. Apesar de ser um direito básico (direito constitucional — dever do Estado)<sup>24</sup> para populações, a experiência tem provado que só através de muitas mobilizações é que as demandas, mesmo as mais urgentes, podem ser atendidas. Assim, o movimento do bairro está em constante necessidade de se relacionar<sup>25</sup> com o poder público, seja ele (a) Prefeitura ou Estado; ou ainda, precisa manter o movimento de luta organizado e mobilizado, como veremos a seguir.

<sup>21</sup> As falas citadas no trabalho foram transcritas literalmente.

<sup>22</sup> Ver M<sup>a</sup> José de LIMA, Movimentos populares uma questão de cidadania. Cap. IV.

<sup>23</sup> Também conhecido como Vila Jorge Pimenta.

<sup>24</sup> Ver CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1989, parágrafo único: incisos IX e X do Art. 5º; Art. 144, parágrafo 2º alínea h; Art. 145 e 140 da mesma constituição. Ver também, Lei Orgânica do Município do RECIFE, 1990, Art. 6º, incisos I e VIII; Art. 7º, IX; Art. 114, 115 e 123, inciso II e Art. 146, parágrafo 1º, inciso I; e Plano Diretor da Cidade do RECIFE, 1992, Art. 2º, inciso II, parágrafo único; Art. 3º, incisos I, IV e IX; e Art. 7º.

<sup>25</sup> Na sociedade em que existe o Estado, é da relação do instituído com o vivido que também surge o processo de construção do espaço.

### 3.2 Chão de Estrelas: Antigos e Novos Papéis

Analisados os antecedentes da Comunidade Chão de Estrelas, ou melhor, a luta pela conquista por melhores condições de moradia, procura-se agora através de alguns exemplos, analisar os papéis do vivido na produção do espaço na nova área.

A denominação “Chão de Estrelas” surge na ocasião da visita ao local (sítio de coqueiro) onde hoje se encontra a referida comunidade, por um grupo de liderança e futuras moradoras, como podemos perceber na fala de um morador e líder comunitário citado por Patrícia Angélica Dutra:

*“Chão de Estrela quem botô (o nome) foi o pessoal de Ponte Preta. A gente também deu (o nome) porque a gente tinha vindo. Porque era um sítio de coqueiro. Aí deu uma noite de lua, aí tinha... na lama... refletia a lua nas palhas dos coqueiros, aí parecia... Os coqueiros e a lua, quando era noite de lua refletia as palhas dos coqueiros no chão, naquele lamaçal, né? Formava (a imagem) aquelas estrelas então o pessoal colocou Chão de Estrelas.” [1998, p. 70].*

As pessoas que vão constituir a Comunidade Chão de Estrelas fazem parte da organização popular das comunidades (favelas) que ocupavam as margens do rio Beberibe, são elas: Cabo Gato (de onde provém a maioria das moradoras), Cajueiro, Caixa D’água, Vila do Cheiro Cola, Depuradora, Portão do Gelo, Ponte Preta, Ilha do Maruim e Antártica (1981-82), posteriormente foram incluídas as comunidades Saramandaia, Capilé, Canal do Campo Grande, Canal do Arruda e um grupo de famílias de Ponte Preta (1987), que se encontravam nas margens dos canais que lhes dão o nome [Lima, 1992; Araújo, 1993; Dutra, 1998].

Ocuparam uma área desapropriada em 1979, que era um sítio de coqueiro (Sítio Santa Teresinha [sic]), conhecido como “Sítio de Badé”<sup>26</sup>, pertencentes à viúva do Sr. Osman Antônio da Silveira, dona Marina Carrilho da Silveira<sup>27</sup> e outros; localizado no bairro de Campina do Barreto, com uma “área aproximada de 30 ha.” [Pernambuco, 1979a; 1979b].

<sup>26</sup> Badé, antigo morador do bairro de Campina do Barreto de nome Manoel José dos Santos, vigilante do sítio desde 1954 até 1981, sogro do referido autor.

<sup>27</sup> No decreto de desapropriação do terreno consta o nome de Maria Carrilho da Silveira [Pernambuco, 1979a]. Entretanto, no requerimento do Sr. Manoel J. dos Santos (Badé) na junta de conciliação e julgamento da justiça do trabalho (TRT) consta o nome de Marina Carrilho da Silveira, colocamos o de Marina por sabermos que é o correto.

A grosso modo, limita-se ao Norte com a rua do Rio, atual rua dos Peixinhos e rua Marcílio Dias; ao Sul com o riacho Jacarezinho<sup>28</sup> e o canal do Arruda; a Leste com o rio Beberibe e a Oeste com as ruas das Moças e Nova, também conhecida como rua do Dendê e, atualmente, rua Coronel Mário Libório, localizada no antigo subúrbio do distrito de Beberibe, distante 9,5 km do centro do Recife — PE (Mapa 4).

A chegada da população ocorreu entre os anos de 1981 e 1982. Entretanto, “... a primeira entrega foi em 12 de março de 1981<sup>29</sup>. O pessoal que estava do lado do DNOS veio logo, foram às primeiras casas que hoje forma a Rua Marcílio Dias.” [Lima, 1992, anexo, p. 19]. As residências entregues nessa ocasião eram casas no estilo vilas, construídas em forma de parceria na qual os trabalhadores contratados seriam também os futuros “proprietários” sendo os imóveis em nomes das mulheres; constituídas dos seguintes cômodos: um terraço sem grade, uma sala com um balcão, dois quartos sem portas e um banheiro com porta externa a casa e faltando azulejo nas paredes, com janelas de combogó e piso de cimento, as paredes faltando serem rebocadas e conseqüentemente sem pinturas, sem muros, além de em algumas faltarem água encanada e energia elétrica, ruas sem calçamentos, redes de esgotos e transportes coletivos, estas residências já nascem subnormais, nos dizeres de Milton Santos. Hoje (dez/2003), esses imóveis em sua maioria quando não foram repassados como benfeitoria a terceiro (mesmo sem autorização do Estado) e suas primeiras moradoras retornando a margens do rio, sofreram melhorias. Tais situações se confirmam, tanto na fala de Milton Santos, quando diz:

*“Como os pobres ainda estão muito longe de possuir todos os bens que a sociedade de consumo lhes comanda, e como a sociedade de consumo lhes está sempre criando novas necessidades, os seus ganhos insuficientes com freqüência aconselham a troca da casa por dinheiro, com o qual buscam completar a cadeia dos objetos buscados. Quanto a morar, basta deslocar-se para ainda mais longe, recomeçando tantas vezes o ciclo quantas vezes se façam necessárias.”* [1996, p. 75-76]<sup>30</sup>.

Como são constatadas também na fala de uma líder comunitária,

<sup>28</sup> Segundo o cadastro de canais da cidade do Recife, 2000; consta com o nome de canal da Regeneração.

<sup>29</sup> Segundo Lima, “este pessoal fez a Associação de Moradores, que atrapalha o trabalho comunitário.” [Op. cit., p. 19].

<sup>30</sup> Ver ainda Milton Santos, “O espaço do cidadão”, mais especificamente, os subitens: o direito de morar, p. 45; o que é bom para os pobres..., p. 46 e os pobres e a cidade corporativa, p. 46.



*“... a gente colocou um prédio para a escola, para creche, um para posto de saúde, um para mercado público. Aí, chegando aqui em Chão de Estrelas as famílias cada ano era removida para cá; as casas iam ficando prontas; eles iam tirando aqueles piores barracos, derrubando e botando as famílias para cá, só que, quando chegou aqui, a gente tinha dificuldade de quê? Não tinha comércio, não tinha calçamento, não tinha iluminação e aí esse grupo de moradores representante das quatro ex-comunidades que tava sendo removida para cá, começou fazer um trabalho na comunidade; em combate às doenças, ao desemprego, à fome, às vendas das casas, com isso, esse grupo de morador criou a sopa comunitária, criou a padaria comunitária, o grupo de saúde, o grupo de comunicação. A gente não tinha rádio, mas tinha uma proposta de rádio; é, criamos a escola comunitária, o artesanato, tudo isso com objetivo de melhorar a comunidade. E aí chegou a outra questão que era conseguir a linha de ônibus que a gente não tinha, conseguir calçar a rua principal para poder ter o ônibus, postear e iluminar e, aí a gente sentiu a dificuldade de se ter um registro. Nós éramos um grupo de moradores sem registro, e aí a gente começou a discutir a formação/criação de uma entidade que representa a comunidade.” [Entrevista, n. 10, 24/11/2003].*

No bairro já existia a Associação de Moradores da Campina do Barreto, no espaço onde ficaria a Escola Nova Esperança<sup>31</sup>. Para Araújo (1993), Lima (1992) e Dutra (1998), a associação foi criada por interferência direta do Estado, através da iniciativa do DNOS e COHAB, com pessoas que não tiveram participação no movimento Pró-Remoção.

Em contrapartida, para manter o processo de organização, um grupo de lideranças, após um ano, começou a reunir-se com o povo em assembléias nas ruas para discutir as suas necessidades, como a falta de ônibus, a iluminação, o desemprego, a fome etc. Os organizadores criaram a *sopa comunitária*, na área em 1983, com o objetivo não só, de minimizar a fome, mas principalmente, para organizar a comunidade, visto a desarticulação “natural” e imposta pelas estratégias utilizadas pelo poder público para desmobilização do movimento de organização das moradoras em decorrência da remoção, como vimos anteriormente. Os organizadores conseguiram manter a continuidade da sopa por um período de dois anos e seis meses.

---

<sup>31</sup> Para ARAÚJO, séria “o prédio que era destinado a sede da associação dos representantes legítimos dos (as) moradores (as) ...” [1993, p. 51]. Optamos pela posição de Dutra por ser a fala de um líder comunitário [1998, p. 64].

Daí surgem às bases da organização comunitária em 1983: A comissão Chão de Estrelas juntamente com os grupos de saúde e da escola, tendo a finalidade de discutir questões a este respeito, bem como reivindicar e encaminhar soluções para os problemas existentes. Isso levou o grupo organizador a oficializar o movimento, registrando em 28 de julho de 1985 o Estatuto da Entidade com o nome de “*Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas.*” [Pernambuco, 1985, p. 14] (Foto 7). Com objetivos não só de reivindicar, mas organizar a população, além de criar grupos para áreas de saúde, educação, produção, esportes e farmácia, exercendo ações tanto internas, na comunidade, como em outras localidades.

#### FOTO 7

Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas<sup>32</sup>



Fonte: Foto do autor, 2004.

Esse processo da organização comunitária em Chão de Estrelas como vimos, coincide com a fase de redemocratização do país e com as diretas já; é quando no Estado de Pernambuco, tanto os governos Estadual e Municipal são eleitos pelo voto direto em 1985/86, respectivamente, o prefeito do Recife Jarbas Vasconcelos e o governador Miguel Arraes, com programas que passam a privilegiar a participação popular.

A nível local (município), inicia-se o programa “Prefeitura nos Bairros” no âmbito do qual a população, através de suas lideranças (representação), decide sobre o que é melhor para o seu bairro [Araújo, Op.cit; Leal, 2003].

A partir dessa política de incentivos às organizações de bairro, a comunidade reivindicou e recuperou os dois imóveis onde funcionava a Associação de Moradores de Campina do Barreto, passando a estabelecer o Centro de Organização Comunitária, o Posto Médico e a Delegacia do bairro, fortalecendo suas lideranças.

Seguindo a mesma linha da Prefeitura do Recife o governo do Estado entregou às moradoras de Chão de Estrelas, em 1987, em um dos citados prédios o Posto Médico (Posto Comunitário Chão de Estrelas — Foto 8) em condições de funcionamento, com recursos materiais e assessoria para capacitação de recursos humanos.

#### FOTO 8

#### Posto de Saúde Comunitário Chão de Estrelas<sup>33</sup>



Fonte: Foto do autor, 1998.

Mas as lutas para atendimentos de outras necessidades continuaram: foi criada a *Escola Comunitária União de Chão de Estrelas*, em um espaço dentro da comunidade. Referente à escola é importante esclarecer que as atividades que vinham sendo desenvolvidas

<sup>32</sup> No terreno, onde, anteriormente, ficava a horta comunitária de plantas medicinais. No seu interior encontra-se a Rádio Comunitária Chão de Estrelas: frequência avançada na luta pela sobrevivência do povo.

<sup>33</sup> Onde fica o Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas.

em um barraco em Cabo Gato — Escola Nova Esperança — quando da remoção, não foram paralisadas, localizando-se, provisoriamente, em um boxe no mercado velho de Campina do Barreto, construído em 1963 — mercado que nunca funcionou, hoje Vila Redenção, onde funcionavam três salas de aulas, com proposta de alfabetização que se contrapunha ao modelo de ensino formal da rede pública [Dutra, Idem].

Outros equipamentos coletivos foram criados como a *Padaria Comunitária Chão de Estrelas* (Foto 9) e a Rádio Comunitária. A primeira surgiu em 1986, a partir do grupo de desemprego, ensinando aos jovens e adolescentes a profissão de padeiro, além de vender o pão mais barato. Para concretização, solicitaram ajuda de vários órgãos externos, seja financeira ou material. Assim, a COHAB construiu o imóvel, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) comprou os equipamentos, a organização não-governamental Pão para o Mundo, através de projeto, entrou com o capital de giro e a Comunidade comprou três mil tijolos.

#### FOTO 9

##### Padaria Comunitária Chão de Estrelas



Fonte: Foto do autor, 1998.

No período de, aproximadamente, dois anos a padaria funcionou segundo seus objetivos, mesmo sofrendo pressão de grupos com interesses contrários, principalmente dos

proprietários de padarias da redondeza. Entretanto, não conseguindo resistir às pressões, fechou as portas em 1988, sendo reaberta em 1989, com proposta diferente da inicial; não mais, na perspectiva de produção comunitária [Lima, Idem; Araújo et.al. Op. cit.].

A *rádio comunitária* nasce da necessidade de um meio de comunicação mais rápido entre as lideranças e as moradoras. Assim, inspirada no exemplo da localidade de Guabiraba no Recife, onde já funcionava uma, a direção do Centro de Organização Comunitária realizou um seminário para debater os Meios de Comunicação Social e a instalação de uma rádio em Chão de Estrelas; posteriormente, elaborou um projeto para implantação e encaminhou para Secretaria de Ação Social; depois de aprovado, assinou um convênio com esta, e convocou a população para um novo Seminário, coordenado pela Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS).

Nele, foi definido que as pessoas que trabalhariam na rádio seriam da própria comunidade; definiu-se também, o nome da rádio — *“Rádio Comunitária Chão de Estrelas: frequência avançada na luta pela sobrevivência do povo”* — e aprovou-se a programação da mesma. A rádio iniciou suas atividades em agosto de 1988, tendo como objetivos contribuir para conscientização política e assegurar espaço para que a população possa reivindicar, protestar, discutir, se divertir e se informar acerca das atividades na comunidade.

Entretanto, a rádio enfrentou várias dificuldades, sendo que duas se destacam: a falta de recursos para a manutenção da mesma e a exigência por parte de algumas pessoas para que funcionasse com fins comerciais, gerando sérios conflitos. A persistência das dificuldades levou ao fechamento da rádio em 1989. Atualmente (2003), está funcionando com objetivos diferentes da proposta inicial.

A partir de 1987, a Prefeitura da Cidade do Recife iniciou uma intervenção de macrodrenagem no canal do Arruda que prejudicou várias casas e barracos, rachando-os; as famílias que residiam nas margens dos canais do Arruda, de Campo Grande e em Saramandaia iniciaram um novo processo reivindicatório, como esclarece um líder comunitário:

*“... a gente negociou vinte e quatro [casas], mas só foram construídas dezesseis, que é dessas que eu moro. (...) Por que era vinte e quatro em regime de mutirão. Só que as outras pessoas não participaram e ficou dezesseis; aí, depois a gente conquistou vinte e quatro em regime de mutirão e depois veio a negociação das outras.”* [Entrevista, n. 20, 12/12/2003]

As demais 491 casas foram construídas pela empreiteira, em estilo embrião, perfazendo um total de 531 residências [Lima, *Idem.*], foram removidas para uma área ainda vazia existente na Comunidade Chão de Estrelas, constituindo hoje o “*Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema*”. Essas novas residências, quando comparadas às construídas em 1981—82, apresenta-se de inferior qualidade, pois além das condições anteriormente descritas, os imóveis constam apenas de um cômodo com um banheiro, já que são repartidas ao meio, cada parte da casa para uma família. Com estas moradoras vieram novas lideranças que fundaram outras associações e atuam no local.

Um grupo de famílias de Ponte Preta que não foram removidas invadiu as casas que se destinavam às famílias do riacho do Jacarezinho, segundo Sr. Ovídio, “*era pobre invadindo casa de pobre*” [Lima, 1992, anexo]. A direção do centro articulou junto às lideranças da invasão, para formar uma comissão e negociar com a COHAB e a Prefeitura, a solução do problema, de forma que nem os que invadiram e nem os que tiveram suas casas invadidas ficassem sem moradia.

Como desfecho, a COHAB em 1988, dividiu parte da área do terreno desapropriado em 1979, “cedendo” o material para construção das casas em processo de mutirão; são quarenta e cinco unidades (imóveis no estilo do primeiro grupo 1981—82), que integram também a Comunidade Chão de Estrelas com a denominação de “*Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula*”<sup>34</sup>. Esses novos assentamentos aliados à política de distribuição de leite implementada pelo governo federal na gestão do presidente José Sarney, em 1986<sup>35</sup>, contribuíram para o surgimento de novas entidades de representações das moradoras (Mapa 5).

Devem ser destacadas, no decorrer desses embates as participações de agentes externos no processo de produção do espaço em Chão de Estrelas: organizações não-governamentais e instituições religiosas, como também, algumas pertencendo aos vários níveis de governo. Contribuíram com recursos financeiros, assessoria jurídica ou técnico-pedagógica. A *Arquidiocese de Olinda e Recife*, sob a égide do Arcebispo Dom Hélder Câmara, participou, através da equipe de Ação Social, incentivando a mobilização das moradoras para a conquista da remoção, e em Cabo Gato, contribuiu com recursos materiais para a construção da Escola Comunitária; o *Centro Luiz Freire*, através do gabinete de assessoria jurídica às organizações populares — GAJOP — deu assessoria jurídica na

<sup>34</sup> O nome do Conjunto é homenagem ao líder comunitário e primeiro presidente do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas e atual coordenador do Movimento Cultural Desperta Povo.

elaboração do estatuto do Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Já o *Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro*, contribuiu com a realização de palestras sobre a fome e a desnutrição etc.

A *ETAPAS — Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social* — realizou seminários e palestras, de acordo com a solicitação dos grupos de trabalhos das diversas áreas (saúde, educação, comunicação etc.); a *ONG Pão Para o Mundo*, financiou o capital de giro para implementação do projeto da Padaria Comunitária Chão de Estrelas. Hoje, atuam a *ONG Visão Mundial*, o *ESUDA — Espírito Santo União de Dois Amigos: Faculdade de Ciências Humanas* — e outras entidades; a primeira proporcionando liberação de recursos financeiros a título de empréstimos, para estruturação de comércios e moradia de comerciante e moradores locais de baixa renda. O segundo oferecendo atendimento psicológico às famílias necessitadas da comunidade etc.

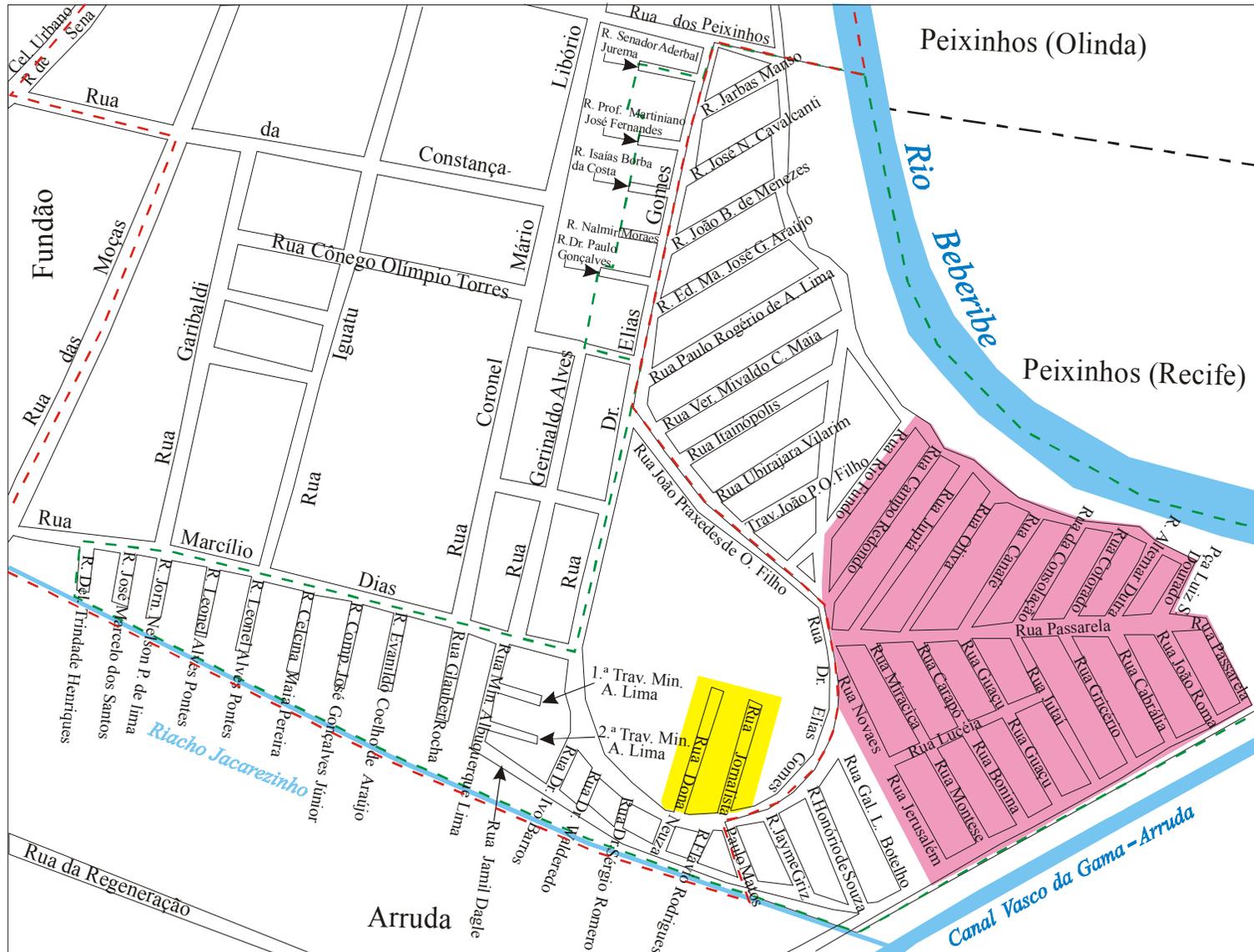
No transcorrer de 1989 até hoje, novos acontecimentos foram se dando com o aprofundamento da crise econômica brasileira, levando, no bairro, a proliferação de novas invasões nas margens do rio, canal e em terrenos baldios, e também, a proliferação das entidades de representação. Por outro lado, melhor dizendo, pela parte dos *gestores*, apesar da falta de recursos alegados pelos mesmos, foram entregues algumas obras: ruas calçadas, uma Policlínica em 30/08/1996 (Foto 10) e mais recentemente, no dia sete de outubro de dois mil e três um posto de saúde — PSF Posto Irmã Terezinha (Foto 11) — no conjunto residencial Senador Aderbal Jurema; este pertencendo, para surpresa da população local, segundo à divisão política administrativa do município do Recife, ao bairro de Peixinhos — Recife, mesmo sem a aceitação dessa divisão pelos moradores e moradoras (Ver Mapa 4, p. 86).

Como vimos, as organizações que surgiram na produção do espaço após a remoção de Cabo Gato para Chão de Estrelas até o presente, tiveram momentos de avanços e momentos de retrocessos. *Avanços* como as conquistas dos Postos de Saúde que estão em pleno funcionamento, as sedes próprias para o Centro de Organização Comunitária e a Associação dos Moradores da Campina do Barreto, a efetivação do Grupo de Saúde entre outros; e momentos de *retrocessos*, a Padaria e a Rádio Comunitária, por exemplo, mesmo voltando às atividades, passaram a ter uma prática comercial; além da Delegacia e a Escola Comunitária estarem desativadas etc.

---

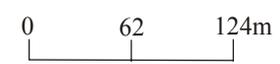
<sup>35</sup> Informação obtida através de conversa informal com uma líder comunitária.

MAPA 5  
 COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS  
 LOCALIZAÇÃO DE CONJUNTOS RESIDENCIAIS



- Limite do Bairro de Campina do Barreto
- Limite da Comunidade Chão de Estrelas
- Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema
- Conjunto Residencial Ovidio Ferreira Paula

FONTE: FIDEM. *Carta da Nucleação Centro, 2000*, CABRAL, 1999.  
 ADAPTAÇÃO E EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza.



Apesar da participação de agentes externos como a LBA, ETAPAS entre outros, ajudando com assessoria, tanto financeira como técnico-pedagógica às entidades de representações das moradoras, não foram suficientes para que essas conservassem seus objetivos iniciais, mudando-os. Aliado a isto, hoje, a Comunidade Chão de Estrelas (não só a comunidade, o bairro de Campina do Barreto também), encontra-se numa fase na qual as lideranças estão desarticuladas em suas ações, individualizadas, cooptadas por políticos “profissionais”, disputando entre si, com baixo nível de politização e participação, conquanto, a população local deixa as lutas a cargo das lideranças (representações), como veremos nas análises dos dados no próximo capítulo.

FOTO 10 Policlínica Amaury Coutinho<sup>36</sup>



Fonte: Foto do autor, 1999.

FOTO 11 PSF — Irmã Terezinha Batista<sup>37</sup>



Fonte: Foto do autor, 2004.

<sup>36</sup> No antigo prédio do Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho da Campina do Barreto.

<sup>37</sup> No Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema, também conhecido por Vila Jorge Pimenta.

## CAPÍTULO IV

*“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.”*

(SANTOS, 1996, p. 81)

#### **4 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DAS FALAS DO VIVIDO E DO INSTITUÍDO NO BAIRRO DE CAMPINA DO BARRETO**

Até o momento, utilizando-se de referências bibliográficas, conversas informais com lideranças, observações e experiências do autor desta pesquisa (que reside na localidade desde o nascimento) vimos que a produção do espaço urbano periférico do bairro de Campina do Barreto se deu também, a partir dos objetos — Terra, Rio, Matadouro, entre outros. No passado, esses objetos foram alvos de ações definidas por intenções e realizadas através de meios.

Produziu-se um espaço propício à formação dos movimentos sociais reivindicatórios a partir de 1978, ainda na comunidade (favela) de Cabo Gato na margem esquerda do rio Beberibe no bairro de Peixinhos no limites do município de Olinda — PE, como foi visto no capítulo anterior.

No bairro em estudo, o movimento reivindicatório se diferencia de outros e não é homogêneo, como bem coloca Maria da Glória Gohn, mesmo:

*“... assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo.” [Gohn, 1991, p. 34].*

Ou como nos diz a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos:

*“Os movimentos sociais ou reivindicatórios surgem como produto da união entre indivíduos, a partir da descoberta de um cotidiano com pontos comuns, em que dimensão do social se impõe para mudá-la: é o exercício da cidadania.”* [1999, p. 89].

Neste capítulo, busca-se compreender como se dão as relações entre as representações das moradoras (o vivido) e a gestão (o instituído), em outras palavras, tentar entender quais as intenções e as práticas dos gestores e relacionar com o que está acontecendo a partir das necessidades do lado da sociedade civil, tendo como fontes de análise as entrevistas aplicadas às lideranças (as quais também são responsáveis pelas entidades locais de representação), as delegadas<sup>1</sup> do Orçamento Participativo do bairro (no item 4.1.4) e as representantes dos gestores na área de nosso estudo.

A partir dos resultados obtidos foi possível termos uma compreensão de como estão se dando as relações entre o vivido e o instituído, apontado pelas entrevistadas no período em estudo. As reflexões serão desenvolvidas em cima das falas das lideranças comunitárias entrevistadas, das delegadas do Orçamento Participativo, das representantes dos gestores, mais especificamente, da Prefeitura da Cidade do Recife. Por último, destacaremos os pontos que permanecem dificultando o processo de construção da cidadania no bairro pesquisado, utilizando-se da obra “O espaço do cidadão”, do professor Milton Santos, como veremos a seguir.

#### **4.1 A Fala do Vivido: Dos Papéis das Representações (Líderes) à Luta pela Cidadania**

Primeiramente, procurou-se verificar o total de entidades existentes em toda a área geográfica da pesquisa. Utilizamos o trabalho de Maria José de Lima, 1992, conversas informais com três líderes comunitários, a saber: Senhora Creuza Nascimento da Silva, que é coordenadora do Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas, delegada do OP, segunda

---

<sup>1</sup> Ver nota de rodapé n. 14, cap. III, p. 79. A exceção é o número de homens (delegados), que são inferior as mulheres (delegadas).

titular da COMUL<sup>2</sup> e agente de saúde; dos Srs. Ovídio Ferreira de Paula — coordenador do Movimento Cultural Desperta Povo e articulador do núcleo Amigos do Rio Beberibe —, e de Degenildo Trajano da Silva — primeiro titular da COMUL Campo Grande<sup>3</sup> e presidente do Chão de Estrelas Futebol Clube — entre outras funções. Os dois primeiros participaram de todo processo de formação da Comunidade Chão de Estrelas e o último participa desde 1993.

Foram relacionadas trinta entidades, das quais segundo os informantes, duas não existiram (consta apenas no trabalho de Lima, Idem, p. 53 — ver lista das entidades). Além dessas, mais três estão desativadas segundo os responsáveis pelas mesmas. Um recusou-se a dar informações, alegando estar ainda em fase de reativação, e a outra, sempre que procuramos encontrava-se fechada; segundo o vizinho, ela deixou de funcionar desde a regulamentação dos transportes alternativos na cidade do Recife. Sendo assim, trabalhamos nas nossas análises com um total de vinte e três entidades, ou seja, com cem por cento das que estão em funcionamento (Mapa 6).

Observando o mapa seis, podemos identificar como se encontram distribuídas as entidades de representação dos moradores e as delegadas do Orçamento Participativo na área em estudo. Percebe-se uma maior predominância, tanto das entidades como das delegadas do OP na área da Comunidade Chão de Estrelas. Isto decorre por dois motivos: primeiro, pela experiência de luta por moradia por parte dos moradores da comunidade (como visto no capítulo III); segundo, pela maior carência tanto financeira como de infra-estruturas e de serviços destes.

Procurou-se verificar a data de fundação de cada entidade e o motivo de sua criação, sendo este distribuído entre as respostas “carências de infra-estruturas”, “carências de serviços” e “outras”, correspondendo às respostas pouco claras ou que não se enquadravam nos itens anteriores pois acreditamos haver uma relação direta entre os motivos do surgimento com as necessidades da população local, ao longo do tempo. Foi constatado que a maioria das entidades existentes na localidade de nosso estudo, têm como data de fundação o período correspondente entre os anos de 1985 a 1995 (ver quadro 1).

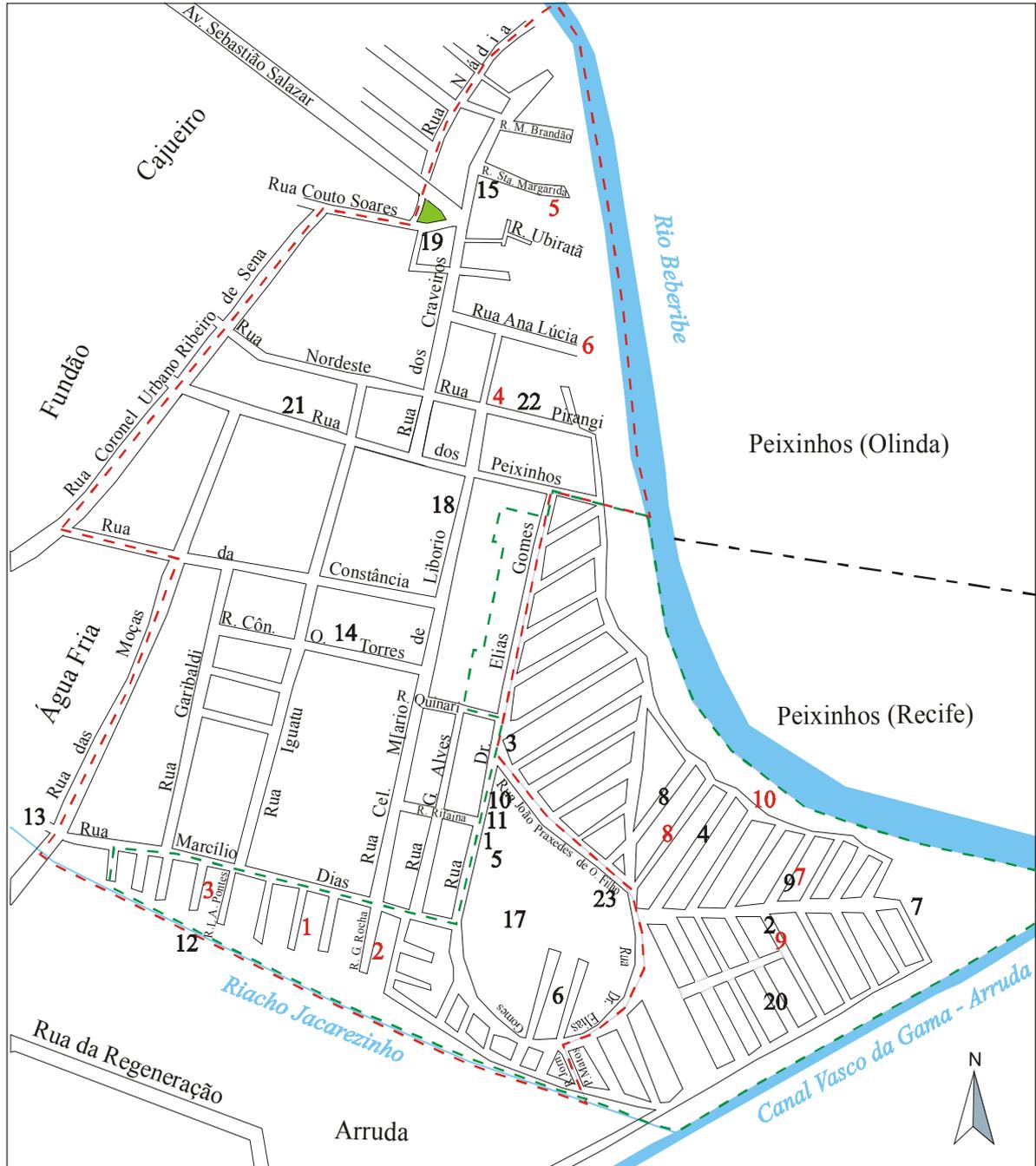
Percebe-se que a instalação do maior número de entidades só ocorreu após o assentamento da comunidade, um ano após a conclusão da remoção, decorrente da desarticulação “natural” e imposta pelo poder público (visto no cap. III, item 3.2), como também, da permanência da falta de infra-estruturas e serviços sociais.

---

<sup>2</sup> O P — Orçamento Participativo. COMUL — Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra.

<sup>3</sup> A Comunidade Chão de Estrelas faz parte da ZEIS Campo Grande.

MAPA 6  
BAIRRO CAMPINA DO BARRETO E COMUNIDADE CHÃO DE ESTRELAS  
LOCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES E DOS DELEGADOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO



- - - Limite do Bairro de Campina do Barreto
- - - Limite da Comunidade Chão de Estrelas

FONTE: Pesquisa de campo, 2003.  
ELABORAÇÃO: Augusto Antonio Campelo Cabral  
EXECUÇÃO: Roberto Silva de Souza.



## Anexo do mapa 6

**RELAÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTADAS NA PESQUISA — O VIVIDO**

- 1 Associação Folclórica Danadinha na Roça
- 2 Conselho de Moradores do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema
- 3 União dos Moradores da Campina do Barreto
- 4 Conselho de Recurso ao Menor de Pernambuco — COREMPE
- 5 Associação dos Moradores da Campina do Barreto
- 6 Movimento Cultural Desperta Povo
- 7 Centro de Educação e cultura Daruê Malungo
- 8 Maracatu Nação Cambinda Estrela
- 9 Grupo Irmã Terezinha
- 10 Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas
- 11 Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas
- 12 Clube de Mães Unidas da Campina do Barreto
- 13 Grupo de Mulheres Sem Casas
- 14 Associação Comunitária de Moradores da Vila Redenção
- 15 Associação Sporting Futebol Clube
- 16 Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra — COMUL<sup>4</sup>
- 17 Chão de Estrelas Futebol Clube
- 18 Grêmio Recreativo Escola de Samba Expresso do Samba
- 19 Sociedade Projeto Sementes do Amanhã
- 20 Centro de Organização Comunitária Senador Aderbal Jurema
- 21 Oratório da Divina Providência
- 22 Conselho de Moradores da Comunidade da Beira Rio Beberibe de Campina do Barreto
- 23 Creche Comunitária Chão de Estrelas

---

<sup>4</sup> A COMUL fica lotada na sala do PREZEIS, no prédio da URB-Recife, na Avenida Conde da Boa Vista.

Cont. anexo do mapa 6

**DELEGADAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO RECIFE**  
**ENTREVISTADAS NA PESQUISA: 2003 — 2004:**

A) Grupo Riacho Jacarezinho:

1 Sr<sup>a</sup>. Olga H. da S.

2 Sr. Augusto A. C. C.

3 Sr<sup>a</sup>. Creuza N. da S.

B) Grupo Rua Pirangi:

4 Sr<sup>a</sup>. Vera L. de S. B.

C) Grupo Escola Municipal Campina do Barreto:

5 Sr<sup>a</sup>. Santana M. da S.

D) Grupo Oratório da Divina Providência:

6 Sr<sup>a</sup>. Maria S. R.

E) Grupo Irmã Terezinha:

7 Sr<sup>a</sup>. Vicência C. da S.

8 Sr<sup>a</sup>. Ivonete M. R. da S.

9 Sr<sup>a</sup>. Iara R. da S.

10 Sr. Valdemar B. da S.

**Quadro 1**  
**Data da Fundação das Entidades**

Fundação	1958	1978	1981	1983	1985	1986	1988	1989	1990	1991	1995	1996	1997	1998	2002	2003
1 Associação Folclórica Danadinha na Roça												X				
2-Conselho de Moradores do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema							X									
3-União dos Moradores da C. do Barreto										X						
4-Conselho de Recurso ao Menor de PE.		X														
5-Assoc. dos Moradores da C. do Barreto			X													
6-Movimento Cultural Desperta Povo					X											
7-Centro de Educ. e Cultura Daruê Malungo							X									
8-Maracatu Nação Cambinda Estrela <sup>1</sup>													X			
9-Grupo de Irmã Terezinha										X						
10-Centro de Org. Comu. C. de Estrelas					X											
11-Grupo de Saúde Comu. C. de Estrelas											X					
12-Clube de Mães Unidas da C. do Barreto						X										
13-Grupo de Mulheres Sem Casas				X												
14-Associação Comunitária de Moradores da Vila Redenção						X										
15-Associação Sporting Futebol Clube	X															
16-Comissão de Urb. e Legalização da Posse											X					
17-Chão de Estrelas Futebol Clube					X											
18-Grêmio Recreativo Escola de Samba Expresso do Samba								X								
19-Sociedade Projeto Semente do Amanhã														X		
20-Centro de Organização Comunitária Senador Aderbal Jurema									X							
21-Oratório da Divina Providência <sup>2</sup>							X									
22-Conselho de Moradores da Comunidade da Beira Rio Beberibe de C. do Barreto									X							
23-Creche Comunitária Chão de Estrelas														X		
24-Deleg. do Orçamento Participativo (um)															X	
25-Deleg. do Orçamento Participativo(nove)																X
Total	1	1	1	1	3	2	3	1	2	2	2	1	1	2	1	1

<sup>1</sup> A Entidade fundada em 7/9/1935 no bairro Alto José do Pinho no Recife, reativada em Chão de Estrelas em 1997. Para nosso estudo, consideramos a data na área de nossa pesquisa

<sup>2</sup> Fundada em 1945 no bairro da Várzea. Para nosso estudo consideramos a data das atividades na área de nossa pesquisa

Os motivos apontados para o surgimento das entidades foram a falta de infra-estruturas (falta de transporte, água encanada, ruas calçadas, etc.) com cinco indicações (21,74%) e a falta dos serviços (falta de atendimento médico, de diversão, de trabalhar o lado educativo das crianças, etc.), com nove indicações (39,13%). Outros motivos, tais como missão religiosa e social, etc., originaram também nove entidades (39,13%). Essa diversidade se percebe nos relatos de alguns líderes:

*“... e a gente chegou aqui não tinha transporte, o ônibus era Campina do Barreto, depois a gente conseguiu colocar via Chão de Estrelas, (...) aí o colégio não tinha condições de atender a população que aumentou e veio as dificuldades, água, luz etc. Então, a gente viu a necessidade de fundar o centro na época. Que representa essa família, presente (perante) ao poder, certo. [Entrevista, n. 20, 12/12/2004].*

*Foi uma data junina, mês junino, aí a gente se reunia aqui; no bairro não tinha divertimento, não tinha nada, a gente começou a reunir com a comunidade e fazer as brincadeiras, quadrilhas, formamos a quadilha, a gente brincava sem um compromisso, sem nada em cartório e aí foi crescendo, crescendo e as pessoas gostando, (...) t’á a Danadinha na Roça... [Entrevista, n. 01, 09/11/2003].*

*As necessidades, né?! Na época eu morava na rua Iguatú e a gente distribuía o leite. Naquela época eu já tinha trezentas mães que lidavam com o leite; surgiu a necessidade de uma associação que aqui não, naquela época, em 86; foi quando seu Ovídio veio para casa comigo, dona bina, vamos formar um clube de mães, (...), nós vamos, juntei as mães que a gente tinha e fundamos o clube de mães, (...).” [Entrevista, n. 12, 30/11/2003]<sup>5</sup>.*

Diante do exposto, percebe-se que o surgimento das entidades não é aleatório e sim, decorrente dos problemas sociais, ou melhor, da falta de vários serviços sociais e de infra-estrutura urbana, e de práticas coletivas já preexistentes.

Outro ponto necessário para compreensão do funcionamento e da ação das entidades é a existência de registro em cartório. Os resultados das entrevistas indicam que vinte das entidades, ou seja, 86,96% afirmam serem registradas. As restantes com três, ou seja, 13,04%

---

<sup>5</sup> Entre as entidades entrevistadas apenas esta indica como causa de seu surgimento a distribuição do “ticket” do leite; apesar de já ter sido por nós apontado alhures quando de conversa informal com uma líder. Neide Maria da SILVA e outros, apontam-a como principal atividade desenvolvida pelas associações de bairros no Recife, 1988, p.55.

dizem não ter registro; percentual também correspondente às entidades que apresentaram documentos<sup>6</sup>. Isso é importante, pois para firmar alguma reivindicação ou convênio com órgãos públicos ou privados, esse registro é indispensável.

Referentes ao sexo e função das responsáveis pelas entidades, existe uma predominância dos homens com quatorze das entrevistadas, correspondente 60,87%, sendo que treze, equivalente a 56,52%, no cargo de presidente. Isto mostra uma estrutura tradicional onde os cargos de direção são sempre dominados pelos homens. É necessário que as mulheres conquistem tais espaços, pois é um reconhecimento e um direito por todo seu trabalho político desenvolvido na localidade e na sociedade como um todo.

Ainda referente à função, é importante destacar que as entrevistadas têm atividades profissionais particulares, destacando-se com sete a de professor (a) — 30,44%; seguido com quatro a de comerciante (ambulante) — 17,39%; e as doze outras, 52,17%, necessitando conciliar essas atividades com os trabalhos desempenhados nas entidades.

No que diz respeito à escolaridade, os maiores destaques são para o ensino fundamental II incompleto e este mesmo nível completo com cinco (21,74%) cada e ensino médio completo com nove (39,13%) dos membros. Esses dados mostram uma certa influência da escolarização na vida das entidades, no sentido de sua operacionalidade.

Mesmo necessitando lutar para conseguir os direitos básicos, como foram apontados na história do surgimento da comunidade e quando perguntados sobre o surgimento das entidades observamos que esta participação da população nas entidades não é regular; o processo é dialético, com avanços e retrocessos decorrente da própria dinâmica do momento histórico, necessitando, muitas vezes, de alguns “benefícios imediatos” para atração de associadas. Tais ações se confirmam nas respostas à pergunta “como conseguem atrair associados?”

*“Veja, hoje em dia, tudo só vai à base do interesse, a gente só tem um meio de trazer associado, é trazendo algo, feira básica; se marcar uma reunião aqui só com os moradores sem oferecer algo ninguém vem não! O único jeito é trazendo o bem que venha beneficiar eles mesmo, né. [Entrevista, n. 5, 22/11/2003].*

*Através de festividades, de lazer, esporte, desfile no carnaval. [Entrevista, n. 18, 10/12/2003].*

---

<sup>6</sup> Os documentos apresentados foram livro de Ata das reuniões e xerox do Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.

*A gente consegue com trabalho. Oferecendo trabalhos, porque a gente oferece cursos; agora tá precário, mas a gente tinha cursos profissionalizantes, certo, e ocupacional para adolescente e tinha escola comunitária; então o associado vem através do trabalho.” [Entrevista, n. 20, 12/12/2003].*

Como vimos, as entidades utilizam-se de várias estratégias para conquistar associadas, destacando-se as doações, o oferecimento de algum tipo de lazer e as ofertas de cursos, ressaltando-se os profissionalizantes.

Há casos em que as estratégias utilizadas são a conversa, o pedir que se associe, a do convencimento mostrando a importância da participação para conquistas de melhorias, como podemos identificar nas falas das líderes abaixo:

*“Conversando com ele, pedindo a eles ser associado, entendeu? Para se reunir, para trazer melhoria para eles. Melhorias para o bairro, através deles. [Entrevista, n. 3, 19/11/2003].*

*Através da comunicação, informando, dizendo os direitos e deveres de cada comunidade, cada morador; que ele tem direito, mas, para isso, ele tem de participar, se ele não participar, ele não faz as reivindicações, (...), também o objetivo é cada vez ele ficar sempre sem nada.” [Entrevista, n. 16, 7/12/2003].*

Existem casos da entidade não ter clareza das estratégias que utiliza, mas seus trabalhos já respondem, como podemos captar na fala da entrevistada:

*“Os associados é uma demanda muito grande, como sempre. Hoje o fato do oratório existir, ele já é uma forma de atrair. Há uma demanda muito grande de procura; não preciso nem atrair, a gente tinha de dizer não pode mais, por que realmente são tantos e tantas que procuram de muitas formas. Atualmente, a gente com esses cursos todos, então atrai muitas as juventudes, não só os que vêm, assim, algumas atividades mais; por isso é meio difícil dizer que a gente atrai, atrai pelo fato do oratório existir, a qualidade de trabalho talvez, ne, de atendimento.” [Entrevista, n. 21, 05/01/2004].*

Isso só vem confirmar o estado de pauperização e espoliação da maioria da população local (e não só local), levando à procura de todos os tipos de ajuda apontados nessa fala e nas anteriores.

No que tange ao tipo de atuação dos grupos participantes nas entidades, os dados mostram um certo equilíbrio entre os mesmos, destacando-se em ordem de classificação: primeiro as crianças e pais de famílias, com vinte e duas das entrevistas cada; segundo, com vinte e uma entrevistas cada os jovens e as mães de famílias, seguido com dezoito entrevistas os negros.

Já o grau de envolvimento de cada grupo na entidade apresenta-se irrelevante, pois a grande maioria das entrevistadas coloca que todos têm o mesmo peso. O mesmo ocorrendo com o número de associados, pois quando juntamos as entrevistas daqueles que consideram todas as moradoras como membros, com aqueles que têm um número “X” de associados, dá um total de vinte entrevistas, quase 87% das vinte e três entidades pesquisadas. Isso indica que a vida associativa na área de estudo se apresenta bastante dinâmica, principalmente na comunidade de Chão de Estrelas, pois esta com dezesseis (69,57%) detém o maior número das entidades, como também das delegadas do OP com sete (70%), conforme visto na distribuição geográfica (mapa 6). No entanto, nas nossas observações indicam que há um paradoxo, pois os números de reuniões promovidas por tais entidades são baixíssimos, como também, o número de pessoas participantes (sejam associadas ou não).

Ainda sobre o cotidiano das entidades, apresenta-se necessário compreender as estratégias utilizadas para manutenção das mesmas. Tais estratégias estão agrupadas em quatro grandes grupos, com o objetivo de facilitar o entendimento das formas mais indicadas pelas entrevistadas na pesquisa. Os agrupamentos são: primeiro os que se mantêm com a ajuda de convênios, nove (9) entrevistas; seguido das que realizam atividades de vendas de seus próprios produtos, cinco (5) entrevistas e aquelas que recebem apoios das associadas e voluntárias, também com cinco (5) entrevistas, e por último, as que sobrevivem sem nenhum apoio, com quatro (4) entrevistas.

Para melhor compreensão, utilizaremos as falas das entrevistadas de cada grupo respectivamente. A entidade se mantém:

*“Com projetos financiados com a Visão Mundial, nosso principal parceiro. [Entrevista, n. 10, 24/11/2003].*

*... A gente dá cursos de bordado, dá curso de pintura, artesanato, a gente vendendo nosso produto e com a arrecadação que a gente vende, a gente compra de novo e assim por diante. [Entrevista, n. 12, 30/11/2003].*

*Ela se mantém dos associados principalmente. (...) Mas a gente paga mensalidade, os associados contribuem; a gente pede também, hoje a gente tá pedindo descaradamente, ne?! A gente tá pedindo para o pessoal colaborar, ... [Entrevista, n. 13, 01/12/2003].*

*Só. Não recebe nada de ninguém.” [Entrevista, n. 2, 16/11/2003].*

Nessa mesma linha de abordagem, procuramos identificar se existem ajudas financeiras ou de assessoria quando na organização de alguma luta (reivindicação). As respostas não provocaram surpresas, pois quando separamos as entidades que recebem ajudas de convênios (aqui entendido como de ONG's e subvenções dos órgãos públicos) daquelas que desenvolvem algumas atividades para sobrevivência e manutenção os percentuais são bastante próximos, com quatorze e quinze entrevistas respectivamente.

Diante disso, outra questão se levanta. Quais as dificuldades para manutenção e a ação da entidade: hoje, no passado e como pensa o futuro? As falas das entrevistadas esclarecem as dificuldades:

*“Financeiro. Para você receber um apoio financeiro é um problema, a gente mesmo tá no final de projeto, é inclusive fora do país, da Holanda, e sem perspectiva, para os anos a gente não têm idéia se vai ter apoio ou não. [Entrevista, n. 7, 24/11/2003].*

*A maior dificuldade é falta de apoio. Falta apoio de uma Prefeitura; porque vê, a maior força que tinha era da Prefeitura, por que quando a gente envia projetos e ela atende é ótimo... [Entrevista, n. 5, 22/11/2003].*

*Falta de uma sede própria e de recurso, pois não conta com dinheiro de canto nenhum.” [Entrevista, n. 13, 01/12/2003].*

No passado:

*“No passado era melhor, porque no passado a gente tinha os políticos que ajudavam, mais hoje eles estão ajudando muito*

*pouco. Eles estão muitos sabidos. O dinheiro sai para entidade, só que não chega na mão da gente, né?! [Entrevista, n. 12, 30/11/2003].*

*Conseguir um terreno, hoje é próprio. [Entrevista, n. 15, 06/12/2003].*

*Não sei, pois não era o presidente. [Entrevista, n. 14, 02/12/2003].*

Como pensa o futuro:

*“A gente costuma dizer que o futuro a Deus pertence. Sonhar, trazer mais benefício. A gente sonha ver a Campina do Barreto em si toda saneada, toda calçada e a gente dentro desse projeto junto com outros companheiros de outras entidades, de outras lideranças buscando esse benefício, porque a gente acha se a comunidade é beneficiada, a gente, que mora nela, também é. [Entrevista, n. 20, 12/12/2003].*

*Fazer um melhor trabalho que atenda às necessidades da comunidade e setores de Campina do Barreto. [Entrevista, n. 14, 02/12/2003].*

*Conquistar uma sede.” [Entrevista, n. 8, 30/11/2003].*

Nestes depoimentos, observamos que tanto hoje como no passado algumas das dificuldades são permanentes. Já o futuro, apresenta-se de esperanças nas conquistas coletivas, frutos das reivindicações, e também, da esperança de obtenção da sede própria. Além de percebermos que as entidades são bastante pobres, desprovidas de recursos, tanto para manutenção, como para ação, tendo como clientela uma população em sua maioria também carente e com baixo grau de escolarização e de conscientização política. Aliás, as entidades não são vistas como representantes para reivindicações das necessidades coletivas, mas como meios para diminuição das carências imediatas de subsistência individual. Estando talvez aí o principal ponto que leva tais entidades a necessitarem das ajudas dos citados convênios, apoios de voluntários e, principalmente, das atividades produtivas por elas descritas.

Os objetivos das entidades estão ligados em sua maioria às reivindicações que se concentram em torno das melhorias das condições de vida para a população do bairro. Estas melhorias dizem respeito ao atendimento de serviços públicos básicos, como: educação,

cultura, saúde, lazer, título de posse da terra, cidadania etc. Conforme podemos observar em alguns depoimentos a seguir:

*“O objetivo da entidade mesmo é realmente acolher e ajudar, de fato, amparando não no sentido de proteção, mas também no sentido de ajudar a encontrar o espaço na sociedade, né, a se tornar cidadão e cidadã e, por isso, através de todos, todos da oficina; os cursos de iniciação profissionais que vamos oferecendo no dia-a-dia são justamente evitar quê? É uma prevenção de envolvimento com drogas. Em relação às meninas, principalmente, a questão da prostituição. É uma certa questão de prevenção; mas atendemos justamente a situação de risco, né, que a meninada vem toda de realidade de alto risco, né! [Entrevista, n. 21, 05/01/2004].*

*A recuperação da cidadania no amargo da coisa; a gente quer as mulheres assim, mesmo que você não tenha hoje uma casa própria, você tenha, saiba discutir seus direitos, tá, saiba para onde você hoje deve caminhar, como fazer. A gente tem assim, se preocupado muito; os tempos mudaram, são 20 anos. A gente se preocupa muito hoje com a questão do planejamento familiar... [Entrevista, n. 13, 01/12/2003].*

*É preservar e resgatar a cultura. E através dela, resgatar a cidadania desse povo. A gente acredita que resgatando as raízes culturais delas, a gente resgata a cidadania. [Entrevista, n. 7, 24/11/2003].*

*É trabalhar a urbanização e legalização da posse da terra.” [Entrevista, n. 16, 07/12/2003].*

Quanto aos objetivos apontados, percebemos nas primeiras duas falas, uma maior preocupação com o humano — a questão da cidadania — seguido da cultura e, finalmente, a preocupação com a infra-estrutura. Entretanto, é interessante destacar que não devem ser confundidos com as causas que levaram ao surgimento das entidades, como vimos; pois aquelas não se referem às ações, aos eventos do momento. Mas aquele instante (época) histórico, como bem nos mostra a fala de uma líder comunitária,

*“... no início, todos os moradores eram sócios do Centro de Organização até por que foi a primeira entidade fundada aqui depois da remoção para cá; só que com os anos, o centro, ele foi mudando de forma dele trabalhar, sua norma de trabalho devido às necessidades. Quando a gente fundou o centro a comunidade era uma outra realidade, né. Vinte e quatro anos*

*depois a comunidade já ta noutra realidade...” [Entrevista, n. 10, 24/11/2003].*

Sendo assim, vemos que os objetivos mudam ao longo do tempo, procurando responderem às necessidades de sua época. Isto não quer dizer que algumas reivindicações não atendidas sejam descartadas; aquelas essenciais a uma vida digna ainda não concretizada permanecem.

#### **4.1.1 Reivindicações e Articulações do Vivido**

As entrevistas indicam como principais necessidades para melhorias de toda área da pesquisada: segurança, saneamento, saúde, educação, transportes entre outras. Apesar de não constarem da lista de indicações sugeridas, foram assinaladas, entre outras: moradia, lazer/esportes, e trabalho/emprego. Isto mostra que a questão da moradia, apesar de já conquistada (1981—82), ainda é um problema não resolvido na localidade e tem se agravado; o mesmo ocorre com o emprego, pois as alternativas desenvolvidas como a padaria comunitária (citadas no capítulo III, item 3.2) quando incomodam a concorrência, sofrem represálias e as iniciativas são frustradas.

Percebe-se que existe um certo equilíbrio entre os setores apontados. Destaca-se a segurança por ser indicado como principal problema, apesar de existir no terminal do ônibus de Chão de Estrelas um posto policial móvel de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (hoje, Secretaria de defesa Social) do Governo do Estado.

No nosso entendimento, os problemas da segurança pública estão diretamente relacionados à questão do trabalho/emprego apontado pelas entrevistadas, sendo um problema nacional ou mesmo mundial, decorrente do modelo econômico adotado.

O problema do saneamento surge decorrente das enchentes do riacho Jacarezinho e das redes de esgoto, ainda incompleto, tanto do conjunto residencial Senador Aderbal Jurema, como do restante do bairro que ainda não as possui, como notamos nas falas das entrevistas,

*“... eles ainda têm dívida com agente, que é a pior, que é a de saneamento que nunca acaba. Esse saneamento já vai há duas gestões terminando, e o saneamento não é concluído. [Entrevista, n. 7, 24/11/2003].*

*Participamos da luta pelo saneamento em 1997; lutamos contra as cheias que acontecem na rua Marcílio Dias,...* [Entrevista, n. 8, 30/11/2003].

Os setores de saúde e educação, apesar de apresentarem-se bem servidos de equipamentos, (uma policlínica — Policlínica Amaury Coutinho (onde era o CSU) —, dois postos P.S.F. — as Unidades da Família: Posto Irmã Terezinha e o Posto Comunitário Chão de estrelas —, quatro escolas, sendo uma da rede Estadual — Escola São Judas Tadeu — e três da rede Municipal de ensino — Escola Municipal Campina do Barreto, Escola Municipal Água Fria e Escola Municipal Irmã Terezinha —, além de numerosas escolas da rede privada de ensino fundamental I<sup>7</sup>), foram apontadas pelas entrevistadas nas suas reivindicações.

Quanto aos transportes, a área é servida por quatro linhas de ônibus, a saber: Campina do Barreto, com seis ônibus e intervalos entre viagens de treze minutos; Chão de Estrelas, com cinco veículos e intervalos de quinze minutos; Dois Unidos Derby (via Cajueiro) e Dois Unidos Afogados, com cinco ônibus e intervalos de vinte minutos cada. Isto correspondendo aos horários de pico e dias úteis. Já aos domingos e feriados as linhas de Campina do Barreto e Chão de Estrelas, reduzem a frequência para três veículos com intervalos de vinte minutos no horário de pico e de trinta minutos nos demais horários. Segundo os fiscais da empresa (Empresa São Paulo) que presta serviço à população local, o quadro de horários do funcionamento das linhas é fornecido pela EMTU — Recife (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos). Os referidos fiscais informam ainda que tais horários sempre estão sujeitos a alterações segundo decisões da própria EMTU<sup>8</sup> [Informação Verbal, 26/02/2004]. Esta distribuição de intervalos/hora entre a saída de um veículo e outro, não corresponde à percepção dos usuários que se queixa da demora e da conservação dos veículos.

É interessante comparar o dado correspondente ao número de veículos na linha de Campina do Barreto hoje, com o constante no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de trinta de agosto de 1980, p. 24. A linha era servida por quinze veículos pertencentes à antiga

<sup>7</sup> Necessita de um estudo específico para melhor compreensão dos resultados, entretanto, foge aos objetivos deste trabalho.

<sup>8</sup> Os dados correspondentes às linhas Campina do Barreto e Chão de Estrelas conferem com os da EMTU e de Dois Unidos Derby e Dois Unidos Afogados, são de informação da própria EMTU em 23/03/2004.

empresa Pedrosa<sup>9</sup>. O bairro possuía nesta data (1980), segundo a FIDEM, apud. Lima, 1992, p. 2, uma população de 3.840 habitantes. Hoje, segundo o censo demográfico, tem uma população total de 8.335 habitantes [IBGE, 2000]. Quando comparamos os dados, vemos que ocorreu uma proporção inversa: Cresceu o número da população local e diminuiu o número de veículos da linha, mesmo quando juntamos as linhas Campina do Barreto e Chão de Estrelas. Sendo assim, algumas questões se levantam. Como a população do bairro está lidando com este problema? Estão utilizando condução motorizada própria? Utilizando bicicletas? Carona? Deslocando-se a pé?

Quanto à moradia, decorre da falta de uma política habitacional nas esferas dos poderes Municipal, Estadual e Federal, pelo menos, na nossa área de estudo. Há um déficit de imóveis, também apontado pela representação do gestor (como veremos) e, conseqüentemente, uma grande proliferação de sub-habitações nas margens do rio Beberibe e do riacho Jacarezinho e canal Vasco da Gama-Peixinhos.

Por fim, os itens lazer e esportes, que não constavam na pesquisa, mas foram elencadas pelas entrevistadas como necessários; acreditamos que sejam reivindicados por dois motivos. Primeiro, pelo fato dos equipamentos reduzirem-se a dois campos de futebol, um em Campina do Barreto propriamente dito (ao lado da Policlínica e do CSU), e o outro na comunidade Chão de Estrelas (atrás do mercado público e da Escola São Judas Tadeu). Inclusive, tais campos, também atendem aos times de futebol de fora do bairro. Segundo, pela razão desses (lazer e esporte) serem oferecidos apenas de forma sazonal à população local, nas principais datas comemorativas, como: Carnaval, São João etc. Não sendo tratados como um direito básico, uma necessidade igual às demais.

Estas reivindicações destacadas pelas entrevistadas são direcionadas a alguém — interlocutores públicos ou privados — necessitando na grande maioria das vezes de algumas estratégias de ação para poder serem atendidas. Aqui, portanto, procuraremos identificar os meios de ação mais utilizados pelas entidades de representação quando das mobilizações. Verificaremos também, se existem algumas articulações entre as várias entidades citadas ou destas com políticos do bairro e demais interlocutores.

Dos meios de ações sugeridas as entrevistadas, foram apontados, primeiro, ofícios (22), seguido de abaixo-assinados (16), solicitações de audiências com órgãos (15),

---

<sup>9</sup> Lembramos que não existia ainda a Comunidade Chão de Estrelas e, conseqüentemente, a referida linha que segundo informação do proprietário da empresa Pedrosa, a existente atualmente, não é a mesma, pois a anterior pertencente a seu pai, foi vendida à empresa Borborema (Informação Verbal, out, 2003).

distribuições de panfletos, apoios de políticos e dos meios de comunicação (12) e passeatas (10) entre outros.

Apesar de descrevermos em ordem classificatória, percebemos pelas nossas observações, que alguns meios de ação se dão simultaneamente, por terem como objetivo reforçar uns aos outros, de forma a pressionar o interlocutor. Desse modo, os ofícios são quase sempre acompanhados de abaixo-assinados e entregues quando das audiências com os órgãos responsáveis. É interessante, destacarmos também, as baixas indicações dos piquetes (02), passeatas (10) e panfletos (11). A baixa indicação destes, decorre provavelmente, das represálias ao povo durante as mobilizações e da falta de recursos para a organização dos movimentos.

Por apresentarem interesses comuns (objetivos políticos, localização geográfica etc.), procuramos verificar se as entidades tinham vínculos com algum político ou partido e se existiam articulações com outras existentes no bairro. Os resultados obtidos foram os seguintes: dezenove (89,89%) alegam não terem relações com nenhum político ou partido. Tal dado indica um certo desencontro quando comparados com os indicados pelos mesmos na sugestão dos meios de ação, onde a opção apoio político teve mais de 50% da pontuação. Ainda que a entidade não tenha oficialmente vínculo com algum político ou partido, se percebe que quando das reivindicações, contam com o apoio de político ou algum conhecido dentro do órgão ao qual se faz a reivindicação. Isto lembra o ditado popular “mais vale um amigo na praça do que dinheiro no bolso”. Isso confirma nossa hipótese de partidos, políticos e técnicos terem intimidade com a maioria das lideranças<sup>10</sup>; como percebemos na fala de uma líder comunitária:

*“Rapaz, hoje em dia, tem de viver no meio político. Se você encaminhar um ofício, não tiver uma pessoa lá dentro, entendeu? Uma pessoa lá dentro daquele órgão público que conheça você, tudinho, aí fica difícil”* [Entrevista, n. 1, 09/11/2003].

A articulação entre as entidades, foi confirmada por vinte e duas das entrevistadas, ou seja, 95,65%. O quadro 2, mostra como cada entidade se relaciona com as demais.

---

<sup>10</sup> Percebemos que essas aproximações dos técnicos, muitas vezes, são um trampolim para candidatar-se a cargo no legislativo.



Destacando-se o Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas (9), seguido do Movimento Cultural Desperta Povo (8) e do Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo e da Associação dos Moradores da Campina do Barreto com (6) indicações cada. Alegando ser importante trabalhar em parceria para o fortalecimento do grupo, como podemos constatar nas falas abaixo:

*“Nós devemos trabalhar integrado, um trabalho de parceria. É muito importante fazer um trabalho de parceria, porque a gente nunca deve trabalhar só, isolada. Porque isso enfraquece a luta da comunidade; então, na medida que a gente tá sempre juntos, fortalece a luta e a comunidade só tem a ganhar.”* [Entrevista, n. 11, 30/11/2003].

*Essa articulação é porque a gente acha, mesmo sem a luta política, do político, não é a luta política não, sem ajuda do político a gente tem dado passos significativos, e eles lá têm os passos dos políticos, eles lá têm ajuda política do político; a gente tem a questão política e eles têm ajuda do político. Mas de qualquer maneira a gente quer mostrar para (fulano, sicrano) (...), que esse intercâmbio, ele tem de haver, e eu não cresço quando estou sozinha, mas eu cresço quando uns grupos de pessoas estão comigo. (...). A gente não tá só preocupada de receber o dinheiro no final do mês, para a gente. A gente não pode receber o dinheiro no final do mês, mas a gente quer que as companheiras tenham participado, tenham alargado seus horizontes.”* [Entrevista, n. 13, 01/12/2003].

Através dos depoimentos das líderes, observamos a riqueza da consciência do processo político, quando apontam a necessidade de juntar as forças para o fortalecimento da luta na conquista das reivindicações coletivas, e também, como crescimento do indivíduo, do homem, da mulher, do coletivo sobre o individual.

Entretanto, em nossas observações, a grande maioria das entrevistadas ainda não atingiram tais estágios de consciência política ou foram cooptadas. As articulações não se concretizam na totalidade das ações, pois os interesses individuais prevalecem sobre o coletivo, como constatamos na fala abaixo:

*“Achamos que se unirmos mais seria bem melhor. Infelizmente, ainda existe aquela divergência política, né?! É a política, divide muito, né?! Porque cada um pensa, às vezes, num político. A você não apóia fulano do meu partido, coisa e tal ai*

*dividem. Se não existisse isso, eu acho que seria melhor.”*  
[Entrevista, n. 20, 12/12/2003].

Talvez as condições de sobrevivência destas lideranças sejam o principal empecilho para esta união.

Ainda no que se referem às estratégias apontadas nas entrevistas, fica claro que as utilizações delas têm como objetivo maior ver as reivindicações concretizadas e atendidas em um menor tempo possível. Sendo assim, os Interlocutores públicos mais indicados foram, primeiro, Prefeitura (19), governo do Estado (11), empresa privada (7), seguidos do governo Federal com (5) e das ONG's (3).

Diante do exposto, entendemos que as entrevistadas demonstram a quem compete prestar as melhorias sociais: à população. Vale frisar que a questão foi livre. Isso é confirmado quando o destaque maior foi a Prefeitura, que, das três esferas de poder, é o que se encontra mais próximo da população, seguido do Estado.

Entretanto, não podemos esquecer que nas sociedades capitalistas (é o nosso caso), vários serviços oferecidos para a população são realizados pela esfera privada, como foi apontado. Já as Organizações Não-governamentais — ONG's —, foram citadas, provavelmente, por causa dos trabalhos desenvolvidos de assessorias e de ajuda financeira às entidades, como vimos.

#### **4.1.2 Participação e Voz do Vivido**

Tendo em mente que a participação política (cidadã) não se restringe apenas à presença física, como um simples espectador, mas ao direito à voz, a opinar no sentido de influenciar as decisões e realizações, contribuindo, de fato, no que está sendo abordado, nas ações da administração da cidade (o Orçamento Participativo, por exemplo), principalmente, quando se referem ao lugar do nosso cotidiano, é que, com isso em mente, procuramos identificar se existe alguma participação das entidades no Orçamento Participativo, nas reuniões da Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra (COMUL), no Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) e no relacionamento com alguns Conselheiros de Conselhos Setoriais.

Foi apontado que há uma grande participação das representantes das entidades locais, em todas as etapas ou ciclo do Orçamento Participativo, com um percentual superior a 65%, sendo que, quando as plenárias regional e intermediária são realizadas mais próximas da área destas, os índices indicados aumentam acima de 78% e 73%, respectivamente. Esse aumento revela o quanto o baixo poder aquisitivo dessas líderes e o custo dos transportes podem inibir a participação.

O resultado se reverte quando dezessete das entrevistas (73,91%) alegam não ter influências pelo Orçamento Participativo para formarem alianças. Não foi uma surpresa, considerando a história da formação da comunidade (1981—82) e observando o quadro das datas de fundação das entidades (ver quadro 1), todas bem anteriores à implantação desse modelo de gestão (implantado em 2001).

Pois na cidade do Recife, na gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos (1993/96), já houve um programa de participação popular<sup>11</sup>, como podemos verificar na fala de uma líder comunitária: *“Não. Porque já tinha na época que Jarbas criou a prefeitura nos bairros, foi aonde às entidades mais se conheceram, e aí, a gente tem essa articulação, dessa época, desses encontros.”* [Entrevista, n. 10, 24/11/2003]. Entretanto, acreditamos que as reuniões do atual Orçamento Participativo diferem do realizado na gestão do prefeito Jarbas, por serem mais abrangentes (como veremos no item 4.1.4 adiante), podendo contribuir para revigorar as articulações e mobilizações nas reivindicações futuras.

No que se refere à Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra — COMUL — e ao Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social — PREZEIS — as entrevistadas apontaram conhecer a COMUL com vinte (86,86%) e o PREZEIS com dezenove das indicações, 82,61%.

Quanto à participação nas reuniões da COMUL, só doze (52,17%) confirmaram; apresentando-se mais grave quando se refere ao Fórum do PREZEIS, com apenas oito das entrevistadas, 34,78%. Acreditamos que este relativo desinteresse decorre do fato que, tanto a população, como também as entrevistadas já conquistaram os seus imóveis em 1981-82 (como vimos no capítulo anterior), mesmo faltando a posse definitiva, pois possuem apenas as benfeitorias. Além das novas invasões nas margens do rio Beberibe e nos canais que limitam a área de estudo — Riacho Jacarezinho e canal do Arruda — não apresentarem as mesmas iniciativas de organização dos grupos passados.

---

<sup>11</sup> Sobre o modelo de Orçamento Participativo na gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos, ver o trabalho da profª. Suely LEAL. *Fetico da Participação Popular*, 2003.

Na mesma direção da COMUL e do PREZEIS, caminha o relacionamento com Conselheiros de Conselhos Setoriais. Os maiores destaques foram para as Secretarias de Saúde e de Educação do Município do Recife, com quinze (65,22%) e quatorze (60,87%) das entrevistas afirmativas, respectivamente; os demais conselhos setoriais ficaram abaixo de 27%. Percebemos um certo desconhecimento por parte de algumas lideranças entrevistadas do papel dessa nova modalidade de representação e participação da sociedade civil.

Os conselhos são órgãos de mediação entre população e poderes; alguns surgidos a partir de iniciativa da sociedade civil, outros de decretos governamentais e também, por exigências constitucionais, por exemplo, os Conselhos da Criança e Adolescente; Conselhos Tutelares — também de Crianças e Adolescentes etc.

Para Maria da Glória Gohn, esses:

*“Conselhos gestores são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. (...) As novas estruturas inserem-se na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao poder Executivo, voltados para políticas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos, portanto, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.*

*Os gestores são diferentes dos conselhos comunitários populares (...) ou dos novos fóruns civis não-governamentais, porque estes últimos são compostos exclusivamente de representantes da sociedade civil, cujo poder reside na força da mobilização e da pressão e, usualmente, não possuem assento institucionalizado junto ao poder público. (...) são diferentes também dos conselhos de ‘notáveis’ existentes em algumas áreas do governo — como educação, saúde etc. — pelo fato de eles serem formas de assessoria especializadas e incidirem na gestão pública de forma indireta.” [2001a, p. 84-85].*

Posição apontada também por Orlando Alves dos Santos Junior, quando coloca que os conselhos materializam os artigos da Constituição Federal de 1988, que estabelecem essa participação<sup>12</sup>. Sendo estes instituídos em âmbito federal, passam a ser obrigatórios em todos

<sup>12</sup> Orlando Alves dos SANTOS JUNIOR, destaca que estar “*presente em diversos capítulos: na saúde, com ‘participação da comunidade’ (inciso III, art. 198); na assistência social, com ‘participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e controle das ações em todos os níveis’ de governo (inciso II; art. 204); e na educação, com ‘gestão democrática do ensino público’ (inciso VI; art. 206).*” [Santos Junior, 2001, p. 202].

os níveis de governo, vinculados ao repasse de recursos do governo federal para os governos estaduais e municipais [2001, p. 202], com caráter deliberativo e paritário.

Entretanto, Maria da Glória Gohn, alerta que *“apesar disso, vários pareceres oficiais têm assinalado e reafirmado o caráter apenas consultivo dos conselhos, restringindo suas ações ao campo da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão ou deliberação”* [Op. cit. p. 88].

A referida autora chama ainda à atenção dizendo, *“É preciso, portanto, que se reafirme em todas as instâncias seu caráter essencialmente deliberativo, porque a opinião apenas não basta.”* [Idem]. E continua:

*“Nos municípios sem tradição organizativo-associativa, os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal, e muitas vezes um instrumento a mais nas mãos dos prefeitos e das elites, falando em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de se tornarem mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos.”* [Idem, p. 88-89].

No que se refere ao “Programa de Saúde da Família” e as “Ações da EMLURB<sup>13</sup>” no bairro, as entidades entrevistadas apontaram o primeiro como regular com onze das indicações, 47,83%, seguido de bom com sete (30,43%) e só 17,39% que correspondem a quatro indicações como ruim.

Existe uma contradição em relação à questão que solicitava as entrevistadas, indicarem as melhorias que elas mais reivindicam (ver saúde no item 4.1.1). Para nós, tais resultados vêm apenas mostrar que, apesar da área se apresentar em “vantagem” quando comparada com os demais setores do município, a saúde ainda é um dos principais problemas não resolvidos, tanto na cidade do Recife, como em nível nacional.

No que se referem às ações da EMLURB correspondentes à coleta do lixo, às limpezas dos canais e às limpezas de galerias e capinação, as entrevistas indicam que mais de 69% estão satisfeitos com os serviços prestados pela mesma, como percebemos na fala de um líder entrevistado, *“temos uma coleta de lixo diariamente, fora o domingo. Mas de segunda a sábado, todo dia passa, (...) é só amarrar no saquinho e botar na frente de casa, certo.”* [Entrevista, 20, 12/12/2003]. Ficando a limpeza de galerias e capinação com onze, 47,83%,

<sup>13</sup> EMLURB — Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana da Cidade do Recife.

no conceito bom, e as limpezas dos canais como sendo o pior serviço prestado à população local, sendo avaliado por dez entrevistadas, 43,47%, como ruim. Essa avaliação relaciona-se com o fato das enchentes do riacho Jacarezinho permanecerem sem solução, como aponta um líder entrevistado, “... com a ajuda do PROMETRÓPOLE, vai beneficiar muita coisa, inclusive esse canal mesmo, Jacarezinho, tá entendendo, se ele for aberto, vai acabar a maior bronca da comunidade.” [Entrevista, n. 5, 22/11/2003].

É necessário que certas obras emergenciais de infra-estrutura, sejam feitas pela iniciativa do próprio gestor, sem aguardar pela votação no Orçamento Participativo, pois nem a participação e nem a consciência política da população refletem as reais necessidades dos mesmos, como também, não aguardar por projetos como o PROMETRÓPOLE, como vem ocorrendo na área de nosso estudo (que já vai com aproximadamente cinco anos para concretizar-se. Além deste, incorporaram-se outros projetos mais antigos, como exemplo: o Projeto Nassau<sup>14</sup>), segundo um líder comunitário.

Foi apontado por dezesseis das entidades entrevistadas, 69,57%, terem algum relacionamento com a EMLURB e com o OP através de ofício, cobrando execução de alguns serviços (cinco indicações); seguido de reuniões com os órgãos com quatro indicações e por último com duas indicações a utilização dos postos de saúde.

Foi também indicada a participação e consulta das entidades quando da realização de obras na localidade. Ambas foram afirmativas com treze (56,52%) e dezesseis (69,57%), respectivamente; tendo como forma de participação nas reuniões para ver as propostas e escolhê-las (cinco), participando de reuniões para dar sugestões (duas indicações) e verificando os trabalhos (obras) de perto (duas) entre os demais com uma indicação.

Seguindo está linha, foi apontado por dezenove das lideranças, 82,61%, que tanto a população como sua representação tem sido consultada referente ao programa PROMETRÓPOLE, e que esta consulta foi realizada pela Prefeitura e governo do Estado com dezesseis (69,56%) e nove (39,13%), respectivamente.

Os resultados dos vários questionamentos acima indicam que na área em estudo, existe um “bom” relacionamento e participação das representações da população local com os diversos órgãos dos gestores, na busca de soluções dos problemas, confirmando a mudança

---

<sup>14</sup> Em conversa com a secretária da gerente geral do programa PRPOMETRÓPOLE, em 11/08/2004, ela confirmou o tempo de existência do programa dado pelo líder comunitário, e informou que o mesmo foi efetivado em 23/07/2003 pela Secretaria de Assuntos Internacionais — SEAIN. Mas discorda da incorporação do citado projeto pelo PROMETRÓPOLE, segundo ela, o projeto incorporado foi o PQA — Programa Qualidade das Águas.

nas estratégias de relacionamento dos movimentos de bairros com os órgãos públicos na década de 1980, utilizando-se agora da parceria, como já destacamos.

Já os papéis das lideranças do bairro no projeto PROMETRÓPOLE são, ao nosso ver, uma fração da participação destas na contribuição à administração da cidade. Sendo assim, para compreensão desse processo, utilizaremos as próprias falas das entrevistadas. Entretanto, destacaremos as falas que representam os grupos mais representativos.

Segundo as entrevistadas, os papéis das lideranças local no PROMETRÓPOLE são: participar, a ajudar com a comunidade, acompanhar os trabalhos, lutar para conseguir as melhorias, conscientizar o povo para melhoria da comunidade etc., como percebemos das falas abaixo:

*“Eles fazem reunião às vezes. O papel da gente, né, assim que eles comunicam, vir para comunidade, né, marca a reunião com a gente. A gente participa junto com ele na comunidade. Mas tem aquele problema também, que é, digo a você, pensa que não, ele já tem decidido lá, a gente (eles) vai fazer isso, isso, isso. Tem de faz isso... [Entrevista, n. 1, 09/11/2003].*

*Eu acho que o papel das lideranças no PROMETRÓPOLE deve ser de participação direta e constante, porque a gente precisa fiscalizar, né, monitorar essa questão do PROMETRÓPOLE, na comunidade, para que a gente não seja novamente enganado, porque, muitas vezes, as obras começam e não terminam por falta até de acompanhamento das próprias lideranças da comunidade. [Entrevista, n. 11, 30/11/2003].*

*Muitos estão envolvidos lutando para conseguir as melhorias desse povo: moradia, saneamento, né. [Entrevista, n. 12, 30/11/2003].*

*É se formar e transmitir essa informação e, é falho em algumas lideranças por não trazer essa informação. [Entrevista, n. 13, 1/12/2003].*

*É conscientizar o povo, certo. Conscientizar o povo na melhoria que o PROMETRÓPOLE vai trazer para a comunidade no caso de ser realizado; ainda tem muitas águas rolando por aí. [Entrevista, n. 20, 12/12/2003].*

*Eu acho que é de fundamental importância, porque, principalmente, para os líderes comunitários que tenha uma visão maior de todo da comunidade, (...) e talvez o morador em si não tem.” [Entrevista, n. 7, 24/11/2003].*

Quando indagamos: (a participação das entidades contribui para a administração da cidade?). Alguns apontaram que, quando a comunidade está envolvida, participando das assembleias, dos fóruns etc, ou discutindo e votando, está ajudando a cidade, como observamos nas falas abaixo:

*“Quando nós estamos discutindo a saúde, nós estamos discutindo habitação, nós estamos discutindo violência contra a mulher, nós estamos construindo uma grande coisa para cidade. Nós estamos participando de feiras, nós estamos trazendo retorno para a comunidade. Também, as pessoas estão lá vendendo seus produtos; eu acho, é, tão participando, tão colaborando. [Entrevista, n. 13, 1/12/2003].*

*Eu fiquei admirado a contribuição que a gente, por exemplo: olhando o quadro do Desperta Povo, por exemplo, hoje todo elemento que participou da cúpula do Desperta Povo no início, umas dez pessoas, hoje são tudo liderança, são pessoas que se formaram em pedagogia, outros estão aí criando associações, outros criando grupos de meio ambiente; outra coisa também, a maior contribuição daquilo foi organizar a população para a sua luta. [Entrevista, n. 6, 22/11/2003].*

*Tem tanta coisa que a gente pode acrescentar, pelo menos discutir, sempre discute com a comunidade, com o grupo; todos os times da localidade se reúnem para trazer um projeto melhor para nossa comunidade. Desenvolver o esporte e o lazer de nossa comunidade. Se ele aceitar nossas opiniões, a gente tem muito a contribuir com certeza.” [Entrevista, n. 17, 7/12/2003].*

As falas acima, mesmo de forma indireta, deixam claras as contribuições das representações na administração da cidade. Entretanto, outros alegam que não conseguem acrescentar nada, pois as coisas já vêm decididas pelo gestor, como vemos nas falas a seguir:

*Eles trazem as coisas para a comunidade, eles às vezes não comunicam as pessoas; a gente já discutiu isso, esse problema do Prometrópole. Então fica por fora, muitas coisas que eles fazem, eles fazem a administração deles lá. Quando chega, a gente (eles) vai fazer isso, isso, isso, então fica um pouco, a gente não participa muito das ações deles. Não é porque a gente não se interessa, é porque as coisas já vêm decididas por eles. Eles não querem se unir com a pessoa, para a pessoa dizer tem de fazer isso aqui.” [Entrevista, 1, 09/11/2003].*

*Não acrescenta, não.” [Entrevista, n. 18, 10/12/2003].*

Diante do exposto acima, temos a impressão que, quando é conveniente para o gestor escutar e aceitar a participação das lideranças, há uma aceitação por este, caso contrário não.

Nesta mesma linha, apontam os dados referentes à influência da participação das entidades nas decisões e/ou realizações do gestor público, observando-se um certo equilíbrio, com treze entrevistadas (56,52%) afirmando que, sim, havia influência; contra dez (43,48%) que disseram que não.

Já os exemplos mostram-nos uma certa necessidade de estratégias das entidades para poder influenciar nas decisões e ou realizações, como percebemos nas falas abaixo:

*“Quando vai fazer uma obra que a gente não concorda que seja daquela forma, não é isso. Agora mesmo, agora pouco tivemos um exemplo aqui, aonde tinha uma construtora a Novo Rio, sei lá, que entrou aqui e não tava respondendo às expectativas da comunidade. Nós nos organizamos é, junto às outras lideranças e até negociamos com a URB até a empresa ser tirada. Porque vimos, ela não tava contribuindo de acordo. Tivemos acordados com a EMLURB, com a URB na parte de saneamento, isso é um exemplo. [Entrevista, n. 20, 12/12/2003].*

*Saneamento básico de Aderbal Jurema, Posto de Saúde e Terminal de ônibus. Quando vai, a gente vai para uma assembleia, vai ter uma plenária, a gente não vai só. A gente vai com quê? A gente vai logo com cartaz, faixa, não só cartaz, tudinho, reivindica, de lá às vezes tem um político, dois, três, vai para votação e a gente consegue através de quê? Junto com as outras lideranças comunitárias e a comunidade, que a liderança comunitária não pode só conseguir, tem que ser junto com a comunidade. [Entrevistada, n. 1, 9/11/2003].*

*Nessa gestão mesmo, a gente tem reivindicado muito a participação em alguns eventos, e a gente tem conseguido, principalmente, eventos culturais que antigamente, por exemplo, hoje é, falando em quanto Daruê, hoje o Daruê, desde essa gestão entrou, o Daruê faz parte da programação do carnaval da cidade. Eu existo, a instituição existe há quinze anos, a gente nunca tinha participado em nenhuma programação do carnaval da cidade, e a gente faz carnaval desde do início do trabalho, entendeu.” [Entrevista, n. 7, 24/11/2003].*

Diante do exposto, vimos que, com a pressão e a mobilização de forças é possível influenciar a gestão. A participação popular contribui quando fiscaliza obras públicas, como foi o caso supracitado, evitando que empresas sem condições de realizar determinados

serviços, desperdicem o dinheiro público, prejudicando a população local; outrossim, tais posturas materializam a cidadania.

#### **4.1.3 A Comunidade ZEIS: A COMUL no Processo**

Neste item, destacam-se, de forma bastante resumida, algumas informações sobre o que são ZEIS, COMUL e PREZEIS e como funcionam; de modo que venham a contribuir para um maior entendimento dos resultados apontados nas entrevistas com as representantes das entidades e com as delegadas do Orçamento Participativo local, este último, analisado no próximo item.

Como vimos no capítulo três, um dos maiores problemas enfrentados pela população pobre é a falta de moradia, decorrente das condições socioeconômicas e políticas locais e do nosso País, restando como única alternativa a ocupação de terrenos vazios na cidade. É assim, que surgiram as favelas no Recife.

As favelas cresceram sem nenhum controle e à revelia do poder público, quando não, com pouquíssimo investimento que não atendia às reais necessidades da população, com projetos dos tipos: a “Liga Contra os Mocambos” no governo Agamenon Magalhães em 1939, a “Erradicação das Favelas” pelo regime militar em 1964, o “PROMORAR” no fim dos anos 70 ainda no governo militar (quando o FGTS dos trabalhadores foi desviado e gasto para beneficiar as classes média e alta, e para construir grandes obras de infra-estrutura [Lostao, 1992, p. 6]) e hoje o PROMETRÓPOLE, com proposta de urbanizar a bacia do Beberibe, na qual inserem-se as áreas em estudo.

São neste ambiente que, em 1983, foram criadas as várias áreas ZEIS na cidade do Recife, e, mais tarde, em 1987 o projeto lei do PREZEIS, no qual o governo reconhece a existência dos assentamentos irregulares — as favelas.

Diante disso, percebe-se porque as entrevistadas em proporção acima de 80% afirmaram conhecer a COMUL e o PREZEIS; isto se explica pela mobilização da população na luta pela moradia, que tem quase sempre como apoio nas suas organizações e reivindicações os agentes externos, como esclarece Araújo et al:

*“Em todo processo associativo tem-se sempre presente a participação de agentes externos que atuam nos movimentos, seja por força de uma visão político - ideológica, seja por compromisso religioso, entre outros. Em Chão de Estrelas, várias foram os agentes externos que apoiaram o movimento de organização dos(as) moradores(as) antes e depois da remoção.” [1993, p. 64].*

É nesse contexto, que setores do movimento popular do Recife, junto à Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz elaboraram um projeto lei que definiu normas e métodos para, de fato, urbanizar e legalizar assentamentos em ZEIS, além de criar ainda a possibilidade de outras áreas se transformarem em ZEIS; o texto definitivo foi aprovado pela Câmara Municipal em 11 de março de 1987, sancionado pelo Prefeito Jarbas Vasconcelos e publicado no Diário Oficial do dia 30 do corrente mês com o número 14.947. Segundo Luis de La Mora, apud. Marinho, *“foi à primeira lei de iniciativa popular, antecipando em quatro anos a Lei Orgânica do Município, que introduz este mecanismo de participação como um dos instrumentos da democratização.” [1999, p. 33].*

Mas foi a lei municipal 14.511 de 1983, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (LUOS), que dá o pontapé inicial no reconhecimento formal pelo governo de que as favelas existiam, e passando a garantir a permanência às suas populações nas áreas. Segundo Geraldo Marinho, é neste quadro que se constituem as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e seu sistema gestor, o Plano de regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). As ZEIS, para o citado autor,

*“... surgiram como uma designação da legislação urbanística para localidades desprovidas de oferta básica de infra-estrutura e serviços urbanos, ocupadas por uma posse da terra precária. Foram definidas, inicialmente, na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, sancionada em 1983. A partir do reconhecimento oficial de um nível excepcional de carência de investimentos públicos e das peculiaridades de seu ordenamento territorial, a municipalidade passa admitir a necessidade de uma iniciativa de reabilitação e integração daqueles assentamentos ao conjunto da cidade. Estabelece, assim, condições e normas especiais para sua regularização, sob o princípio do respeito às suas características sócio espaciais.” [Marinho, 1999, p. 13].*

Já o PREZEIS,

*“... é implantado em 1987, como uma ferramenta de regularização visando dar condições de aplicação aos princípios e dispositivos indicado na legislação de uso do solo para o tratamento das ZEIS. Caracteriza-se, antes de tudo, como um sistema de gestão do processo de reabilitação das favelas, no qual ficam definidas, além de normas para a regularização urbanística, as responsabilidades dos agentes governamentais e representações das comunidades interessadas, bem como a institucionalização de arenas de discussão e deliberação sobre investimentos e políticas voltadas para as ZEIS.” [Idem].*

O PREZEIS como sistema gestor tem por objetivo desenvolver e regularizar ações de urbanização, legalização fundiária, além de trabalhar os temas: meio ambiente e de emprego e renda, buscando junto às lideranças na comunidade (ZEIS) uma melhoria da qualidade de vida da população; tem entre outros princípios:

- Reconhecer que as comunidades devem permanecer no local de origem, assegurando a não remoção desta;
- respeitar as características locais das comunidades, garantindo a identidade local para as pessoas que nela vivem;
- colocar o direito de moradia acima do direito de propriedade<sup>15</sup>, defendendo o direito de que a terra existe para morar e não para ser fonte de lucro e especulação;
- permitir que novas áreas fossem transformadas em ZEIS, etc.

O PREZEIS funciona a partir de uma estrutura de gestão que combina a articulação de diferentes instâncias, a saber:

---

<sup>15</sup> Milton SANTOS já alerta contra o discurso ideológico do direito a ser proprietário, confundindo com o direito de morar. Ver “o espaço do cidadão”, especificamente, o direito de morar, p. 45.

- *Comissões de Urbanização e Legalização (COMUL's)* — são instâncias deliberativas no plano micro, responsáveis pela formação e monitoramento das ações de urbanização e regularização fundiária de cada ZEIS. Cada COMUL é integrada por cinco membros: dois representantes do poder público, dois representantes da comunidade e um representante da entidade de assessoria (ONG) que acompanha a comunidade. No caso dos representantes comunitários, o processo de escolha acontece através de votação direta e secreta junto aos moradores maiores de 16 anos, residentes nas respectivas ZEIS. A escolha da entidade de assessoria (ONG) é realizada em assembléia na comunidade. As reuniões são feitas alternadamente na sede da URB-Recife e em local situado na própria comunidade. São atributos das COMUL's entre outras:
  - Divulgar o PREZEIS na área;
  - definir prioridades das áreas com a população;
  - coordenar e fiscalizar a elaboração e execuções dos planos de urbanização e regularização fundiária, etc.
- *O Fórum do PREZEIS* — é a instância máxima de articulação e deliberação políticas e suas plenárias são realizadas mensalmente no auditório da URB-Recife. É no fórum onde se decide como aplicar os recursos do Fundo Municipal do PREZEIS (ações, áreas beneficiadas e custos) e também ocorre o monitoramento da execução orçamentária e do calendário de implantação das obras de urbanização. O Fórum é composto de diferentes segmentos sociais: todas as lideranças comunitárias integrantes das COMUL's; representantes de ONG's; de entidades gerais dos movimentos populares; da URB e Secretarias da Prefeitura; da Câmara Municipal; da COHAB-PE; da Universidade.
- *As Câmaras de Assessoria* — são três: Câmara de Urbanização, Câmara de Legalização e Câmara de Orçamento-Finanças. Funcionando, enquanto instâncias de assessoria técnicas, cada uma delas é integrada por, pelo menos, seis componentes (dois deles representando o segmento popular; dois do poder público; e mais dois das ONG's). É responsável em formar propostas,

monitorar e avaliar as ações relacionadas à urbanização, legalização e ao orçamento, subsidiando assim o funcionamento do Fórum do PREZEIS.

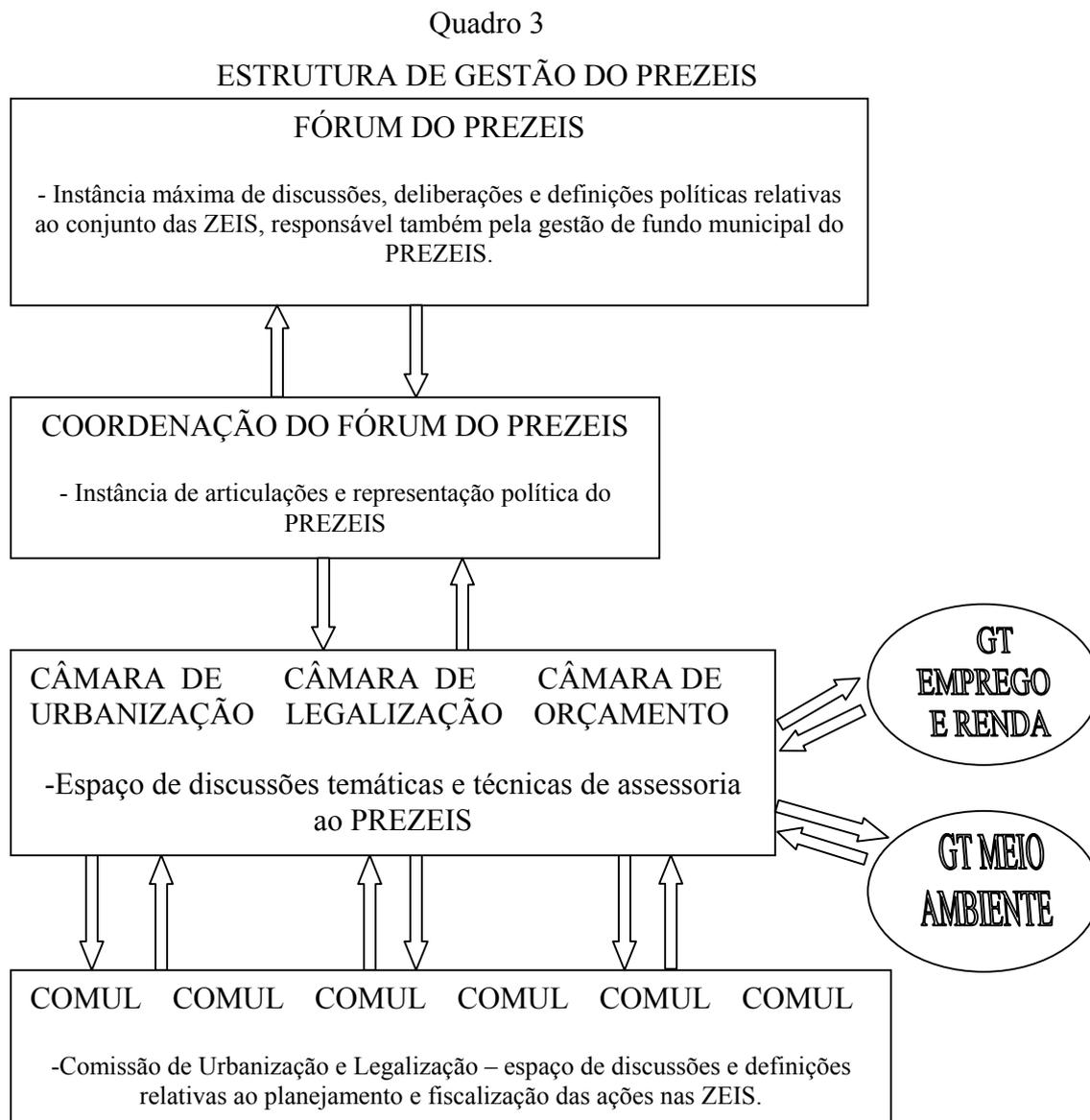
- *Os grupos de trabalhos (GT's)* — dividem-se em Emprego e Renda e de Meio Ambiente; fazem parte da câmara de assessoria que são compostos por representantes comunitários, técnicos da URB-Recife, da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental, de Habitação e de Assessoria participantes do PREZEIS, objetiva desenvolver ações nas comunidades junto com as lideranças e
- *Coordenação do Fórum* — é a instância de representação política do PREZEIS, responsável pelo acompanhamento das diversas instâncias. Dela fazem parte cinco componentes: três representantes do segmento popular, um da URB-Recife e um representante do conjunto de ONG's (ver quadro 3) [Jornal Cidadania é Notícia, n. 2, abril/maio, 1999, p. 5] (Grifo nosso).

A Comunidade Chão de Estrelas e áreas circunvizinhas foram instituídas como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) desde março de 1994, [JC, 16/10/1994, p. 8], pela lei Municipal n. 15.866/94; implantando, no ano seguinte, em oito de fevereiro de 1995, sua COMUL, sobre o decreto Lei n. 16.898/95; faz parte da ZEIS Campo Grande. Lembramos ainda, que a comunidade diferencia-se de outras áreas ZEIS, pois, não surgiu de ocupação irregular em terrenos vazios como a maioria das ZEIS. Anterior à remoção quando estavam às margens do rio Beberibe e do canal Vasco da Gama, denominavam-se: Cabo Gato, Depuradora, Antártica, Canal do Arruda entre outras; ao chegar na nova área construída pelo poder público (Estado), para residir em casas no estilo vila como descrevemos (no capítulo III, item 3.2), passou a denominar-se Comunidade Chão de Estrelas, mesmo assim, continuou possuindo elementos necessários para ser considerada ZEIS<sup>16</sup>.

Para o primeiro titular da COMUL na área, as dificuldades são as mesmas (falta das melhorias) já apontadas em itens anteriores, como também, os meios de ação utilizados para reivindicações. A articulação é desenvolvida com todas as entidades existentes (exceto quando recusada pela mesma) e tem como área de atuação toda a ZEIS Campo Grande; alega também, não possuir vínculos com políticos e nem partidos.

---

<sup>16</sup> Ver Lei n. 16.176/96, de 09/04/1996 Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Atualizada pela Lei n. 16.289 de 29/01/1997b.



FONTE: ETAPAS, Velhas Histórias Novas Conquistas, dez. 2001, p. 11.

Ele ainda avalia como regular o Programa Saúde da Família e ruim os trabalhos da EMLURB (com exceção da coleta do lixo, que aponta como regular), e afirma se relacionar com todos os Conselheiros de Conselhos Setoriais (exceto o da Secretaria de Meio Ambiente); participa de todas as etapas do Orçamento Participativo e diz, como vemos abaixo, ser o programa PROMETRÓPOLE um projeto polêmico, mas que devemos primeiro apoiar e ser um facilitador:

*“Primeiro apoiar e ser um facilitador. Tentar facilitar ao máximo, conduzindo a população de uma forma democrática, pedindo a colaboração, que a comunidade participe, responda*

*os questionários, que participe das reuniões para que aqui avance nessas discussões. (...) Porque o projeto é um pouco polêmico, não tem previsão definida, então a gente pede que a comunidade se adapte também.” [Entrevista, n. 16, 07/12/2003].*

Quando perguntado se a COMUL influencia nas decisões e/ou realizações dos gestores, a resposta foi afirmativa, como captamos na fala abaixo:

*“A influência da gente é através mais do PREZEIS, porque a gente tem o segmento popular que não é paritário, então nós temos a maioria. É no Fórum do PREZEIS onde as definições através das organizações das entidades e das COMUL’s, a gente consegue votar na maioria dos projetos que a gente quer. Então a gente consegue, de fato, assim, um pouco amarrar o gestor.” [Entrevista, n. 16, 07/12/2003].*

Por fim, o entrevistado diz que a falta de vontade política do gestor é o ponto de maior empecilho nas conquistas das melhorias, como observamos na fala abaixo:

*“A vontade política do gestor. Se o gestor quiser fazer, ele procura sempre, porque a gente está na comunidade, tanto para incentivar, mobilizar, para ajudar com as nossas contribuições. Mas o gestor, quando ele não quer fazer, ele dificulta. Existe sim, é tanto que agora no PROMETRÓPOLE, a gente tem dado muita contribuição para o programa avançar lá na UE 23 (Unidade de Esgotamento Sanitário 23) e aqui na UE 21, ao mesmo tempo começa, e ele sempre fazem uma burocracia, alegando que não pode fazer obras aqui porque depende da UE 23, tal, que a gente vê que não tem nada a ver. Tecnicamente, a gente sabe se ele quiser começar lá na UE 23 que é Campo Grande, Saramandaia, Capilé e Vila da Prata, e quiser começar em Campina do Barreto e Chão de Estrelas, ele começa ao mesmo tempo e não atrapalha em nada, porque recurso tem, então não impede.” [Entrevista, n. 16, 07/12/2003].*

Diante disso, vimos à importância da comunidade ter sido transformada em ZEIS e possuir sua COMUL, pois sendo a comunidade uma instância do PREZEIS, pode ser atendida nas suas necessidades básicas, tanto pelo fundo do PREZEIS, como por outros meios, como o Orçamento Participativo, o próprio PROMETRÓPOLE, como também, a localidade fica

“protegida” da especulação imobiliária, apesar de se encontrar bastante próxima do centro da capital Pernambucana, tornando-se um atrativo, além de ser este um instrumento a mais na luta das comunidades pobres do Recife, para intervir nas práticas de gestão dos problemas urbanos da cidade.

Segundo nossas observações, há um paradoxo na atuação dos dois titulares da COMUL Campo Grande, pois se apresentam “fiéis” à sua função, não demonstrando ter sido cooptados pelo poder público. Comunga desta mesma posição a técnica entrevistada da D.G.Z<sup>17</sup>. URB-Recife (representante do gestor), ela diz: “*em relação à COMUL, os representantes são legítimos, coerentes e batalhadores.*” [Entrevista, n. 15, 08/01/2004]. Por outro lado, percebemos que estes titulares estão envolvidos com político (vereador) da área.

#### **4.1.4 Campina do Barreto: Os Delegados e Delegadas do Orçamento Participativo no Processo**

Neste item, será abordado como funciona o Ciclo do Orçamento Participativo do Recife e as relações das delegadas do mesmo com o gestor, utilizando para análise as mesmas entrevistas que foram aplicadas com as representantes das entidades. Serão destacados apenas os pontos que acharmos de maior relevância para compreensão do funcionamento do mesmo.

O Brasil, segundo Marcelo Lopes de Souza, tem tido um papel de destaque e pioneirismo em matéria de orçamento participativo, servindo de referência similar para outros países, por exemplo, Uruguai — Montevideu. Entretanto, a nossa experiência inicia-se não pela de Porto Alegre (1989), como muitos imaginam, mas sim, no final da década de 70, ainda durante o regime militar (em Lages — SC) [2002, p. 343]. No que se refere à capital Pernambucana, comenta ainda Souza:

*“O orçamento participativo de Recife, de sua parte, tem raízes que remontam à década de 80 e, uma vez que foi ganhando consistência ao longo do tempo, a ele não se aplica à ressalva a propósito da ‘vida curta’; apesar disso, nunca chegou, devido ao contexto ingrato da política e das correlações de força*

---

<sup>17</sup> D.G.Z. — Divisão de Gestão de ZEIS.

*locais, a adquirir muita importância, pelo menos até o ano de 2001” [Idem].*

O autor refere-se à primeira administração de Jarbas Vasconcelos (1986—88), como origem desse modelo de gestão, quando lançou o programa “Prefeitura nos Bairros”. Muito embora o rótulo “orçamento participativo” só será oficializado nos anos 90, como complemento ao nome principal do programa. Sendo assim, o programa Prefeitura nos Bairros, já desde o começo, representou um ancestral do atual orçamento participativo<sup>18</sup> [Souza, Idem, p. 493].

Para a Prefeitura da Cidade do Recife, hoje:

*“O Orçamento Participativo do Recife é um importante espaço de debate e definição dos destinos da cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizadas a cada ano, com os recursos do orçamento da Prefeitura.”*

[<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secorcamento/oque.html>, 10/9/2003, p.1].

Continua ela:

*“Mas o OP vai além da escolha de obras. Ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso dos recifenses com o bem público, a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade. E esse estímulo tem possibilitado uma transformação no modo de governar o Recife, baseado na participação direta da população.” [Idem].*

Para maior compreensão da função das delegadas e do modelo organizacional do Orçamento Participativo do Recife, descrevemos o seu funcionamento abaixo:

***“O CICLO ANUAL DE PLENÁRIAS E REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO RECIFE***

*As primeiras reuniões do ano são denominadas de reuniões de metodologia. São reuniões informativas e se prestam a*

---

<sup>18</sup> Para Marcelo Lopes de SOUZA, “... ao que tudo indica, o orçamento participativo deixará de ser pouco mais que mera retórica, como era o caso até 2001, para passar a ter um alcance muito significativo.” [2002, p. 494].

*esclarecer os grupos e organizações da sociedade, sobre os princípios e objetivos do Orçamento Participativo, bem como as formas de participação da população. Em geral essas reuniões são convocadas pelos próprios cidadãos.*

*A participação da população na elaboração do Orçamento Municipal inicia-se com as Plenárias Regionais. São reuniões distribuídas pelas 18 microrregiões, de caráter informativo e deliberativo, das quais participam os cidadãos domiciliados na microrregião. Elas visam informar aos participantes aspectos sócio-econômicos locais, bem como prestar contas das finanças municipais, destacando os investimentos em curso na microrregião. Nessas reuniões, a população elege três temas prioritários para investimento na microrregião no ano seguinte, e também é definido o número de delegados (representantes) de cada organização da sociedade participante da Plenária (correspondente a 10% do total de cadastrados pela organização).*

*Dando continuidade à consulta à população, ocorrem as Plenárias Intermediárias. São reuniões específicas para cada organização da sociedade que participou da Plenária Regional, onde participam aqueles cidadãos cadastrados nas Plenárias Regionais. Nessas reuniões, são eleitas três obras prioritárias, sendo uma para cada tema eleito na Plenária Regional, além dos representantes – delegados – da referida organização social.*

*Ainda durante o Ciclo do Orçamento Participativo, ocorrem as Plenárias Temáticas. São 08 reuniões específicas, cada uma abordando um determinado tema – assistência social, cultura, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e ambiental, educação, juventude, mulher e saúde. As plenárias acontecem em local central da Cidade e delas podem participar qualquer cidadão do Recife. Essas reuniões objetivam eleger programas e projetos prioritários para a Cidade, além de eleger os delegados temáticos, dentre os diversos participantes, em número correspondente a 10% do total de credenciados.*

*Eleitos os delegados, constituem-se os Fóruns de Delegados Regionais e Temáticos, que têm atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Investimentos e outras políticas públicas referentes à sua respectiva região ou temática. Os Fóruns reúnem-se ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando necessário.*

*Após a constituição de cada Fórum de Delegados Regionais são eleitos quatro representantes, sendo dois titulares e dois suplentes, para compor o Conselho Municipal da Gestão Democrática do Orçamento Público – COP, do qual também fazem parte dois delegados de cada fóruns temáticos e dois de cada conselho setorial (um titular e um suplente), além de quatro membros do Fórum do PREZEIS, sendo dois titulares e*

dois suplentes. Compõem, ainda, o COP, três representantes da Prefeitura (e três suplentes), sem direito a voto. Compete ao COP regulamentar o OP, deliberar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como acompanhar a sua execução. O COP reúne-se quinzenalmente. [<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secorcamento/como.html>, 10/9/2003, p. 1-3].

#### *FÓRUNS*

*FÓRUNS DE DELEGADOS DO OP.* São instâncias de participação da sociedade civil, em nível de cada região e temática, tendo por finalidade coordenar e fiscalizar, em sua área de atuação, a execução do Plano de Investimento — PI, e das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da gestão municipal.

*FÓRUNS REGIONAIS DE DELEGADOS.* São Instâncias de participação onde ocorrem reuniões sistemáticas, por microrregião, com todos os delegados eleitos nas Plenárias Intermediárias. Em cada Fórum Regional são eleitos (02) dois delegados (as) para compor a coordenação, juntamente com (01) um coordenador indicado pela Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã da Prefeitura do Recife. Elegem-se também (02) dois conselheiros titulares e (02) dois suplentes para compor o Conselho Municipal de Gestão Democrática do Orçamento Público — COP.

*FÓRUNS TEMÁTICOS DE DELEGADOS.* São instâncias de participação onde ocorrem reuniões sistemáticas, por temas, com todos os delegados eleitos nas Plenárias Temáticas. Nesses Fóruns são eleitos 02 (dois) delegados (as) para compor a coordenação, juntamente com 01 (um) coordenador indicado pelas secretarias da Prefeitura do Recife vinculadas aos temas. Elegem-se também 01 (um) conselheiro para compor, juntamente com os conselheiros indicados pelos Conselhos Setoriais vinculados aos temas, o Conselho Municipal de Gestão Democrática do Orçamento Público — COP.

#### *COMPETÊNCIAS DOS FÓRUNS:*

*Aos Fóruns de Delegados Regionais e Temáticos compete:*

*I – eleger e revogar o mandato da coordenação e dos Conselheiros do COP;*

*II – apoiar os Conselheiros na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no Conselho Municipal da gestão Democrática do Orçamento Público — COP;*

*III – acompanhar o Plano de Investimentos da Temática, desde a sua elaboração até a conclusão das obras;*

*IV – discutir e propor sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária — LDO e as matrizes da Lei do Orçamento Anual — LOA;*

*V – eleger as comissões de Fiscalização e Acompanhamento de Obras e de Programas;*

*VI – votar as propostas de pauta das reuniões dos fóruns;*

*VII – discutir e propor sobre as alterações do Plano Plurianual — PPA;*

*VIII – acompanhar a execução das políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal, de interesse do Fórum.”*  
[www.recife.pe.gov.br/pr/secorcamento/foruns.html, 10/9/2003, p. 1-4] (Grifo nosso).

Esse modelo de gestão do orçamento público municipal da cidade do Recife passou a ser implementado a partir de 2001, após a vitória de uma coligação de partidos de esquerda, tendo à frente o candidato João Paulo Lima e Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições municipais de 2000.

Nesta proposta de gestão, a unidade espacial em estudo localiza-se na RPA 2 (RPA Norte), mais especificamente, na microrregião 2.1 — lembramos que essas unidades espaciais, como também, seus bairros, resultaram, essencialmente, um produto de gabinete, e não de uma malha pactuada com a população a partir de suas experiências do percebido e vivido em seu cotidiano.

Para identificarmos quantos e quais são as delegadas do orçamento participativo restrito à área pesquisada, solicitamos da Secretaria do Orçamento Participativo e Gestão Cidadã da Cidade do Recife, uma relação das mesmas, na qual constava um total de (13) treze nomes, todos com mandato iniciado em agosto de 2003 até agosto de 2004 (exceto uma (01) que já era delegada desde 2002), distribuídas em (5) cinco grupos, a saber: o grupo do Riacho Jacarezinho (03) representantes, o grupo Irmã Terezinha (04), o grupo do Oratório da Divina Providência (01), o grupo da Escola Municipal Campina do Barreto (01) e o grupo da Rua Pirangi (01) uma representante.

Para Marcelo Lopes de Souza,

*“... a população elege seus delegados nas assembleias populares das unidades espaciais de referência, proporcionalmente ao número de eleitores atendendo cada assembleia; a esses delegados cabe organizar, posteriormente, discussões sobre prioridades de investimento em cada bairro. Mas tarde são eleitos, igualmente em assembleias, os conselheiros do orçamento participativo, os quais terão por*

*incumbência acompanhar e participar, junto à prefeitura, da elaboração da peça orçamentária.” [2002, p. 345].*

Quando das visitas à localidade em estudo, encontramos no campo, apenas (10) dez delegadas participando ativamente do OP; pois, das três restantes, uma havia se mudado para outro bairro; outra tinha viajado — sem sermos informados quando do retorno — e um terceiro alegou ter sido eleito, mas não estar participando do processo.

Apesar da distribuição geográfica dos grupos apontados contemplar a parte antiga do bairro de Campina do Barreto, com três grupos, a Comunidade Chão de Estrelas, formada no início dos anos 80, destaca-se com sete das dez delegadas, ao lado das dezesseis líderes das vinte e três entidades de representação entrevistadas anteriormente (ver mapa 6, p.100). A Comunidade Chão de Estrelas decorrente da sua história, como foi visto, apresenta-se mais participativa nas questões políticas local em relação ao restante do bairro.

No que se refere ao sexo, há uma inversão em relação às entidades entrevistadas (como vimos, predominam os homens), pois existem mais mulheres — oito delegadas, do que homens — dois delegados.

O grau de instrução apresenta-se bastante baixo, com seis (60%) das entrevistadas com escolaridade de ensino fundamental incompleto, sendo que quatro (40%) destes refere-se ao ensino fundamental menor; três (30%) com ensino básico completo e apenas um (10%) com curso superior completo. Já as profissões destacam-se a de doméstica com três (30%) das entrevistadas e a de professor (a) com dois (20%) das delegadas, respectivamente.

As delegadas ainda alegam não receberem ajuda financeira de espécie alguma, mantendo-se por conta própria, inclusive para participarem das reuniões das plenárias (ciclo) do Orçamento Participativo. Apontam a necessidade de ajudar na melhoria do bairro e da comunidade como principal motivo para terem se candidatado, como percebemos na fala de uma entrevistada:

*“Eu quis ser delegada pelas questões das necessidades da comunidade, que estão pendentes. As pessoas que eram delegadas não brigam, por isso, e, eu entrei para isso. Nunca quis ser delegada não, mas entre por essas questões; essa rua aqui estava pendente, agora diz que vai calçar, né.” [Entrevista, n. 24, 07/12/2003].*

A existência de articulação com as demais entidades do bairro é apontada por sete das delegadas, 70%, entretanto, não foi indicada pelas representações das entidades. Também, observa-se a ausência da participação das delegadas do OP nas reuniões do PREZEIS e de contatos com Conselheiros de Conselhos Setoriais; já a COMUL é conhecida somente pela metade das delegadas, conquanto sete residem na própria área ZEIS.

Esta desarticulação das delegadas do OP com as demais instâncias de representações, sejam as entidades do bairro, os conselhos Setoriais, a COMUL, etc. decorrem (pelas nossas observações) de várias hipóteses: as atuais delegadas não terem sido pessoas atuantes politicamente antes de exercerem tal cargo — ressaltamos que ainda é bastante recente a lembrança da repressão do período autoritário — militar, além da polícia ainda hoje não ser vista como meio de proteção aos pobres. Outro exemplo é o fato de estar havendo um comércio de vendas dos imóveis (comércio ilegal — pois não tem ainda a posse das casas, além da lei do PREZEIS proibir tal ação na área ZEIS) por parte daqueles que participaram do movimento de luta pela moradia, decorrente, provavelmente, da necessidade de sobrevivência dos mesmos, ou porque após a conquista e também decorrentes do seu grau de instrução, desarticularam-se, como já apontamos alhures. Além das novas moradoras (as que compraram) não apresentarem ter uma mobilização mais ativa, provavelmente, não conhecendo tais instâncias de representação.

As ações da EMLURB e do Programa de Saúde da Família tiveram os respectivos resultados: cinco (50%) avaliaram o PSF como bom; a EMLURB na coleta seletiva do lixo, obteve conceito bom, com dez (100%) das indicações; já os trabalhos de limpeza de galerias e capinação, tiveram quatro (40%) da aprovação como bom e regular, respectivamente; e em último, como a pior, vem a limpeza de canais, com seis (60%) indicando como ruim. Estes últimos de responsabilidade também da EMLURB. Isto só vem reforçar o que já foi dito sobre o canal Jacarezinho.

Quanto à influência das delegadas nas decisões e ou realizações dos gestores, foi confirmada por nove (90%) das entrevistas; entretanto, diagnosticamos terem pouca clareza da sua contribuição, como podemos perceber nas falas das entrevistadas: “*Participando dos projetos.*” [Entrevistas, n. 29, 07/01/2004]. “*Pedindo que a população ajude; participar de alguma coisa; fazer alguma coisa.*” [Entrevista, n. 27, 06/01/2004]. Apesar disso, é interessante destacar que quando as delegadas já participam de outras atividades políticas na localidade, têm uma experiência, estes têm uma percepção mais clara da sua importância,

como percebemos na fala de uma delegada e representante da entidade Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas:

*“Os delegados têm um papel assim, fundamental, em relação, é, ajudar a administrar a cidade. Tem tanta coisa que o prefeito, o secretário não sabe o que está se passando na comunidade, e a gente como delegado tá vendo; vê e leva. Para mim, eles (os delegados) ajudam a administrar a cidade.”* [Entrevista, n. 26, 21/12/2003].

Diante do exposto acima, necessitamos destacar dois pontos: primeiro, percebemos que quando a população e suas representantes têm o direito de participarem mais ativamente da vida política da sua cidade (aqui entendido seu bairro), provavelmente, evita que os gestores façam gastos desnecessários com obras inadequadas (como vimos na fala de um líder, entrevista, n. 20, no item 4.1.2, p. 124), levando a atender melhor às necessidades locais. Segundo, constatamos pelas nossas observações, que as delegadas em sua maioria demonstram não ter clareza de seus papéis, dificultando ter um melhor desempenho, seja pela pouca experiência de participação (principalmente), seja pela baixa escolaridade. Esta também é a preocupação de Evanildo Barbosa da Silva, quando em um trecho do seu artigo “Orçamento Participativo em Recife: aprendizagem e desafios”, diz:

*“É importante que se pergunte: o que é mesmo essencial no meu exercício de ser delegado e delegada? Qual é minha atitude, qual é a minha postura na comunicação com os demais de meu entorno? Como é que eu lido com a informação, como é que eu socializo a informação, como é que eu divido os conhecimentos que tenho? Será que eu estou mesmo dividindo e compartilhando com as pessoas que fazem parte da minha localidade, da minha rua, da minha associação, da minha região?”* [2002, p. 48].

Como vimos, as representações das moradoras são (também representantes das entidades existentes no bairro), da COMUL (os titulares - através do PREZES) e delegadas do Orçamento Participativo, melhor dizendo, as representantes do vivido na maioria das vezes ocupam as funções de líderes comunitárias, presidentes de entidades do bairro, membro da COMUL, delegadas do Orçamento Participativo entre outros, que são os canais diretos de

interlocução entre a sociedade civil (população local) e o governo (gestores), os quais necessita cada dia mais se fortalecerem<sup>19</sup> para construir a cidadania da população local.

Tendo isto em mente é que finalizo este item, fazendo minhas as palavras de Marcelo Lopes de Souza, quando aponta a importância dos representantes do PREZEIS no Orçamento Participativo:

*“O próprio PREZEIS, por mais limitado que tenha sido o seu papel até agora, é um espaço de articulação digno de nota e com bastante tradição; talvez, quem sabe, em vez de ser apenas ‘engolido’ pelo orçamento participativo ou de (pior, ainda) ‘colonizar’ este último, poderia o PREZEIS polinizar o próprio orçamento participativo com elementos importantes de sua experiência. Uma articulação inteligente entre o PREZEIS e o Orçamento Participativo seria, em Recife, o verdadeiro núcleo de uma integração entre planejamento e gestão.” [Op. cit. p. 496].*

#### **4.2 A Fala do Instituído: Os Gestores Públicos no Processo**

Analizadas as falas do vivido, passaremos a ver como se têm dado as ações dos gestores (Prefeitura e Estado), na produção do espaço na área em estudo, a partir da análise das entrevistas realizadas com seus representantes locais formados por profissionais que ocupam cargos dentro de uma secretária, ou uma empresa.

Encarregada dos serviços de saúde, educação, limpeza urbana, saneamento, cultura, esporte, urbanismo, questões do trabalho/emprego entre outras. Assim, vinculamos as vinte e duas entrevistas à área de atuação e a uma secretaria, agrupada nos aspectos da estrutura socioeconômica urbana, a saber: ( i ) Serviços Sociais Básicos; ( ii ) Infra-estrutura Básica; e o ( iii ) Programa OP. Estas são, para nós, duas áreas e uma secretaria essenciais para que os governos, sejam eles Municipal ou Estadual, atendam aos seus cidadãos e cidadãs, e também, interajam com as representações destes últimos.

---

<sup>19</sup> Não podemos esquecer que na nossa sociedade a relação entre sociedade civil e poder público (Estado) se dá em forma de representação, seja de políticos, de empresários, seja os diversos sindicatos de trabalhadores, as ONG's e no nosso caso, as entidades de representação existentes no bairro, os representantes da COMUL e as delegadas do Orçamento Participativo da área em estudo.

Constatamos os papéis determinantes das mulheres desde o início do processo, tanto na formação da comunidade, como nas reivindicações posteriores. Do mesmo modo, verificamos também a participação das mulheres no quadro dos gestores, compondo 13 (63,64%) das 22 entrevistas realizadas na administração pública.

Vejamos agora as propostas dos gestores em relação aos setores relacionados.

### **1. Serviços Sociais Básicos**

Foram relacionadas vinte e duas representantes dos gestores, sendo que onze destas referem-se aos *Serviços Sociais Básicos* e estão assim distribuídos: Saúde, as responsáveis pela Policlínica Amaury Coutinho (01) e duas das unidades do Programa Saúde da Família (PSF's) — Posto Comunitário Chão de Estrelas (01) e Unidade da Família Posto Irmã Terezinha (01); Educação, das quatro escolas existentes na localidade entrevistamos as três gestoras das Escolas Municipais de Ensino Fundamental — Escola Municipal Campina do Barreto (01), Escola Municipal de Água Fria (01) e Escola Municipal Irmã Terezinha Batista (01) e a gestora da Escola pertencente à Rede Estadual de Ensino de Pernambuco — Escola São Judas Tadeu de Ensino Fundamental e Médio; entrevistamos também as representantes das Secretarias de Cultura; de Esporte; o diretor do Centro Social Urbano do bairro de Campina do Barreto — C.S.U. Prefeito Novaes Filho — subordinado a Secretaria de Política e Assistência Social; e um pela Coordenadoria de Saúde e do Trabalho (Operação Trabalho/Emprego), que são subordinados à Prefeitura da Cidade do Recife.

O conceito de serviços, segundo o dicionário Melhoramentos Dicionário de Geografia, é a “*atividade do setor terciário da economia que engloba várias áreas, como administração, saúde, educação, finanças e outras, sem participar da produção direta de bens.*” [Giovannetti, 1996, p. 194]. Já para o dicionário Houaiss da língua portuguesa, serviço é a “*ação ou efeito de servir, de dar de si algo em forma de trabalho...*”, mais especificamente, serviço social é a “*Ação que visa proporcionar assistência a membros carentes e/ou necessitados de uma comunidade, seja material, seja de saúde, jurídico, educacional etc.*” [2001, p. 2559].

A operacionalização desse conjunto de conceitos pode ser presenciado no município, a partir do que reza a Constituição Federal do Brasil no seu Art. 30; o que cabe a nós é saber como a localidade estudada se enquadra nas ações dos gestores, tendo em vista o governo local ter diante de si diferentes realidades sociais, com diferentes necessidades, para serem

atendidas. Em nosso caso, o lugar é constituído de populações menos favorecidas. Vejamos brevemente esses setores a partir das falas do instituído.

Estes setores foram agrupados por desenvolverem um tipo de política que procura atender às necessidades mais emergenciais da população. Sendo assim, foram solicitadas as entrevistadas que apontassem as ações desenvolvidas ou que pretendem desenvolver e se há metas mais precisa(s) para o bairro de Campina do Barreto. Para melhor compreensão, utilizaremos algumas falas das entrevistadas responsáveis pelos setores:

*“Organizar as ações já implementadas, procurando identificar falhas e corrigi-las dentro do possível. [Entrevista, n. 1, 14/01/2004].*

*Promoção, prevenção de saúde, educação continuada, conscientização da população em relação à saúde e cidadania.” [Entrevista, n. 3, 21/01/2004].*

*Incentivar aos projetos didáticos. Visitas às famílias de alunos faltosos e/ou doentes. [Entrevista, n. 4, 09/01/2004].*

*Ações que visem à melhoria da qualidade de vida na comunidade. [Entrevista, n. 7, 14/01/2004].*

*Habitação e qualificação profissional.” [Entrevista, n. 12, 15/01/2004].*

Já as metas mais precisas são:

*“Continuar implementando as ações desta unidade para que possa realmente ser um serviço de referência para o Distrito Sanitário II. [Entrevista, n. 1, 14/01/2004].*

*Uma meta que a gente quer atingir é, que a gente tem um grupo elevado de gestantes e a questão do trabalho nessas, na atuação de interferir nas gestantes para essas adolescentes não engravidar tão cedo... [Entrevista, n. 2, 15/01/2004].*

*Realizamos um planejamento semestral visando à educação da comunidade. Exemplo: fevereiro, DST/AIDS; março, violência doméstica; abril, semana da saúde; maio, saúde da mulher; junho, idoso. Todos com sala de espera e uma semana com horário. [Entrevista, n. 3, 21/01/2004].*

*Todas já citadas no item acima. [Entrevista, n. 6, 27/01/2004].*

*Construções de casas, distribuição de renda, qualificação profissional em construção civil.” [Entrevista, n. 12, 15/01/2004].*

Na maioria dos depoimentos acima, não percebemos com clareza quais as ações prestadas aos usuários, mesmo quando estas ações se apresentam como metas a serem referência para o Distrito Sanitário II, como é o caso, por exemplo, da saúde. Já as demais, indicam que as atividades desenvolvidas têm como “norte” a educação, seja em quaisquer projetos da localidade independente do setor, como também, tais atividades são o meio de conscientização da população para cidadania.

Outro ponto importante que não ficou claro para nós foi do Programa Operação Trabalho, pois colocam as construções de casas como sua ação. Entendemos que tal ação é de responsabilidade da Diretoria de Habitação, cabendo ao programa apenas a qualificação profissional por eles apontando. Pois, se duas secretarias desenvolvem o mesmo tipo de ação, como fica a questão dos recursos para o investimento? Quem receberá o “reconhecimento” pela ação desenvolvida?

Tais ações ficam mais claras quando citadas as prioridades para a área em estudo, como demonstram as falas abaixo:

*“Atendimento médico especializado como referência aos PSF’s e unidade de saúde da área; atendimento de urgência nas áreas de clínica, pediatria e odontologia. [Entrevista, n. 1, 14/01/2004].*

*Nós temos três áreas de riscos que são a beira rio, jacarezinho e o mercado velho (mercado de Campina do Barreto). É um trabalho grande de visitas. [Entrevista, n. 2, 15/01/2004].*

*Espaço para desenvolver ações com a comunidade e criar projetos com os adolescentes que são bastante ociosos. [Entrevista, n. 3, 21/01/2004].*

*Projeto Escola Aberta e Projeto Saúde Bucal. [Entrevista, n. 4, 09/01/2004].*

*Segurança, transportes, saneamento básico, moradia, saúde. [Entrevista, n. 7, 14/05/2004].*

*Habitação, saneamento, qualificação, emprego e renda, produção cultural” [Entrevista, n. 12, 15/01/2004].*

Como vimos, as ações desenvolvidas ou a serem desenvolvidas pelas representações dos gestores, confirmam as necessidades básicas já apontadas nas entrevistas realizadas com as lideranças da população local (ver itens anteriores). Isto leva-nos a questionar se as ofertas de tais ações atendem, de fato, à demanda dessas necessidades, e qual a participação local?

Para as entrevistadas, as associações locais com quais têm-se relacionado são: Associações de Moradores, Centro Comunitários, todas existentes no bairro, Grupos Origem, Alcoólicos Anônimos, Visão Mundial, IMIPE, etc. Estas indicações apresentam-se muito geral, pois os nomes das entidades citadas são, na maioria das vezes, dados incompletos, já que existem mais de uma com estas denominações (ver listas de entidades entrevistadas no apêndice), não sendo possível a identificação correta, com segurança, pois algumas se referem às instituições externas a localidade solicitada, como também, as que prestam serviços (assessoria) às entidades existentes na área geográfica em estudo.

Isto se deve por dois motivos: primeiro, a área de atuação dos gestores não se limita à da nossa pesquisa, nem aos limites político-administrativos do bairro; segundo, porque as relações entre usuários locais e gestores ainda são muito personalistas, principalmente nos setores de saúde e educação — reduzindo-se ao atendimento educacional e consultas médicas —; nas demais áreas quando existe são esporádicas, ficando a cargo das lideranças de representação. Mesmo assim, foram indicadas várias entidades das quais destacaram duas: o Movimento Cultural Desperta Povo (quando não citavam o nome da entidade apontava o responsável — Sr. Ovídio) (Foto 12) e em segundo o Centro de Organização Comunitário Chão de Estrelas (Foto 7, p. 88).

Vemos nisso, a necessidade de se discutir qual o papel das representações dos moradores para uma maior participação (relacionamento) com os gestores ou suas representantes.

Além dos setores sociais apontados, defendemos também, como foi indicado pelas representações do vivido: a cultura, esporte/lazer e assistência social como sendo direito básicos a todos os indivíduos, não podendo ser relegado ao segundo plano.

Assim, procuramos identificar quais as ações desenvolvidas ou que pretende desenvolver, e se existe metas mais precisas para o bairro de Campina do Barreto.

No que se refere à cultura, as entrevistas vêm confirmar a fala da líder (entrevista, n. 7, no item 4.1.2, p. 124), levando a percebermos um maior apoio às produções das entidades

do local, apesar do auxílio ainda estar direcionado às reivindicações e algumas datas festivas como já salientamos.

FOTO 12

Sede do Movimento Cultural Desperta Povo



Fonte: Foto do autor, 2004.

O atendimento pelos setores de Assistência Social e dos Esportes apresenta-se bem mais crítico para a população, pois, estas secretarias atendem, segundo as entrevistadas, a partir das demandas indicadas pelo Orçamento Participativo, não tendo uma relação mais próxima com o vivido, reduzindo-se como colocamos alhures, aos dois campos de futebol existentes no bairro. Agora deixamos o instituído indicar as ações para o bairro:

*“Multicultural — Programa Multicultural nas RPA’s. Pólo Descentralizado do Carnaval — Campina do Barreto. Apoios a outras atividades. [Entrevista, n. 9, 21/01/2004].*

*A Diretoria de Esportes atende de acordo com as demandas do Orçamento Participativo; infelizmente, lazer e esportes não foram prioridade para a comunidade. [Entrevista, n. 10, 16/01/2004].*

*São ações comunitárias que trazem benefícios à nossa comunidade. Fazemos trabalhos conjuntos com algumas entidades, procurando fazer uma integração dentro da comunidade.” [Entrevista, n. 11, 07/01/2004].*

As metas mais precisas são:

*“Cadastramentos dos agentes culturais, articulação com a comunidade para elaboração de um programa cultural para os bairros. [Entrevista, n. 9, 21/01/2004].*

*Implantar políticas públicas de esporte e lazer na cidade do Recife, na perspectiva da participação popular.” [Entrevista, n. 10, 16/01/2004].*

Diante do exposto, apontamos que tais secretarias têm pouca relação com o vivido. Com exceção da Secretaria de Cultura que alegou relacionar-se com algumas entidades — Daruê Malungo, Grupo de Capoeira Mestre Duvale e Maracatu Cambinda Estrela — as demais (Esporte e Assistência Social), afirmaram não terem nenhuma ação sistemática no bairro e não existir qualquer relação com entidades específicas. Isto vem mostrar uma centralidade de poder nessas secretarias; diferentemente da saúde que está distribuída por distritos sanitários — tendo sob sua responsabilidade na localidade os postos de saúde (PSF), a policlínica, as agentes de saúde e as agentes da ASA (Agente de Saúde Ambiental).

Segundo as entrevistadas dos setores que compõem o grupo de Serviços Sociais Básicos, houve quase uma unanimidade, dez (90,91%) das onze entrevistas confirmaram sim, ser imprescindível a participação das entidades locais no trabalho do gestor. Já as ações prioritárias, indicaram que resultam apenas em parte, com sete (63,64%), três — 27,27% — responderam que sim, resultam, e apenas uma — 9,09% — indica não resultar de reivindicações das entidades. Este maior destaque às ações como resultado de reivindicações, só vêm confirmar nossa posição da grande importância da participação das representantes da população da necessidade de intensificação na administração da cidade, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

*“É o elo de aproximação com a comunidade, para que possamos cada vez mais identificar a nossa falha. [Entrevista, n. 1, 14/01/2004].*

*São a ponte entre nós e a comunidade, além do poder de liderança. [Entrevista, n. 3, 21/01/2004].*

*Ajuda no desenvolvimento, por ser da comunidade e conhecer os problemas. [Entrevista, n. 6, 27/01/2004].*

*Pois tem que haver entrosamento entre ambas as partes.* [Entrevista, n. 7, 14/05/2004].

*Pelo poder de aglutinação das tradições, despertar de novas carreiras artísticas.* [Entrevistas, n. 9, 21/01/2004].

*Tem de haver (...). A gente procura sempre entender que a opinião pública é muito importante para nossa gestão, porque damos prioridade à base que são as associações, as entidades, os clubes, toda essa formação pública que existe. Então toda opinião é viável para que a gente tivesse um entendimento melhor e pudesse ter também uma ação melhor para a comunidade.”* [Entrevista, n. 11, 7/01/2004].

Nas falas acima, fica bastante claro o reconhecimento pelas entrevistadas das contribuições destas lideranças locais para um melhor desempenho das ações dos gestores, mesmo tratando-se de pessoas pobres, pois como coloca Milton Santos, “... a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida.” [1996, p. 259].

Como os políticos e os partidos são instâncias institucionais de representação da população, procuramos identificar se existe alguma influência nos trabalhos dos gestores de tais canais de representação, além das entidades do bairro já apontadas, e também, qual a posição em relação às críticas à vida associativa no bairro de Campina do Barreto.

A grande maioria das entrevistadas oito, 72,73%, alega não existirem influências nos seus trabalhos dos partidos; em seguida, vêm os vereadores e deputados, neste caso afirmativo com um, 9,09%, das indicações, respectivamente. Para os gestores as críticas à vida associativa no bairro demonstram um certo equilíbrio, pois o item mais indicado não atingiu os 50%, ou seja, ela está muito dividida ficando com cinco, 45,45%, das indicações; seguido de não ter como responder, com quatro, 36,36%, ser muito esporádica com três, 27,27%, das indicações; e por último, muito personalista com um, 9,09%, dos resultados.

Pelas nossas observações, a vida associativa em Campina do Barreto, apresenta-se muito dividida e personalista, talvez decorrente da cooptação das lideranças por políticos “profissionais”, pois sendo agora cabos eleitorais precisam defender seu candidato e patrão, provavelmente por uma necessidade de sobrevivência destas líderes, pois como vimos, estes têm na sua maioria baixa escolarização e qualificação profissional, conseqüentemente, baixíssima ou nenhuma renda, tornando-se presas fáceis para os políticos.

## 2. Infra-Estrutura Básica

No setor da *Infra-Estrutura*: entrevistamos nove representantes dos gestores, sendo dois da EMLURB, um responsável pela limpeza urbana e outro pela manutenção (canais e drenagem); três pela URB-Recife, as responsáveis pela Divisão de Gestão de ZEIS — DGZ — (01), pela Diretoria de Projetos Urbanos — DPU — (01) e o representante da ONG — Serviço Justiça e Paz — que presta assistência jurídica à COMUL Campo Grande; temos ainda uma da Diretoria de Saneamento; uma da Secretaria de Habitação e um da CTTU, todos ligados à Prefeitura da Cidade do Recife; além da responsável pelo programa PROMETRÓPOLE da CONDEPE/FIDEM do Governo do Estado de Pernambuco.

As infra-estruturas básicas são os sistemas de serviços públicos de uma cidade, que segundo o geógrafo Milton Santos, “*são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, cominhos, etc.*” [1988, p. 6]. A compreensão deste conceito é importante, pois indica quando há um desequilíbrio entre as necessidades cada vez mais volumosas da população e uma estrutura que, segundo Gadêlha, é “... *incapaz de gerar meios e de distribuir adequadamente recursos para satisfazerem às necessidades desta população.*” [1997, p. 70]. Para a localidade em estudo, o importante é ser “presenteado” com essas ações implementadas pelos gestores, como apontamos anteriormente. Vejamos também esses setores a partir das falas dos instituídos.

Foram apontadas pelas entrevistadas as ações que desenvolvem ou pretendem desenvolver e as metas mais precisas. Para a representante da Diretoria de Habitação, a área do nosso estudo no momento não há nenhuma ação e nem perspectiva, mesmo entendendo que existe um déficit habitacional; já a Secretaria de Saneamento prevê ações só dentro do programa PROMETRÓPOLE, pois o bairro, por estar dentro da bacia do Beberibe, mais especificamente na micro-bacia — UE 21, será objeto de um projeto de melhorias em saneamento básico e infra-estrutura social e urbana, como captamos nos depoimentos abaixo:

*“... Atualmente nós não temos nenhuma perspectiva de atuação nessa área, nessa localidade; a gente tem uma demanda, não que não exista um déficit habitacional para aquela região, obviamente que existe. Mas com nós a relação é diferente, a gente não identifica e vai atuar, até por que a demanda da gente é muito grande; nós hoje estamos trabalhando com uma demanda de cerca de quase seis mil famílias distribuídas em todas as RPA's em toda a cidade. Mas não são demandas que nós identificamos, são demandas que nos chegam tanto dentro*

*do processo de áreas que lutam pelo acesso à moradia, que chamam áreas de conflitos, são ocupações irregulares que existem há muito tempo, que vêm em processo de luta, de negociação junto à Prefeitura, e também, uma demanda que são as famílias cadastradas no auxílio moradia, que é uma demanda grande também, são cerca de 4.000 famílias; então a gente tá correndo para atender isso aí... [Entrevista, n. 8, 29/12/2004].*

*A Prefeitura do Recife em parceria com o governo do Estado, banco Mundial e Prefeitura de Olinda, está desenvolvendo o PROMETRÓPOLE — Programa de Infra-estrutura em Áreas de Baixa Renda — prioritariamente na bacia do Beberibe, onde Campina do Barreto está inserida. O programa prevê ações de infra-estrutura urbana (...) Ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados à comunidade e dos mecanismos de acesso a terra.(...) [Entrevista, n. 19, 08/01/2004].*

*... Tudo que estiver dentro da Campina do Barreto, dentro da bacia UE 20 (UE 21) vai ser objeto de um projeto maior. Esse projeto vai prever áreas de habitação, melhorias da habitabilidade, são melhorias das áreas públicas...” [Entrevista, n. 18, 17/12/2003].*

Já as metas mais precisas e prioritárias segundo o campo de trabalho das entrevistadas são:

*“A meta mais específica é promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas áreas e contribuir para a redução da pobreza e a melhoria ambiental da região metropolitana do Recife — RMR. [Entrevista, n. 19, 08/01/2004].*

*Na área de atuação social o fortalecimento institucional e comunitário é uma prioridade, bem como, a melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade ambiental das áreas. Em suma, a qualidade de vida do cidadão e seu bem estar, é objetivo geral da área social. [Entrevista, n. 19, 08/01/2004].*

*Urbanização da Área: saneamento, drenagem, pavimentação, desobstruções e limpeza de canais e rio, arborização, iluminação pública e água. Fortalecer os Segmentos: escolas, cursos profissionalizantes, saúde, instituições culturais, esportivas e associativas. Desenvolver com a População Local: educação ambiental.” [Entrevista, n. 18/17/12/2003].*

Diante do exposto, sentimos falta de uma maior aproximação destas com o vivido, como deixa clara a representante da diretoria de habitação, quando diz que atualmente não tem nenhuma perspectiva de atuação para a área, já que a relação com ela (Diretoria) é diferente, não vão identificar as necessidades, ao contrário, são demandas que chegam decorrentes das lutas (reivindicações) pelo acesso à moradia. Isto dá a entender que, caso a população cruze os braços jamais será atendida em suas necessidades básicas.

Segundo, pelo que captamos nas falas acima e das nossas observações, hoje a localidade apresenta-se “refém” do programa PROMETRÓPOLE para ser atendida nas necessidades estruturadoras básicas. O exemplo mais contundente que temos é o alagamento das ruas das Moças com a Marcílio Dias [sic], decorrente das enchentes do riacho Jacarezinho (Foto 13), pois foi eleito como prioridade pela população local no Orçamento Participativo (ficando por duas vezes consecutivas em segundo lugar), apesar de ser uma reivindicação, há mais de cinco anos, não será realizada a obra, pois segundo os gestores, está inclusa na segunda fase do projeto PROMETRÓPOLE. Quanto tempo a população deve esperar pela solução? As necessidades emergenciais podem ficar à mercê de tais projetos?

### FOTO 13

#### Alagamento das Ruas das Moças com Marcílio Dias



Fonte: Foto do autor, 31/03/2002.

Já as metas e prioridades para melhorias apontadas, ao nosso ver, só terão eficácia se acompanhadas de uma política de geração de empregos e renda digna.

A falta de uma maior aproximação destes setores da infra-estrutura básica com o vivido, apontada por nós, é reforçada quando solicitada que indicassem as entidades locais com as quais se relacionam. As respostas dadas pelas técnicas das diretorias de habitação e de saneamento foram negativas (não existe). Já o CONDEPE/FIDEM, ou melhor, o PROMETRÓPOLE, alega relacionar-se com a totalidade ou quase todas as instituições existentes na área, segundo seu plano de desenvolvimento local, e como percebemos no depoimento abaixo:

*“Ver o plano de desenvolvimento local na área. Esse plano prevê o trabalho com a comunidade. Então, normalmente quando as empresas começam a trabalhar, elas identificam quem são os líderes, porque a gente não vai trabalhar só com uma associação ou outra; a gente vai identificar praticamente todas as associações que a gente possa identificar. Às vezes fica uma de fora, não é porque a gente discriminou, é porque simplesmente não conseguiu chegar a ela. A gente tenta levantar o máximo possível de associações comunitária que tiver, é clube de futebol, clube de mãe, é associação de bairro e vai por aí a fora, e começa a trabalhar com elas.” [Entrevista, n. 18, 17/12/2003].*

Observa-se na fala, hoje, uma maior preocupação dos gestores no que concerne à participação popular no sentido da democratização das decisões da administração pública. Isto é importante como já frisamos, porque os próprios moradores podem contribuir dando sugestões e fiscalizando obras, evitando desperdício do dinheiro público.

Esta participação deve ser ampla, com todos os segmentos da sociedade civil — moradoras, os diversos tipos de entidades existentes na localidade, instituições públicas e privadas, delegadas do Orçamento Participativo, ONG's e instituições religiosas. Entretanto, também é necessário deixar claro que o objetivo do projeto destina-se ao bem comum, ao bem coletivo.

Outro ponto identificado nas falas e em nossas observações é o próprio relacionamento da CONDEPE/FIDEM na realização do programa PROMETRÓPOLE, que demonstra deixar o relacionamento dos gestores com a comunidade entregue às empresas contratadas, isto é, o contato do instituído passa a ser mediado não pelos seus representantes

oficiais (técnicos), mas sim, como já foi dito, pelas várias empresas contratadas para realizar as obras, como por exemplo a DIAGONAL que fez o levantamento socioeconômico da área. Do lado da comunidade, os mandatários serão as entidades de representação das moradoras e as demais instituições participantes. Esta atitude permanecerá o tempo que dura a obra.

Existem além destes, outros setores que, pela necessidade da localidade, atuam com ações de manutenção, conservação e regularização fundiária, como podemos perceber nas falas abaixo:

*“Coleta de resíduos sólidos e volumosos, varrição (via pavimentada), capinação (via pavimentada e não pavimentada), pintura do meio-fio, fiscalização municipal, aplicação da legislação à limpeza urbana e das prestadoras de serviço. [Entrevista, n. 13, 19/01/2004].*

*As demandas de rotina são a limpeza das galerias e do canal Jacarezinho, recuperação da pavimentação, outras serão definidas pelo Orçamento Participativo e PROMETRÓPOLE. [Entrevista, n. 14, 20/01/2004].*

*Pintura da faixa de pedestre, meio-fios, ações educativas nas escolas, estudos de colocação de lombadas. [Entrevista, n. 20, 08/03/2004].*

*Acompanho todas as ações desenvolvidas pelo poder público em relação à urbanização e legalização de posse da terra junto com os representantes eleitos pela comunidade, como também, articular comunidade x poder público. [Entrevista, n. 15, 08/01/2004].*

*Ações versando a organização política da comunidade, regularização fundiária, apreensão participativa no PROMETRÓPOLE.” [Entrevista, n. 17, 13/01/2004].*

Já as metas mais precisas e prioritárias são:

*“Eliminação de pontos críticos (locais onde a população coloca lixo constantemente), cumprimento a legislação municipal, conscientização da importância com o meio ambiente. [Entrevista, n. 13, 19/01/2004].*

*Todas as escolas com palestras sobre educação no trânsito, sinalização, fiscalização dos transportes clandestinos. [Entrevista, n. 20, 08/03/2004].*

*Acompanhar as ações de urbanização e legalização, a retomada dos serviços paralisadas da obra de saneamento do conjunto residencial Senador Aderbal Jurema até a policlínica.* [Entrevista, n. 15, 08/01/2004].

*Revestimento do canal Jacarezinho, inclusive a retirada dos barracos.* [Entrevista, n. 14, 20/01/2004].

*O tratamento urbanístico das áreas de equipamentos comunitários e de lazer.* [Entrevista, n. 16, 18/12/2003].

*Urbanização: drenagem, água e esgoto (saneamento), ações na área de saúde pública, ações de regularização fundiária.”* [Entrevista, n. 17, 13/01/2004].

As respostas apresentam-se diversificadas pela natureza dos campos de trabalho das entrevistadas, mas podemos classificar em dois grupos: um que denominamos de “serviços de conservação de infra-estrutura”, ao nosso ver de mais fácil atuação. Nesses, as ações de eliminação dos pontos críticos de lixo, limpeza de galerias, capinação entre outros, confirmam as posições apontadas pelas lideranças. No que se refere às palestras de educação para o trânsito não foram mencionadas nas entrevistas com os líderes; quanto ao revestimento do canal Jacarezinho e seu tratamento urbanístico estão, de fato, ainda para acontecer.

O segundo grupo denominamos “luta pela urbanização e regularização fundiária”, de maior dificuldade para solução, primeiro, porque quando se trata de urbanização, exige maior volume de recursos; segundo quando refere à moradia, além da falta de recursos o município do Recife apresenta-se escasso de espaço físico (terrenos) para construções dos imóveis; e terceiro quando se refere à posse das casas esbarra na morosidade da justiça, além dos citados pontos, dependerem da decisão política (vontade política).

No que se refere ao relacionamento dos setores pertencentes às infra-estruturas com as entidades locais, pode agrupá-lo em dois grupos: um que alega haver com todas as entidades do bairro (sem apontarem os nomes das mesmas) e as lideranças do Orçamento Participativo (as delegadas), e outro grupo, que diz trabalhar diretamente com os representantes comunitários que compõem o segmento popular da COMUL, em ambos os casos, todos têm contribuições iguais, como apontam as falas a seguir:

*“Trabalhamos, ou seja, procuramos nos aproximar de todos, porém, trabalhamos diretamente com os representantes da COMUL.* [Entrevista, n. 15, 08/01/2004].

*A COMUL — titulares comunitários do segmento popular.*  
[Entrevista, n. 16, 18/12/2004].

*Todas associações de bairro. As lideranças do Orçamento Participativo (delegados).*” [Entrevista, n. 20, 08/03/2004].

As participações das entidades locais são imprescindíveis aos trabalhos dos gestores e suas ações resultam de reivindicações destas? As falas foram unânimes em afirmar ser indispensáveis à participação das associações; já quanto às ações serem resultantes das reivindicações houve um certo equilíbrio, tendendo para afirmativo com cinco (55,56%), seguido daqueles que afirmam contribuir apenas em parte, com quatro das indicações, 44,44%.

Estes dados mais uma vez vêm confirmar a importância das reivindicações e da parceria (com as mudanças nas relações a partir dos anos 90) entre população (ou os seus representantes) e os gestores, como estes últimos afirmam nas falas abaixo:

*“Sem a participação dos representantes da população local seria impossível um trabalho de qualidade.* [Entrevista, n. 16, 18/12/2003].

*São os olhos da comunidade.* [Entrevista, n. 14, 20/01/2004].

*A população é que sabe o melhor para si.* [Entrevista, n. 20, 08/03/2004].

*Pois as mesmas reivindicam as ações mais prioritárias para a localidade.*” [Entrevista, n. 15, 08/01/2004].

Percebemos do exposto que as ações não são apenas uma questão técnica, mas também se vinculam aos acontecimentos locais, pois as moradoras ou os seus representantes estão vendo o que se passa no dia-a-dia do bairro e através dessa parceria (participação) podem contribuir fornecendo informações enriquecedoras, de forma que os técnicos possam melhor diagnosticar as causas dos problemas em menor tempo, além inclusive de ser um respeito à percepção do vivido em suas propostas de solução.

Outras instâncias de representações da população são os políticos e os partidos. Nas opiniões das entrevistadas, a influência destes em seu trabalho apresentam-se assim: em primeiro, destacam-se os vereadores com sete, 77,78%, das indicações afirmativas; seguido dos deputados com quatro (44,44%); e os partidos com três, 33,33%, das indicações; e alegando não ser influenciado por estes canais apenas duas, 22,22%, das entrevistas.

É importante perceber que a participação da população ou das suas lideranças construída no cotidiano, não invalida as demais instâncias de representações, já que os objetivos devem ser os mesmos, apenas os meios de ações são diferentes, pela própria função de suas especificidades, no caso, os políticos e os partidos.

A vida associativa em Campina do Barreto é vista pelas entrevistadas como sendo muito dividida por dois, 22,22%, das indicações, muito personalistas por três (33,33%) e são cinco, 55,55%, as que alegam não terem como responder.

Para nós, estes dados só vêm reforçar a existência de um certo distanciamento destes setores com o vivido, e ao mesmo tempo, ser um convite para uma intensificação da ação no sentido de maior entrosamento e participação das partes.

### **3. Programa Orçamento Participativo — O P**

Nas sociedades de regimes democráticos as governanças têm produzido segundo Orlando Alves dos Santos Junior, “... *novos padrões de relação entre governo e sociedade, que concretamente se expressam em canais de gestão participativos e institucionalizados*” [2001, p. 177]. Dentre estes novos canais, destaca-se o Orçamento Participativo, que para Ana Claudia Chaves Teixeira et al., “*é um dos instrumentos de uma gestão democrática capaz de assegurar a participação social e de garantir à população maior acesso a equipamentos e serviços urbanos e a condições dignas de vida*” [s/d, p. 8].

Seguindo está discussão teórica sobre o Orçamento Participativo, Marcelo Lopes de Souza vai afirmar que:

*“Na sua essência, o orçamento participativo consiste em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população (de um município ou mesmo de unidades territoriais administrativas supralocais) participar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos. A população, organizada com base em bairros ou unidades espaciais que agregam vários bairros, debate e delibera, em assembleias, sobre as prioridades de investimentos para cada local, cabendo ao Executivo, anualmente, informar a disponibilidade de recursos para investimentos e prestar contas*

*sobre a execução orçamentária do ano anterior.*” [2002, p. 344-45].

Ao nosso ver, o Orçamento Participativo da Cidade do Recife é um programa com status de uma secretaria, que tem como principal função articular todas as demais secretarias com a sociedade civil organizada ou não, e com a responsabilidade segundo o próprio secretário municipal João Costa, de discutir o orçamento público com a população construindo uma relação de direitos, pois:

*“É direito da população não só escolher o seu governante, mas durante o seu governo discutir com ele as políticas que vão ser executadas no seu lugar de moradia. Essa é uma relação que deve ser estabelecida não como relação de favor, mas como uma relação de direito e um desafio a ser construído por esse instrumento, que não deve ser visto apenas como uma concessão de uma gestão de plantão.”* [2002, p. 27].

Para Ana Claudia Chaves Teixeira et al.

*“O Orçamento Participativo pode ser instrumento eficaz para importantes conquistas políticas, econômicas e sociais:*

- *Maior transparência na elaboração e execução do orçamento*
- *Maior controle social do orçamento e das finanças públicas*
- *A criação de um novo padrão para a distribuição dos recursos que possibilite atender aos mais pobres*
- *O aumento da legitimidade da Administração Municipal*
- *O fortalecimento da cooperação e da solidariedade*
- *Mobilização de setores sociais organizados e não organizados*
- *Educação para a cidadania...*” [s/d, p. 8].

É nesta perspectiva que dos três aspectos da estrutura socioeconômica urbana supracitada, serviços sociais básicos, infra-estrutura básica e orçamento participativo, este último é o que tem para nós uma relação mais próxima do vivido, apesar de não ter função de executar intervenções urbana como os demais setores citados. Vejamos agora as ações do Orçamento Participativo na área de nosso estudo a partir das falas do instituído.

Pelo *Programa OP*, entrevistamos os dois representantes da Secretaria do Orçamento Participativo e Gestão Cidadã da Prefeitura da Cidade do Recife, sendo um a coordenadora responsável pela RPA 2 e o outro o coordenador da microrregião 2.1, no qual o bairro de Campina do Barreto se insere. Para estes o orçamento participativo está desenvolvendo ações na localidade de:

*“Mobilização e articulação para participação da população na gestão do orçamento público e acompanhamento das ações de gestão no bairro. [Entrevista, n. 21, 06/01/2004].*

*Estimular a participação da sociedade no projeto do Orçamento Participativo; acompanhar as obras em execução.” [Entrevista, n. 22, 09/01/2004].*

Tendo como metas mais precisas e prioritárias para a área:

*“Envolver cada dia mais a população nas decisões do poder público (Prefeitura do Recife) num processo de aprendizado mútuo.*

*Participação política consciente da população. [Entrevista, n. 21, 06/01/2004].*

*Sim. Criar um espaço de controle da sociedade.*

*Saneamento básico e habitação.” [Entrevista, n. 22, 09/01/2004].*

O que vemos acima são relações de verticalidades e horizontalidades entre o poder público e a população, na construção de uma democracia participativa, de grande importância para superarmos hábitos clientelistas arraigados na nossa História, ou conforme o professor Jan Bitoun, *“romper com a necessidade de querer ‘passar a perna’, querer ser mais hábil que o outro, mas sim, criar as cooperações necessárias para que, tanto o bairro, como a cidade, como a nossa vida, seja um pouco mais pacífica.”* [2002, p. 19].

Essa participação da população com os gestores se confirma quando foi indicada pelos mesmos. As entidades locais relacionam-se e têm contribuições destacadas, são elas (es):

*“Os delegados do Orçamento Participativo — muitos deles são das associações tradicionais: Daruê Malungo, Oratório da Divina Providência, Maracatu Cambinda Estrela e Representantes da COMUL. [Entrevista, n. 21, 06/01/2004].*

*Centro de Organização Comunitária de Chão de Estrelas; Grupo de Saúde Chão de Estrelas; Grupo Irmã Terezinha; Integração dos Moradores do Bairro do Fundão.” [Entrevista, n. 22, 09/01/2004].*

Segundo as entrevistadas, todos os representantes da comunidade se apresentam com contribuições destacadas, exceto a Integração dos Moradores do Bairro do Fundão, pois como o próprio nome diz, não faz parte da nossa área de estudo. Este exemplo vem mostrar que as escalas geográficas dos gestores não são as mesmas para o vivido, pois as ações podem dar-se pontuada ou na microrregião, ultrapassando os limites do bairro.

Na mesma direção, aponta o fato das entidades locais serem imprescindíveis ao trabalho dos gestores. A posição das entrevistadas foi unânime em afirmar este ponto:

*“São mobilizadores e articuladores da região (dos moradores). Não se faz participação popular sem articuladores. [Entrevista, n. 21, 06/01/2004].*

*Para construção de um processo democrático é necessário trabalharmos com todos os setores.” [Entrevista, n. 22, 09/01/2004].*

Já as ações são apontadas como fruto de reivindicações: as falas ficaram equilibradas com 50% afirmando sim, e 50% afirmando não.

As falas se repetem no que concerne à influência de outros canais representativos e à vida associativa em Campina do Barreto. Os canais representativos apontados foram os vereadores com 100% das entrevistas, já as críticas à vida associativa no bairro, indicaram ser as entidades locais muito divididas e muito personalistas com 50% cada. Estes resultados apesar de vir reforça nossa posição já apontada, qual seja, o do Orçamento Participativo ser das instâncias do gestor (Prefeitura) o que está mais próxima do vivido, nele existem muitas falhas que devem ser corrigidas nessa trajetória de aprendizagem e amadurecimento para a redemocratização da administração pública na cidade do Recife.

Entretanto dos setores analisados, o Programa Orçamento Participativo é que apresenta ter maior influência dos canais representativos, particularmente dos vereadores. Os setores de infra-estrutura e de serviços sociais alegaram terem a menor influência, tanto dos canais representativos, como das entidades de representação da população em seus trabalhos, no entanto, estes alegam que as ações resultam das reivindicações do vivido.

#### **4.3 Os Impasses e Desafios que Permanecem Dificultando a Concretização da Mudança**

Por trabalharmos numa abordagem geográfica, percebemos que a materialização dos bens e serviços necessários à população, não se apresentam distribuídos de forma homogênea no espaço, conseqüentemente, também, a cidadania (direitos de todos os indivíduos ao acesso a estes bens e serviços). Posição esta próxima de Paulo César da Costa Gomes, quando afirma que “... a cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida, ou seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial.” [2002, p. 9]. Em outras palavras, diz ele: “... a cidadania é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território.” [Idem, p. 173]. Onde para ele, “... ser cidadão é pertencer a uma determinada porção territorial, ou seja, esta é sem dúvida uma classificação espacial.” [Idem, p. 135]. É neste espaço que se concretizam estas ações (de bens e serviços).

Para o professor Milton Santos, “... a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe.” [1996, p. 116]. Entretanto, afirma ele: “... se distribuem territorialmente os indivíduos, segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo.” [Idem, p. 1]. Necessitando para isto de uma lei para igualar e regular os indivíduos.

Isto se confirma nas palavras do próprio Milton Santos, ao definir a cidadania como “... uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.” [Idem, p. 7]. Para nós, só a superação das dificuldades apontas ao longo da pesquisa e as que serão especificadas a seguir,

com a materialização das melhorias que faltam para esta camada da sociedade é que qualifica as pessoas no lugar como cidadãos e cidadãs.

Neste último tema, temos como objetivo identificar os possíveis impasses que permanecem dificultando a conquista da cidadania, apontada pelos dois lados de uma mesma moeda, a representação do vivido — as lideranças dos moradores e as delegadas do Orçamento Participativo —, e do outro, as representações do instituído — as técnicas, membros oficiais dos gestores entrevistados.

Em nossa análise, tomaremos como referência às questões solicitadas às entrevistadas, tanto do lado do vivido, como do instituído. Primeiramente, perguntamos quais as ações dos gestores em relação ao bairro, a sua comunidade ZEIS e quais os pontos que permanecem dificultando as conquistas das melhorias. Do lado do instituído, foram solicitadas que indicassem as maiores dificuldades para desenvolver as ações no bairro, tanto as provenientes do poder público, como as provenientes da comunidade.

Para a representação do vivido a comunidade Chão de Estrelas é mais beneficiada, com treze das indicações, 39,39%, por ser área ZEIS; seguido com oito (24,24%) que apontam não haver diferença no tratamento entre a parte mais antiga do bairro e a comunidade; e em terceiro, com seis (18,18%) os que consideram a parte mais antiga do bairro ser privilegiada. No entanto, na visão da população segundo as entrevistadas, Chão de Estrelas é discriminada, recebendo até alguns estereótipo como: Malvina, Correia, Vila do Rato, etc, com nove das indicações, 27,27%, e sendo também, apontada por cinco (15,15%) como a mais violenta; como mostram as falas abaixo:

*“(...) A parte antiga do bairro é mais assistida que a comunidade. [Entrevista, n. 5, 22/11/2003].*

*Eu acredito que deve haver um maior interesse por parte das pessoas de Campina do Barreto, porque, ao meu ver, na minha maneira de analisar, Chão de Estrelas há alguns anos atrás, ela era atrasada, tinha grandes problemas, tinha mais problema que Campina do Barreto. Hoje Chão de Estrelas é mais beneficiada, ela é mais desenvolvida, porque as lideranças trabalham mais, os próprios moradores participam mais, então tem de haver essa mesma coisa em Campina do Barreto. [Entrevista, n. 14, 02/12/2003].*

*Não há diferença. [Entrevista, n. 9, 26/11/2003].*

*Chão de Estrelas um terror. A situação de violência maior; ver nesse sentido um certo medo. (...) bem que a realidade daqui é*

*cruel. Mas lá chama até de Correia, né?! (...) É o que eu escuto, eu pessoalmente não vejo assim, (...) eles têm já um desenvolvimento bem melhor em alguns aspectos do que Campina do Barreto. [Entrevista, n. 21, 05/01/2004].*

*... Eu acho que eles estão com um pouco de medo, chão de Estrelas estar muito falada, muito violenta. As pessoas têm medo de vir para a comunidade.” [Entrevista, n. 12, 30/11/2003].*

As falas não deixam claro quais os reais benefícios implementados nas duas partes do bairro, entretanto, apontam a permanência da violência como uma das dificuldades do local.

No que se refere aos pontos que permanecem dificultando as conquistas das melhorias, trinta do total de trinta e três entrevistadas do vivido (Líderes e Delegadas do OP), afirmaram sim, ou seja, 90,91% apontam a existência das dificuldades. Já quando perguntados quais tipos de dificuldades? Nove das opiniões, 27,27%, destacam que a localidade depende das ações da prefeitura e do jogo político. Seguido da falta de união das lideranças, da falta de participação da população e da cooptação destas lideranças pelos políticos “profissionais” com oito das indicações, 24,24%; e em terceiro, a falta de trabalho na área de saneamento, pavimentação, habitação e transportes, com quatro — 12,12% — das entrevistas, como sendo empecilho para a conquista das melhorias, como podemos captar nas falas abaixo:

*“... a gente depende aqui da prefeitura, entendeu. (...) você sabe que hoje em dia tem de ter o jogo político, né?! Se você não entra na dele, você tá fora e, quem sofre somos nós que moramos na comunidade. [Entrevista, n. 1, 09/11/2003].*

*Existe esse trabalho: saneamento e pavimentação, drenagem e habitação. [Entrevista, n. 3, 19/11/2003].*

*A falta de participação da população; a interferência de políticos que corrompem as lideranças; falta de união das lideranças etc. [Entrevista, n. 25, 12/01/2004].*

*... Enquanto existir a política partidária é um ponto que dificulta a conquista, porque cada liderança pensa politicamente no seu; quem vai apoiar para vereador, para prefeito. (...) Eu vou pedir a prefeitura, Creuza vai pedir, o próprio Zezinho da cruz vai em busca, não é melhoria para ele, é melhoria para o bairro, então se é melhoria para o bairro, para mim não importa se é Roberto Magalhães, se é João Paulo, quem seja, importante que ele traga calçamento,*

*saneamento, segurança essas coisas para o bairro, trazendo para o bairro está beneficiando todo mundo, e aí fica a critério de cada um eleitor, de cada uma pessoa, votar em quem quiser; eu acho que a gente não tá naquele tempo não, que ter de votar naquele político que é meu, porque vai beneficiar. Mas, ainda hoje, na política de bairro, está acontecendo isso, fulano é candidato e usa o poder, certo; para derrotar o adversário. Se você não votar em mim vai perder o leite; se você não votar em mim vai perder isso, então eu acho que isso ainda é muito mesquinho e dificulta o andamento. Mas, infelizmente, tem lideranças que pensam assim, e dificultam o trabalho.* [Entrevista, n. 20, 12/12/2003].

*Um dos pontos é essa cultura de assistencialismo, o pessoal não se move, espera que caia tudo do céu, acomodados. É uma luta muito grande para arrastar, para acreditar que a luta é nossa...* [Entrevista, n. 21, 05/01/2004].

*Falta de articulação entre as lideranças.*” [Entrevista, n. 23, 15/01/2004].

As falas, ao contrário das anteriores, deixam bastantes claro quais os pontos que permanecem dificultando as conquistas das melhorias; algumas estão diretamente relacionadas às necessidades imediatas de sobrevivências. São estas que, provavelmente, levam as lideranças a serem cooptadas por políticos. Outras apontam um gestor voltado para outras classes — caso não haja interesse da população local em lutar não alcançará as melhorias. Ainda outras observam que a sociedade almejada estar pautada nos conceitos de acesso aos bens e serviços básicos, mas que faltam. E, por fim, os que indicam a necessidade de tomada de consciência para se organizarem de forma articulada, se quiserem modificar as relações de desigualdade socioeconômicas que são à base da sociedade capitalista. Como bem coloca Araújo et al.: “... enquanto dominados, só terão forças se se juntarem.” [1993, p. 90]. E continua ela: “Diante disto, não esperam que o poder público transforme esta realidade mas que só organizados poderão construir sua cidadania.” [Idem].

Sendo assim, as expectativas das lideranças e das delegadas do Orçamento Participativo com o trabalho almejado estão voltadas para o atendimento das necessidades básicas imediatas, o que se observa em todo o processo, quando das reivindicações já apontadas. Entretanto, o projeto de uma cidadania plena só será real quando uma nova ordem social, na qual possam ser satisfeitos às necessidades de habitação, saúde, educação, trabalho/renda e lazer entre outras, se concretizem de fato; pois como o professor Milton Santos nos lembra:

*“O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.” [1996, p.7].*

E continua ele:

*“O discurso das liberdades humanas e dos direitos seus garantidores é, certamente, ainda mais vasto. Tantas vezes proclamado e repetido, tantas vezes menosprezados. O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados.” [Idem].*

Do lado do instituído, segundo as entrevistadas, as maiores dificuldades encontradas para desenvolver as ações no bairro, provêm do próprio poder público: são as faltas de recursos financeiros (verbas), com onze — 50% — das indicações; seguida com três — 13,64% — a falta de integração e disputa interna por espaço entre as diversas secretarias, respectivamente; e em terceiro a existência de muita burocracia e grande morosidade das instituições públicas no atendimento, com dois (9,09%) das entrevistas cada.

Já as dificuldades que provêm da comunidade destacam-se empatados em primeiro lugar: a cultura política tradicional e as questões não respondidas, com quatro indicações cada (18,18%), respectivamente; em segundos também empatados, o baixo nível de instrução e de organização das representantes das entidades existentes na comunidade, com três indicações cada (13,64%), respectivamente; e por último, entre as mais destacadas, a falta de interesse da comunidade (participação da população) com dois (9,09%) das indicações; como percebemos nas falas abaixo:

*“Do lado da administração pública mesmo da cidade, eu acho que a grande dificuldade é a questão de recursos para atender essa grande demanda que a gente tem, não só na área de habitação, na área de saúde, educação. (...). Porque habitação exige um recurso muito alto, um investimento não só material, mas também, recursos humanos. (...). Agora, assim, por parte, o*

*feedback, eu acho que o poder da comunidade precisa se organizar melhor, para poder participar e ter mais força.* [Entrevista, n. 8, 29/12/2003].

*Poder Público: integração das ações; disputa interna por espaço. Comunidade: cultura política tradicional...* [Entrevista, n. 12, 15/01/2004].

*Em relação ao poder público é à questão da verba destinada ao PREZEIS (não dá para contemplar as ações apontadas pelos moradores e representantes). Em relação à comunidade, acho que falta mais participação nas reuniões e apoio aos representantes locais.* [Entrevista, n. 15, 08/01/2004].

*Comunidade: falta de organização política (incipiente); falta de representatividade das entidades (legitimidade). Poder Público: ausência de recursos e dimensão acentuada dos problemas.* [Entrevista, n. 17/01/2004].

*A grande dificuldade em desenvolver ações na área, estar relacionada ao descrédito da população em relação ao poder público. (...) Quanto ao poder público as dificuldades provêm dos entraves burocráticos e morosidade das instituições, o que cria uma ansiedade na comunidade (...). Enfim, é uma relação estreita entre as dificuldades da comunidade e as do poder público.”* [entrevista, n. 19, 08/01/2004].

Os depoimentos acima, apesar de serem das representações dos gestores, vêm reforçar as posições do vivido, já apontadas ao longo da pesquisa. Diante disto, poderíamos afirmar que a cidadania é algo interligado ao poder, pois este se apresenta na figura do gestor, o qual tem a tarefa de arrecadar da sociedade os impostos e revertê-los em forma de bens e serviços para distribuí-los a toda população. Estes bens e serviços são a materialização da cidadania, como afirma o geógrafo Milton Santos.

Na prática, estes bens e serviços são na sua maioria direcionados para as camadas mais privilegiadas economicamente, e de maior poder, em detrimento das classes empobrecidas; a cidadania, que é um direito universal, fica assim fragmentada, ou nas palavras de Milton Santos, uma cidadania incompleta, um cidadão mutilado, um espaço sem cidadão [1996].

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, ‘sente’. (...). O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa ‘saber’ sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado”.*

(GRAMSCI, 1986, p. 138-9)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção deste trabalho foi bastante longo. O primeiro desafio foi a escassez da bibliografia no campo da ciência geográfica que aborde as questões referentes aos movimentos sociais. O segundo, a escassez das fontes de estudo específicas da área geográfica da pesquisa e o terceiro a conciliação os tempos disponíveis dos entrevistados e entrevistadas para a realização da pesquisa; pois do lado do gestor, há falta de tempo para agendar um horário, e do lado do vivido, o receio de alguns líderes em dar as informações, além de outras dificuldades de ordem profissional do pesquisador.

Do ponto de vista teórico, procuramos demonstrar como se dá o relacionamento entre o vivido e o instituído na localidade em estudo para melhoria da qualidade das ações destinadas à população local, procurando desvendá-las, à luz das categorias do real, legadas pelo geógrafo Milton Santos (1997a; 1997b; 2000a; 2000b; 2001), acerca da produção do espaço: as horizontalidades e as verticalidades.

Em nossa área de estudo, um elemento apresentava-se relevante, o fato das principais entidades de representação da população local terem seus representantes, ou melhor, seus responsáveis nascidos do movimento popular de luta pela moradia. Isto leva-nos ao primeiro questionamento, qual seja, identificar a relação dos marcos da história pretérita do espaço do bairro de Campina do Barreto e seu entorno, para o surgimento dos movimentos sociais reivindicatórios.

Garimpendo na escassa literatura que aborda a área, identificamos que as ações humanas e técnicas têm sido, desde a instalação dos colonizadores portugueses no século XVI, o de construir uma periferia, primeira de Olinda, e posteriormente, de Olinda e Recife (capital), ao nosso ver, levando o espaço em apreço a desempenhar, ao longo do tempo, vários papéis sempre de “missão periférica”: no início produtora de matérias-primas (cana-de-açúcar e madeira), posteriormente, fornecedora de produtos diversos provenientes dos sítios e fonte de abastecimento de água para Olinda e Recife através do rio Beberibe (capítulo I), como também, depósito das “mazelas”, a exemplo do matadouro de Peixinhos, transferido do centro (núcleo urbano) pelas políticas higienistas do século XIX, que atraiu uma população constituída de mão-de-obra em sua maioria de baixa qualificação, de desqualificados e miseráveis, aprofundando o processo de periferização e ocupação da área estudada, produzindo espaços menos luminosos (Santos, 1997a; 1997b). A desativação do referido matadouro vai agravar o estado de penúria da população que dele se utiliza (como visto no capítulo II). O espaço em estudo resulta, no seu conjunto, dessas missões, todas expressões de verticalidades no decorrer da história.

Os grandes espaços vazios existentes nas margens do rio Beberibe, até início da década de 1980, foram paulatinamente ocupados a partir de 1958, devido à proximidade do centro da capital pernambucana e aos efeitos da política contra os mocambos, implementada no governo de Agamenon Magalhães em 1939, expulsando do centro uma população pobre que morava em mocambos sem que se resolvesse o grande déficit habitacional no Estado.

Mas, em face das enchentes que inundavam os bairros de população de classe média do Recife e Olinda, e, conseqüentemente, as comunidades (favelas) nas margens do rio Beberibe — Cabo-gato, Antártica, Cajueiro, Depuradora etc. — levaram o Estado em parceria com o DNOS em 1979, a empreender esforços para solucionar o problema. O resultado foi o surgimento da Comunidade Chão de Estrelas localizada no bairro de Campina do Barreto, nosso objeto de pesquisa. Lembramos que a referida comunidade, encontra-se dividida, uma parte pertence ao citado bairro e a outra, ao bairro dos Peixinhos, segundo a divisão política administrativa da Cidade do Recife, mesmo sem o reconhecimento da população local.

Mas a conquista da moradia e a luta contra a repressão sofrida no período de autoritarismo pelas populações ribeirinhas necessitaram da união (organização) destas. Lembramos ainda que as novas moradias “doadas” pelo poder público, não vieram completas: faltavam e faltam equipamentos de infra-estruturas sociais, além de estarem sendo usadas

como estratégia de cooptação e esfacelamento de suas lideranças, intensificando a necessidade dos moradores e moradoras de manterem o movimento de reivindicação.

A consequência disso é o processo de organização comunitária e um diferencial na execução das ações e na paisagem entre a Comunidade Chão de Estrelas em relação ao restante do bairro de Campina do Barreto, por conta tanto do poder de reivindicação da população da comunidade, como por ser esta, hoje, área ZEIS (como vimos no capítulo III); fruto das ações em sua maioria de natureza horizontal, correspondendo à cooperação entre moradores.

Mesmo com a necessidade imediata suprida, e a população não vendo o porquê de se reunir, aliado às estratégias utilizadas pelo poder público para desmobilização do movimento reivindicatório quando da remoção, não houve um esfacelamento completo do processo de organização, obtendo, por exemplo à criação da sopa comunitária, a rádio comunitária, as sedes da associação dos moradores e moradoras e do centro de organização comunitária, a conquista da linha de ônibus, do campo de futebol entre outras. Estas experiências foram importantes para o processo de formação das diversas entidades de representação da população local que vão se formar.

Essas entidades de representação da população local, em sua maioria, constituíram-se entre os anos de 1985 a 1995, em decorrência da permanência da falta de vários serviços sociais e de infra-estrutura urbana, os quais também, correspondem aos objetivos de existência das mesmas, sendo ainda os principais elementos de reivindicação para melhoria da localidade. A maioria das entidades mantém-se com a ajuda de convênios com ONG's e subvenções dos poderes públicos e da venda de seus próprios produtos.

Para atendimento das reivindicações, as entidades utilizam principalmente, estratégias tais como ofícios, abaixo-assinados e solicitações de audiências com órgãos públicos responsáveis, além do apoio de algum político e das articulações entre elas, tendo como principais interlocutores públicos a Prefeitura e o Governo do Estado.

Já a participação política da representação do vivido nas reuniões promovidas pelas diversas representações dos gestores, demonstra ter grande presença, principalmente, quando se realizam nas proximidades das residências dos entrevistados e entrevistadas, são o caso do Orçamento Participativo e da COMUL. Não ocorrendo o mesmo com o PREZEIS, a EMLURB e os Conselhos Setoriais, onde a exceção é o conselho de saúde e educação, que apontaram ter uma boa participação e articulação.

Foi afirmativa também, a participação nas decisões quando da realização de obras na localidade, contribuindo e materializando a cidadania. Estes novos modelos de participação confirmam as mudanças nos relacionamentos entre os movimentos sociais de bairros e os gestores em relação às décadas passadas, utilizando-se agora das parcerias.

A comunidade, pertencendo à ZEIS Campo Grande e possuindo sua COMUL, pode se beneficiar tanto do Fundo do PREZEIS, do OP como do próprio PROMETRÓPOLE, além de ficar “protegida” da especulação imobiliária. Nesta mesma linha de ações é que vemos a contribuição dos delegados e delegadas do Orçamento Participativo; entretanto, nossas observações apontam que estes e estas, em sua maioria, demonstram terem ainda pouca clareza de seus papéis, limitando um bom desempenho na função; acreditamos, seja pela pouca experiência de participação, aliado à baixa consciência política, escolaridade e renda.

A participação dos gestores na produção do espaço da área em estudo foi analisada a partir de dois setores e uma secretaria, a saber: serviços sociais básicos, infra-estruturas básica e programa Orçamento Participativo da Prefeitura. Vimos que as ações desenvolvidas ou a serem desenvolvidas confirmam as necessidades básicas já apontadas pelas lideranças do vivido, e como também, sua insuficiência. Foi ainda apontado pela maioria das representações dos gestores, que as ações para a área de Campina do Barreto são resultantes das reivindicações das representações da população local, e que estas também são imprescindíveis ao seu trabalho. A preocupação nossa é que não fique apenas na esfera do discurso.

Já a influência de outros canais representativos, vereadores, deputados e partidos, nos trabalhos dos gestores, apresenta-se dividida: parece existir nas áreas de infra-estrutura e do programa OP e ser menos evidenciada no setor de serviços sociais básicos.

Analisando as entrevistas aplicadas aos gestores e integrando nossas observações, podemos afirmar que a vida associativa na área da pesquisa apresenta-se muito dividida e personalista, e que, das áreas analisadas, o programa Orçamento Participativo é o que tem uma relação mais próxima do vivido, ficando o contrário com a infra-estrutura.

No último tema analisado, vimos as representações do vivido apontarem que a comunidade, por fazer parte de área ZEIS, é mais beneficiada nas ações do gestor em relação ao restante do bairro, como também, reforça a insuficiência no atendimento das necessidades básicas imediatas, com destaque para a segurança. Destacam ainda, como dificuldades para a conquista das melhorias: a dependência das ações da prefeitura e o jogo político, a falta de

união das lideranças, falta de participação da população local e a cooptação das lideranças pelos políticos “profissionais”.

Do lado das representações do instituído, avaliando a comunidade, destacam-se a cultura tradicional, o baixo nível de instrução e organização das entidades, com também, a falta de interesse da comunidade (participação da população); as dificuldades que provêm do gestor, são a falta de recursos financeiros, de integração e disputa interna entre as secretarias, a grande burocracia e morosidade no atendimento. Este ponto (capítulo IV) apresenta um certo equilíbrio na produção do espaço local entre os vetores horizontalidades e verticalidades.

Outros aspectos a destacar: é a grande participação das mulheres na vida política local; a confirmação de nossa hipótese, qual seja, as representações dos gestores reconhecerem a insuficiência de suas ações no atendimento das demandas ao vivido, e esclarecer que não existe uma linearidade “natural” na “missão periférica” do lugar, apenas ações decorrentes de decisões hegemônicas, que julgamos serem periféricas pelos seus fins, mas que se repetiram ao longo do tempo na produção do espaço pesquisado. Alertamos ainda que “*o processo de periferização não pode ser confundido com a distância física em relação aos centros urbanos.*” [Almeida, 2003, p. 230].

Finalmente, acreditamos termos demonstrados os elementos necessários para compreensão da emergência dos movimentos sociais na localidade e sua importância para a formação das diversas entidades de representações da população e para o relacionamento deste com o gestor, e, conseqüentemente, as conquistas das melhorias alcançadas e a serem alcançadas.

Depois de analisadas as práticas dos pobres e constatado que as mudanças no cenário político social do país e local, levaram os movimentos sociais, em particular, o movimento popular de bairro a uma crise, que teve como conseqüência, pelo menos em nossa área de pesquisa, a profissionalização de líderes individualistas, com ações clientelistas e assistencialistas. Diante do exposto, podemos perguntar, “ainda existe movimento popular e de caráter reivindicatório na localidade pesquisada?”. Pesquisas futuras poderão responder. Entretanto, para finalizar, seguem as possíveis sugestões de soluções elencadas abaixo:

- Perceber a necessidade das lideranças de voltarem a dar as mãos (se articular em suas ações) como no período da remoção para a comunidade, acabando

com o individualismo e a concentração de poder decisório em uma única pessoa (um líder);

- não deixarem serem levados (serem cooptados) por políticos profissionais, os quais geram apenas disputas entre si, subordinando os interesses da coletividade local aos destes políticos. Isso é necessário para a superação desse tipo de política partidária que leva ao clientelismo;
- realizar reuniões entre as entidades locais para discutir os problemas e necessidades da população e os encaminhamentos para solução, e também, discussões de questões políticas que levem a aumentar o nível de participação e conscientização política da população local;
- cobrar da população local uma maior participação nas diversas instâncias de representação existente, tanto nas próprias entidades do bairro, como nas ONG's, nos conselhos setoriais, sindicais etc., inclusive, nas mobilizações das reivindicações, caso contrário às conquistas ficam difíceis. Não esquecendo que na nossa sociedade a relação entre sociedade civil e poder público (Estado) se dá em forma de representação;
- apoiar o Programa PROMETRÓPOLE, pois trará melhorias para a área, sem deixarmos de acompanhar de perto, uma vez que nossa experiência tem mostrado que obras de grande envergadura e de longo tempo nem sempre são concluídas;
- intensificar, contribuindo na fiscalização de obras públicas na localidade.

Do lado dos gestores:

- Promover uma maior intensificação no entrosamento e participação de algumas secretarias ou setores com as representações da população local e com a própria população, com postura não assistencialista, a exemplo do Orçamento Participativo;
- incentivar e priorizar as reivindicações da representação do vivido, pois este representa a essência da participação e tem maior representatividade, respaldo

e legitimidade que outros canais de representação; pois os outros canais nem sempre representam de fato o interesse do vivido;

- respeitar o vivido, atendendo-o em suas solicitações, pois são direitos básicos constitucionais, sem diferenças de classes;
- observar que, na questão da falta de verbas, tal fato ocorre por dois motivos: primeiro, necessidade de maior controle tanto na fiscalização da arrecadação dos impostos, como na utilização e distribuição dos recursos. Segundo, na falta de uma política de isonomia salarial no funcionalismo público, onde alguns setores dos três poderes têm altos salários (inclusive dar aumentos por conta própria), não sobrando recursos para ações; necessitando desenvolver uma política clara e transparente nesta direção;
- administrar para o bem comum. Só assim, supera-se a falta de integração e disputa interna entre as secretarias e partidos políticos diferentes;
- desburocratizar as instituições públicas. Lembramos que as novas tecnologias como a informática pode contribuir para isso, etc.

Essas sugestões apresentam um nó difícil de ‘desatar’ (materialização), pois mexem com hábitos e interesses arraigados nos dois lados da mesma moeda (do vivido e do instituído), mas indispensáveis para mudança de hábitos e para conquistas de soluções. Ou, em outras palavras, para as reais conquistas das melhorias, não só da população local, como da maioria da sociedade brasileira, que precisa juntar esforços para ‘desatar esse nó’ entre o vivido e o instituído.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-184.
2. ALBUQUERQUE, Maria Jaci Câmara de. Citações e sistemas de chamada. *Notas e Comunicações de Geografia*, Recife UFPE, Departamento de Ciências Geográficas, n.22, 1999. (Série B Textos Didáticos).
3. ALMEIDA, Elza Pinto. O Processo de Periferização e Uso do Território Brasileiro no Atual Período Histórico. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003, p. 213-239.
4. AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
5. ANDRADE, Manoel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife, UFPE: Ed. Universitária, 1979.
6. \_\_\_\_\_. *Poder político e produção do espaço*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco: Massagana, 1984.
7. \_\_\_\_\_. *Economia pernambucana no século XVI. 2ª ed.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
8. ARAÚJO, Maria do Socorro Santos de Souza, CUNHA, Maria Magnólia Leal da e MUSSER, Rosimar dos Santos. *Chão de Estrelas: o brilho das histórias de luta de um povo - uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife*. 1993. Monografia (Especialização em Associativismo) UFRPE: Universidade de SHERBROOK–IRECUS–Canadá, Recife.
9. *ATLAS AMBIENTAL DO RECIFE*. Ronald Albuquerque Vasconcelos, Onilda Gomes Bezerra (org.). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000.

10. BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. In: FISCHER, Tânia D. (org.). *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
11. \_\_\_\_\_. Análise dos bairros do Recife através da distribuição de renda. *Revista de geografia*, ed. Especial. Recife: UFPE, p. 41-55, 1996.
12. \_\_\_\_\_. Território do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). *Rev. de Geografia*. Recife, v. 18, n. 2, p. 41-54, jul./dez, 2000.
13. \_\_\_\_\_. Gestão Pública Municipal e seus instrumentos. In: SILVA, Evanildo Barbosa da e SOUZA, Luzia de Marillac Melo (orgs.). *Orçamento Participativo em Recife: gestão do planejamento, exercício de cidadania*. Recife: FASE Pernambuco, agosto/2002, p. 07-19. (Série Cadernos FASE: Aprendendo com o exercício de cidadania, n. 1).
14. BURNS, Edward Mcnall. *História da civilização ocidental: o drama da raça humana*. 3ª.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1973. v. 1.
15. CABRAL, Augusto Antonio Campelo. *Educação ambiental na escola de ensino fundamental: uma experiência na comunidade de Campina do Barreto*. 1999. Monografia (Especialização em Ensino da Geografia) — UFPE: Recife.
16. CAMARGO, Candido Procopio Ferreira de et al. Comunidades eclesiais de base. In: SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: CEBRAP, 1980.
17. CAMPOS, Hernani Leobler. *A bacia hidrográfica do Beberibe: um enfoque ambiental*. 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE:Recife.
18. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1989.
19. *CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1989*. Recife: Cia Editora de Pernambuco.
20. CARLOS, Ana Fani Alessandri. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *A geografia em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 79-91. (Col. Repensando o Ensino).
21. \_\_\_\_\_. *A (Re)Produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
22. CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
23. \_\_\_\_\_. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
24. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos. v. 1 a 10*, Recife: FUNDARPE, 1983. (Col. Pernambucana — 2ª fase).
25. COSTA, João. Orçamento Público Municipal: potencialidades e desafios. In: SILVA, Evanildo Barbosa da e SOUZA, Luiza de Marillac Melo (orgs.). *Orçamento Participativo em Recife: gestão do planejamento, exercício de cidadania*. Recife: FASE Pernambuco, agosto/2002, p. 21-29. (Série Cadernos FASE: Aprendendo com o exercício de cidadania, n. 1).

26. DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (org.). *A geografia na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 50-61. (Col. Repensando o ensino).
27. DUTRA, Patrícia Angélica. *Trajetórias de criação do mamulengo do Profº Benedito em Chão de Estrelas e mais além – ato, ritual, arte e cultura popular*. 1998. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social — UFSC: Florianópolis.
28. ETAPAS — EQUIPE TÉCNICA DE ASSESSORIA, PESQUISA E AÇÃO SOCIAL. *Jornal cidadania*. Recife, n.2, abril/maio, 1999.
29. \_\_\_\_\_. *Velhas histórias novas conquistas: ZEIS Novo Prado, Bongí*. Recife, dez. 2001.
30. EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairros e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro et al. (org.). *Cidade, povo e poder*. 2º.ed. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1985. v. 5.
31. FALCÃO, Verônica. Rio - 92 Faz 10 Anos com poucos resultados. *Jornal do Commercio*. Caderno Cidade, 09/06/2002, p. 24.
32. FERNANDES, Antônio Araújo. *Gestão municipal e participação social no Brasil: a trajetória do Recife e Salvador (1986 — 2000)*. São Paulo: ANNABLUME; FAPESP, 2004.
33. FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Redes de solidariedade e movimentos reivindicativos urbanos. In: MELO, Norma Lacerda de e LEAL, Suely Maria Ribeiro (orgs). *Relação público – privado: do local ao globo*. 2ª. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 231-260.
34. \_\_\_\_\_. Redes de Movimentos Sociais: um estudo dos movimentos de bairro da zona norte do Recife. In: FONTES, Breno Augusto Souto-Maior (org.). *Movimentos sociais: motivação, representação e produção de sentido*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p. 183-224.
35. FREYRE, Gilberto. *Olinda. 2a. guia prático, histórico e sentimental da cidade brasileira*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.
36. FUNDAÇÃO IBGE. *Contagem da população de Pernambuco*, 2000.
37. GADÊLHA, Everaldo da Rocha. *Região Metropolitana do Recife: o espaço de suas relações funcionais*. 1997. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.
38. GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco*. v. 1 a 4, Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1908.
39. GIOVANNETTI, Gilberto e LACERDA, Madalena. *Melhoramentos: dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.
40. GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
41. \_\_\_\_\_. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros*. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1995.
42. \_\_\_\_\_. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001a.
43. \_\_\_\_\_. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos Brasileiros*. 2º. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001b.

44. \_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
45. GOMES, Carin Carrer. Conhecer o Lugar e Transformar o Mundo: o espaço geográfico como possibilidade. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003. p. 483-494.
46. GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
47. GOULART REIS FILHO, Nestor. *Evolução urbana do Brasil: 1500 / 1720*. São Paulo: Pioneira, 1968.
48. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
49. HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
50. INFORMAÇÃO VERBAL. Informação fornecida em entrevista pelo Sr. Manoel Nascimento da Silva (Manoel da Ponte). Antigo morador do bairro pesquisado (Campina do Barreto), maio/1998.
51. JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955 — 1968)*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1990.
52. JORNAL DO COMMERCIO. *Caderno cidade*. Recife, 12/10/2002.
53. JORNAL. *O CHÃO DE ESTRELAS: Instrumento de cidadania e ação cultural*. Ano I. Recife, junho, 1996. n. 00.
54. JUCÁ, Maria Joselice de V. Estudo sobre as Companhias urbanas de Pernambuco no século XIX. In: PERNAMBUCO, Governo de. *Ensaio Pernambucanos*. SEC: Recife, 1977. p. 31-77. (Coleção Pernambucana, Vol. VI).
55. LACERDA DE MELO, Mário. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. UFPE: DCG, 1977.
56. LEAL, Suely Maria Ribeiro. Modelos de descentralização política na gestão local: os novos formatos na década de 90. In: MELO, Norma Lacerda de e LEAL, Suely Maria Ribeiro (orgs). *Relação público – privado: do local ao globo*. 2ª. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 82-125.
57. \_\_\_\_\_. *Fetice da Participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil*. Recife: Ed. do Autor, 2003.
58. *LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE, 1990*. Recife: Câmara Municipal do Recife.
59. LIMA, Maria José de. *Movimentos populares: uma questão de cidadania*. 1992. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), FAFIRE-UFPE: Recife.
60. LINS, Rachel Caldas. *Caracterização ambiental da cidade do Recife*. Recife: Arquivo Público Estadual. (Xerox s/d).
61. LOSTAO, Salvador Soler. *PREZEIS: Um processo de participação na formação da cidade*. Recife: CEAS Urbano/PE, set. 1992. (Versão popular da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano — UFPE: Recife, 1991).

62. MACIEL, Ayrton. Comunidade faz do lixo uma fonte de renda. *Diário de Pernambuco*, 16/10/1994. Caderno Vida Urbana, p. B 8.
63. MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. 2ª. ed. Natal (RN): Argos, 2001.
64. MARINHO, Geraldo. *Uma política inovadora de urbanização no Recife: 10 anos do PREZEIS*. Recife: CEPJC: ETAPAS: FASE, 1999.
65. MORA, Luís de La. Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço urbano recifense. In: REZENDE, Antonio Paulo (org.). *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
66. MOURA, Susana. Redes de ação pública na gestão local: tendências atuais. In: MELO, Norma Lacerda de e LEAL, Suely Maria Ribeiro (orgs.). *Relação público - privado: do local ao global*. 2ª. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. p. 65-85.
67. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secorçamento/oque.html>. Acesso: 10/09/2003, p. 1.
68. OUTTES, Joel. *O Recife: gênese do urbanismo 1927—1943*. Recife: FUNDAJ: Ed. Massangana, 1997.
69. PAIVA, José Maria de. Comunidade eclesiais de base. In: POMPERMAYER, Malori José (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 141-168.
70. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1984.
71. PARAHIM, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: SEC, 1978.
72. PAULA, Ovídio Ferreira de. A Favela Numa Cidade Grande. In: BRITTO, Luiz Percival Leme e FORTUNATO, Marisa. *Imagens e leituras do cotidiano*. Campinas: Ed. Do Autor, 2002.
73. PERNABUCO. Governo do Estado de. *Decreto Lei n. 235, de 9 de dezembro de 1938*. Imprensa Oficial: Recife, 1939.
74. \_\_\_\_\_. *Decreto n. 503, de 19 de junho de 1940*. D. O. de 20/06/1940.
75. \_\_\_\_\_. *Decreto Estadual n. 5.532*, D. O. de 12/01/1979. D. O. de 12/01/1979. p. 4.
76. \_\_\_\_\_. *Decreto n. 5.973*, D. O. de 15/09/1979. D. O. de 15/09/1979. p. 2.
77. \_\_\_\_\_. *D. O. de 20/06/1985*.
78. \_\_\_\_\_. *Decreto Lei 16.898 de 08 de fevereiro de 1995*.
79. PREFEITURA, da Cidade do Recife. *Decreto Municipal n. 3079*. D. O. do Estado de 15/09/1938.
80. \_\_\_\_\_. *Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife: Lei n. 15.547/91*. Recife, 1992.
81. \_\_\_\_\_. *Decreto Municipal n. 16.293*, D.O.M. de 04/02/1997a.
82. \_\_\_\_\_. *Lei 16.176/96, Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife: atualizada com as alterações introduzidas pela Lei 16.289*, D.O.M. de 29/01/1997b.

83. \_\_\_\_\_. *Relatório das áreas dos bairros*. Empresa Municipal de Informática (EMPREL), 1998.
84. RAICHELIS, Raquel. *Legitimidade popular e poder público*. São Paulo: Cortez, 1988.
85. REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antigüidade e Idade Média*. 6ª. ed. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1.
86. REZENDE, Antônio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
87. \_\_\_\_\_. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.
88. \_\_\_\_\_. O Recife: História de uma cidade. Recife: *Jornal do Commercio*, Encarte, 2000. v. 8-9.
89. SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Recife, Hucitec: Ufpe: Cnpu, 1978.
90. \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
91. \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. 1ª. ed. 1ª. Reimp. São Paulo: Nobel, 1988. (Col. Espaços)
92. \_\_\_\_\_. *Manual de geografia urbana*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
93. \_\_\_\_\_. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo* 3ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
94. \_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991a.
95. \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
96. \_\_\_\_\_. *O espaço cidadão*. 3ª. ed. São Paulo: Nobel, 1996. (Col. Espaços)
97. \_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.
98. \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e Emoção*. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
99. \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
100. \_\_\_\_\_. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 1º.ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000b.
101. \_\_\_\_\_. SILVA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
102. SANTOS JUNIOR, Orlando Alves de. *Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.
103. SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. — 22º. ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT — São Paulo: Cortez, 2002.
104. SILVA, Evaldo Barbosa da. Orçamento Participativo em Recife: Aprendizagem e desafios. In: SILVA, Evanildo Barbosa da e SOUZA, Luiza de Marillac Melo (orgs.). *Orçamento Participativo em Recife: gestão do planejamento, exercício de cidadania*. Recife: FASE Pernambuco, agosto/2002. p. 41-43. (Série Cadernos FASE: Aprendendo com o exercício de cidadania, n. 1).

105. SILVA, Iranise Alves da. *A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB*. Rio de Janeiro: Agir, João Pessoa: UFPB, 1987.
106. SILVA, Maria Geane Bezerra da. *Grandes empreendimentos: as modernizações e a reconfiguração territorial promovida entre os centros urbanos de Recife e Olinda*. 1999. Projeto de Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.
107. \_\_\_\_\_. *Grandes empreendimentos: as modernizações e a reconfiguração territorial promovida entre os centros urbanos de Recife e Olinda*. 2000. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFPE: Recife.
108. SILVA, Neide e GERARD, André (coord.). *O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e 1989*. 2ª. ed. Recife: ETAPAS, out.1989. v. 1. (Cadernos, Movimento de Bairro).
109. SILVA, Neide Maria da, AMORIM, Márcia Maria da Silva e MONTENEGRO, Antonio Torres. *Movimento de bairro: repetição/invenção*. Recife: ETAPAS, 1988.
110. SILVA, Tarcísio. *Do discurso à prática: associativismo e participação popular – um estudo de caso da Comunidade de Chão de Estrelas – Recife/PE*. 2000b. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.
111. SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 9ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
112. SOUZA, Roberto Silva de. *Zona rural de Olinda-PE: contradições da produção e reprodução do espaço em um contexto metropolitano*. 2001. Dissertação de Mestrado em Geografia — UFBA: Salvador.
113. SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
114. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves et al. *Orçamento Participativo: Democratização da gestão pública e controle social, as experiências de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal*. Rio de Janeiro: FASE, s/d.

## VÍDEO

*A nossa História é a História de Cabo Gato*. Recife: Produção: Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas. Espia Vídeo, setembro de 1988.

16. UNIÃO DO BEIRA – RIO. *Projeto União do Beira – Rio: Cabo Gato – Peixinhos*. Recife: Conselho de Moradores, dez/1979.
17. CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1987.
18. \_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
19. COSTA, Eda Maranhão Pessoa da. *Expansão urbana e organização espacial*. Recife: UFPE: Ed. Universitária, 1982.
20. CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação (NBR 1424/2002)*. Niterói: Intertexto, 2003.
21. DALLARI, Dalmo A. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos, 104).
22. DIAS, Maria Ester B. *A dialética do cotidiano: trabalho social em conjunto habitacional*. São Paulo: Cortez, 1982.
23. GEORGE, Pierre. *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro – São Paulo: Companhia Editora FORENSE, s/d.
24. GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira e SILVA, Bárbara-Christine M. Nentwig. *Quantificação em geografia*. São Paulo: DIFEL, 1981.
25. GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
26. \_\_\_\_\_. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
27. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
28. HOFMANN, Werner. *A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
29. KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Col. Estudos Brasileiros; v. 4).
30. LINS, Carlos José Caldas. *Crescimento dos centros urbanos no nordeste do Brasil no período 1960—1970*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1990.
31. LOJKINE, Jean. *O Estado e a questão urbana*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
32. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3ª. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
33. MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
34. MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa quantitativa em saúde*. 7ª. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
35. MOTA, Mauro. *Bê-a-bá de Pernambuco ou apontamentos para uma biografia do Estado*. Recife: FUNDJ, Ed. Massangana, 1991.
36. NOVAES, Ferdinando. *Olinda: evolução urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.
2. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Migrações internas e o Recife*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. (Série Estudos e Pesquisas, 12).
3. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 3ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
4. BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. In: FISCHER, Tânia D. (org.). *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
5. BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
6. BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 2ª. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
7. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
8. \_\_\_\_\_ (org.). *Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo HUCITEC, 1996.
9. \_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
10. \_\_\_\_\_, DAMIANI, Amélia Luisa e SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
11. CASTRO, Josué de. *Ensaio de geografia humana*. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
12. \_\_\_\_\_. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
13. CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do corpo santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1977.
14. CENTRO JOSUÉ DE CASTRO; ETAPAS e FASE NE. *PREZEIS: o olhar dos moradores*. Recife, junho/ 2000.
15. CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo: DIFEL, 1985.

37. PLANO DE REGULARIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL – PREZEIS. *Instrumento de luta: melhorando a qualidade de vida*. Recife: URB RECIFE, 2001.
38. PREFEITURA, da Cidade do Recife. *Ciclo do Orçamento Participativo*. Recife: Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã, s/d. (Cadernos do Orçamento Participativo n. 1).
39. RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
40. REIS, Heraldo da Costa. *Entendendo e participando da elaboração do orçamento municipal: o que é preciso saber sobre orçamento público*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.
41. \_\_\_\_\_. *A linguagem orçamentária – para elaborar e acompanhar a execução do orçamento: o que precisa saber sobre orçamento público*. Rio de Janeiro: IBAM, 1998.
42. RIBEIRO, Neuza Maria Góis. *Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.
43. SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico*. 5ª. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.
44. SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
45. \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
46. \_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
47. SCHMIDT, Benício V. e FARRET, Ricardo L. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; 1986. (Col. Brasil: os anos de autoritarismo).
48. SINGER, PAUL e BRANT, VINÍCIUS Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, RJ: Vozes: CEBRAP, 1980.
49. SOUZA, Fernando Antonio Santos de. *O significado histórico da Vila Jorge Pimenta no Recife – PE: uma interpretação do ambiente construído habitado*. 2000. Dissertação de Mestrado, MDU – UFPE: Recife.
50. SOUZA, Marcelo Lopes de. *A B C do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
51. SOUZA, Maria Adélia de. *Governo urbano*. São Paulo: Nobel, 1988. (Col. Espaço).
52. TEIXEIRA, Marlene P. V. e MACHADO, Rosa Maria. Conceito de Bairro: unidade popular ou técnica? In: CASTRO, Iná Elias de (coord.). *Anuário do Instituto de Geociências 1986*. Rio de Janeiro: UFRJ: PROED, 1987.
53. TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
54. VASCONCELOS, Ronald Fernando Albuquerque. *Descentralização política-administrativa na cidade do Recife: o caso do esgotamento sanitário na gestão da Frente Popular, 1986—1988*. 1995. Dissertação de Mestrado, MDU — UFPE: Recife.
55. VILLASANTE, Tomás R. (coord.). *Las ciudades hablan: identidades y movimientos sociales em seis metrópolis latinoamericanas*. Caracas, Venezuela: Editorial NUEVA Sociedad, 1994.

# APÊNDICE

**RELAÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTADAS E IDENTIFICADAS NA  
PESQUISA - O VIVIDO**

- 1 Associação Folclórica Danadinha na Roça
- 2 Conselho de Moradores do Conjunto Residencial Senador Aderbal Jurema
- 3 União dos Moradores da Campina do Barreto
- 4 Conselho de Recurso ao Menor de Pernambuco – COREMPE
- 5 Associação dos Moradores da Campina do Barreto
- 6 Movimento Cultural Desperta Povo
- 7 Centro de Educação e cultura Daruê Malungo
- 8 Maracatu Nação Cambinda Estrela
- 9 Grupo Irmã Terezinha
- 10 Centro de Organização Comunitária Chão de Estrelas
- 11 Grupo de Saúde Comunitário Chão de Estrelas
- 12 Clube de Mães Unidas da Campina do Barreto
- 13 Grupo de Mulheres Sem Casas
- 14 Associação Comunitária de Moradores da Vila Redenção
- 15 Associação Sporting Futebol Clube
- 16 Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra - COMUL
- 17 Chão de Estrelas Futebol Clube
- 18 Grêmio Recreativo Escola de Samba Expresso do Samba
- 19 Sociedade Projeto Sementes do Amanhã
- 20 Centro de Organização Comunitária Senador Aderbal Jurema
- 21 Oratório da Divina Providência
- 22 Conselho de Moradores da Comunidade da Beira Rio Beberibe de Campina do Barreto

- 23 Creche Comunitária Chão de Estrelas
- 24 Delegados e Delegadas do Orçamento Participativo do Recife
- 25 Clube de Mães Chão de Estrelas<sup>1</sup>
- 26 Conjunto Residencial Ovídio Ferreira de Paula<sup>2</sup>
- 27 Cantinho da Cultura<sup>3</sup>
- 28 Boneco Dengoso<sup>4</sup>
- 29 Quadrinha Junina Forropilha<sup>5</sup>
- 30 Associação dos Kombeiros de Campina do Barreto<sup>6</sup>
- 31 Liga de Dominó Democrática da Campina do Barreto<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Não existe, apesar de constar no trabalho de LIMA, 1992, p. 53.

<sup>2</sup> Ibid. p. 53.

<sup>3</sup> Segundo o proprietário, a entidade está desativada.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Segundo um vizinho, fechou após a regularização dos transportes na Cidade do Recife.

<sup>7</sup> O responsável recusou-se a ser entrevistado, alegando que ainda estava reativando a entidade.

**RELAÇÃO DOS SETORES DOS GESTORES: SECRETARIAS, DIRETORIAS, DEPARTAMENTOS ETC. ENTREVISTADOS NA PESQUISA – O INSTITUÍDO**

- 1 Policlínica Amaury Coutinho (Secretaria Municipal de Saúde – Distrito Sanitário II)
- 2 Posto Comunitário Chão de Estrelas (Idem.)
- 3 Unidade da Família Posto Irmã Terezinha (Idem.)
- 4 Escola Municipal Campina do Barreto (Secretaria de Educação da Cidade do Recife)
- 5 Escola Municipal de Água Fria (Idem.)
- 6 Escola Municipal Irmã Terezinha Batista (Idem.)
- 7 Escola São Judas Tadeu de Ensino Fundamental e Médio (Idem. — do Estado de PE)
- 8 Diretoria de Habitação (Secretaria de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Recife)
- 9 Secretaria de Cultura (Prefeitura da Cidade do Recife)
- 10 Diretoria de Esporte (Idem.)
- 11 Centro Social Urbano Prefeito Novaes Filho (Secretaria de Política e Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Recife)
- 12 Programa Operação Trabalho (Secretaria de Saúde e Trabalho da Prefeitura do Recife)
- 13 Diretoria de Limpeza Urbana (EMLURB Recife)
- 14 Departamento de Obras de Conservação (Idem.)
- 15 Divisão de Gestão de ZEIS (URB Recife)
- 16 Diretoria de Projetos Urbanos (Idem.)
- 17 Divisão de Gestão de ZEIS — ONG Serviço Justiça e Paz (Idem.)
- 18 PROMETRÓPOLE (CONDEPE/FIDEM — Governo do Estado de Pernambuco)
- 19 Secretaria de Saneamento (Prefeitura da Cidade do Recife)
- 20 Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU Recife)
- 21 O. P. (secretaria do Orçamento Participativo e Gestão Cidadã da Prefeitura da Cidade do Recife – RPA 2)
- 22 O. P. (Idem. MR 2.1)

ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM (ENTIDADE): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

n. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

n. de Associados: \_\_\_\_\_ Data da fundação da Entidade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Existe registro em Cartório: \_\_\_\_\_ Documentos apresentados: \_\_\_\_\_

Identificação do Entrevistado (nome completo): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Função na Entidade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Grau de Instrução: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

1. O que levou ao surgimento da entidade?

2. Como conseguem atrair associados?

3. Como se mantém a entidade?

4. Qual o objetivo (finalidade) da entidade?

5. Quais as melhorias vocês mais reivindicam?

Saneamento  Segurança  Saúde  Educação  Transportes  Limpeza  Outros

6. Quais são os interlocutores públicos e os meios de ação?

Meios de Ações	Piquetes	Panfletos	Greves de fome	Ofícios	Passeatas	abaixo-assinado	Apoio de políticos	Apoio dos meios de comunicações	Solicitação de audiência c/órgão	Outros
Sim										
Não										

Interlocutores?

\_\_\_\_\_

7. As reivindicações referem-se à comunidade, a todo bairro de Campina do Barreto ou a uma área maior?

Setores de atuação	Todo bairro de C. do Barreto	Toda comunidade Chão de Estrelas	Chão de Estrelas Antigo	Chão de Estrelas Novo	Outras áreas
Saneamento					
Segurança					
Educação					
Saúde					
Transportes					
Limpeza					
Outros					

Outras áreas, Quais?

Quando não, como fica a parte não inclusa?

8. A entidade tem vínculo com algum político?

Vereador  Sim  Não     
 Deputado  Sim  Não     
 Senador  Sim  Não     
 Partido  Sim  Não

9. Que tipo de atuação consegue de cada grupo abaixo relacionado que participa da entidade, classificando de um a três o grau de envolvimento de cada grupo?

Grupos participantes da entidade	Grau de envolvimento de cada grupo		
	1°	2°	3°
Crianças			
Jovens			
Homens			
Mulheres			
Negros			
Mães de família			
Pais de família			
Outros			

10. Existe ajuda financeira ou de assessoria para entidade quando na organização de alguma reivindicação? Sim  Não  Quais?

Quando nos momentos sem reivindicação também? Sim  Não

11. Existe articulação da entidade com outra(s) existente(s) no bairro? Sim  Não   
Com quais? \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

12. Quais as dificuldades para a manutenção e a ação da entidade:

A) Hoje –

B) No Passado –

C) Como pensa o Futuro -

13. Existe alguma participação da entidade no orçamento participativo:

Participações da entidade	Sim	Não
Nas plenárias regionais		
Plenárias intermediárias		
Nas plenárias temáticas		
No fórum de delegados regional		
O Orçamento Participativo levou a entidade fazer aliança com outras		

Quais os interlocutores do lado da Prefeitura: A Secretaria de Orçamento Participativo?

Sim  Não  Outros órgãos? Sim  Não  Quais?

14. Existe alguma participação da Entidade na COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra) e no PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social), se relaciona com conselheiros de Conselhos Setoriais:

Órgãos	SIM	NÃO
Conhece a COMUL		
Conhece o PREZEIS		
Participa de reuniões da COMUL		
São representado no Fórum do PREZEIS		
Da Sec. de Meio Ambiente		
Da Sec. da Saúde do Recife		
Da Sec. de Educação do Recife		
Da Sec. de Planejamento do Recife		
Da Sec. de Desenvolvimento Urbano		
Outros		

Quais?

15. Como a entidade avalia o “Programa de Saúde da Família” e as ações da EMLURB, classifiquem em:

Órgãos	classificação		
	BOM	REGULAR	RUIM
Programa Saúde da Família			
EMLURB: coleta seletiva de lixo			
EMLURB: limpeza de canais			
EMLURB: limpeza de galerias e capinação			

A entidade tem algum tipo de relação com esses órgãos? Sim  Não  Qual?

16. Quando da realização das obras de drenagens, pavimentação de vias etc., houve consultas e participação da entidade?

Consultas Sim  Não  Participação da entidade Sim  Não  Se, sim de que tipo?

17. Referente ao programa PROMETRÓPOLE, tem sido consultada a população local?

Sim  Não  e as lideranças? Sim  Não

Quem consultou? Estado  Prefeitura  Outros  Quais?

Quais os papéis das lideranças locais nesse processo?

18. O que a participação da entidade acrescenta a administração da cidade?

Consegue influenciar as decisões e ou realizações dos gestores? Sim  Não

Cite um exemplo.

19. Como as lideranças vêem o relacionamento do bairro com sua comunidade Chão de Estrelas (ZEIS), tanto no atendimento das ações pelo gestor?

Como pela população que lá reside?

20. Existem pontos que permanecem dificultando as conquistas das melhorias Sim   
Não  Quais?

Recife/PE; \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

ENTREVISTADOR:

\_\_\_\_\_

ENTREVISTA PARA SER APLICADA COM (GESTOR): \_\_\_\_\_

Identificação do Entrevistado:

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

1. Quais as ações que desenvolve ou pretende desenvolver na Campina do Barreto?

2. Há alguma(s) meta(s) mais precisa(s)?

3. Quais são as associações locais com as quais você se relaciona? Cite.

4. Há algumas dessas que têm uma contribuição destacada?

5. Você acha que a participação das associações locais é imprescindível ao seu trabalho?

Sim

Não

Por quê?

6. Quais seriam no seu campo de trabalho as ações mais prioritárias para a área de Campina do Barreto? Cite.

7. Essas resultam de reivindicações das associações?

Sim

Não

Em parte

8. Existe influência no seu trabalho de outros canais representativos?

Vereador

Deputado

Partido

9. Quais críticas você faria à vida associativa em Campina do Barreto?

Muito dividida

Muito esporádica

Muito personalista

10. Quais são as maiores dificuldades que você encontra para desenvolver suas ações no bairro. Describa as dificuldades que provêm do poder público, e as dificuldades que provêm da comunidade?

Recife/PE; \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENTREVISTADOR: Augusto Antonio Campelo Cabral

E-mail: [acampelocabral@bol.com.br](mailto:acampelocabral@bol.com.br)

Fone; 34.43.06.38